

# A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redactores: BERTHOLDO KLINGER, POMPEU CAVALCANTI e PANTALEÃO PESSOA

N.º 71 e 72

Rio de Janeiro, 10 de Agosto de 1919

Anno VI

Numero duplo e aumentado de 8 paginas

## PART EDITORIAL

Problemas que esperam os novos Ministros da Guerra e da Marinha

I

S ministros das pastas militares do novo Governo iniciam sua gestão em condições particularmente difficeis para elles e num momento historico em que são sombrios os horizontes da sociedade em geral no mundo inteiro.

Em semelhante momento sente-se instinctivamente que a cada instante pôde o Governo ter de recorrer firmemente á força para manter a ordem interna, na forma constitucional — tal é a rumorosa effervescencia dos animos nas numerosas classes proletarias, turbadas pelo exemplo vago mas estonteante do velho mundo, e quasi insopportavelmente premidas na luta pela vida.

E deante desta necessidade sempre imminente, hão de desenhar-se aos olhos do dirigente cauto os contornos imprecisos de problemas militares importantissimos, de todas as especies e todos correlatos, ainda mal abordados.

O que é preciso fundamentalmente é, de um lado, orientar a acção directora pelo criterio inflexivel — ao mesmo tempo julgador inexoravel — da **efficiencia do apparelho militar**; de outro lado, da parte das classes militares a mais perfeita solidariedade nos pensamentos e na conducta, expressa pelo rectilineo **cumprimento do dever profissional**.

\*  
Na pasta da guerra uma circunstancia nova ha, porém, capaz de muito facilitar a conducta do Governo em todas as questões, que, expli-

cita ou implicitamente, entendem com a defesa nacional: é a presença da missão militar estrangeira. Além do mais a sua acção catalytica ha de ser irrecusavel. Não só o Governo e em particular seu secretario da pasta da guerra hão de sentir-se estimulados em mostrar ao mestre estrangeiro, pelo menos, a convicção da conveniencia de se haver contratado a missão, como tambem o Poder Legislativo, que deu a autorisação respectiva, ha de se mostrar coherente, facilitando em tudo que delle depender o maximo rendimento da missão, unico meio intelligent e patriotico de reduzirmos ao minimo, como é necessario, a duração de sua presença, certamente onerosa. Nossa officialidade igualmente se empenhará em dar o melhor de seus esforços, mais pelo amor proprio despertado que pela certeza de que as autoridades cuidam melhor das necessidades do exercito. Impõr-se-á tambem mais nitido o entendimento constante dos diversos ministros com o da guerra em todos os assumptos ligados á defesa nacional, cessando a estranha conducta de onde parece que cada um pertence a um paiz estrangeiro differente. A propria opinião publica, por fim, á proporção que fôr testemunhando as vantagens decorrentes, melhor comprehenderá e favorecerá a acção governamental em materia de defesa nacional.

Pensamos assim, que, ao lado do impulsionamento ao serviço já contratado com a missão, cumple **ampliar o contrato**, no sentido de tirarmos da missão o maximo que ella possa dar, afastar o cerceamento inicial que numa especie de recuo se applicou á sua acção, limitando-a ás escolas militares, com excepção da do Realengo, não obstante expontanea indicação apresentada pelo Estado Maior do Exercito.

Quemquer que reflecta ligeiramente reconhecerá como são numerosas as partes do mecanismo militar em que seria deseável uma poderosa acção lubrificante e impulsionadora...

\*

A todas sobreleva, porém, a questão da **autonomia do Estado Maior** ou melhor a racional descriminação entre as funcções deste orgão e as do Ministro da Guerra. E' assumpto que temos tratado incançavelmente e que desta vez apenas referiremos. Elle será logo adiante abordado nas considerações relativas á defesa naval, com as quaes a penna sincera e proficiente de illustre *correligionario* nosso da Marinha de Guerra abrillanta este editorial.

Destaquemos porém aqui a questão da *harmonia* dos ministerios. Se está esboçado um entendimento entre o da guerra e o da marinha, graças á troca de delegados junto aos respectivos estados-maiores, iniciativa dos actuaes illustres chefes destas repartições, não existe todavia ligação systematica com os outros.

Em todos elles ha questões capitais que affectam fundo a defesa militar do paiz; seria elementar submettel-as pelo menos á collaboração do orgão preposto ao preparo desta defesa, o estado maior do exercito — pois a marinha de guerra, como se diz, «é uma das armas do exercito» — Citemos apenas os problemas da **viação** e da **educação nacional**.

\* \* \*

O problema do **recrutamento** das praças, em que pése á profunda agitação patriótica que determinou nestes ultimos annos, ainda se acha insolvido e, como mostram trabalhos de collaboração com que hão distinguido as nossas columnas chefes competentes, ha defeitos tão graves no sonhado remedio, o sorteio, e tanta fraqueza, tamanha falta de sinceridade tem presidido á sua applicação e aos correctivos, que os mais extremados, não sem certa razão, consideram o serviço militar fracassado.

Olhando a situação pelo seu aspecto final, o preparo militar dos cidadãos, ninguem se iria assáz atrevido para occultar que estamos talvez tão mal aviados como antes de haver sorteio. A incorporação persiste incompleta em numero e incerta no tempo, e estas duas condições medem a efficiencia do apparelho militar quanto ao rendimento em gente instruida e definem a ordem, perfeição e regularidade dos cursos dessa instrucção militar. A segunda dessas condições é sem duvida a mais importante: mas vale que fique inatingido o effectivo calculado para a incorporação, contanto que a inclusão dos homens, a matricula na escola da defesa nacional, tenha um termo certo. E praticamente o que se pode tolerar é que haja uma primeira época para a incorporação do contingente total de recrutas, e depois uma segunda, mas ultima, para a do contingente supplementar com o qual se intente cobrir as faltas da 1<sup>a</sup> chamada.

Além da revisão da lei do sorteio, segundo os principios que se impõem e que o Estado Maior já terá recommendedo, cumprirá que a **nossa imprensa** execute uma propaganda intelligente, pratica, infatigável e que, secundado por ella, o Governo Federal apelle para os dos Estados, estes para seus municipios, e todos ajam sobre os nossos patrícios no sentido de se produzir no assumpto a necessaria solidariedade de esforços e de contribuição. E' um dever de lealdade, de camaradagem se assim se pôde dizer, e de honestidade, de cada um destes elementos para com os semelhantes, contribuir equitativamente no grande imposto nacional do preparo para a defesa da patria commun.

Cada um que sonegue o seu tributo sobre-carrega aos outros. Os Estados devem esperar, reclamar mesmo, uns dos outros, que cada um forneça um contingente de recrutas proporcional á sua população, e cada um, dentro de seus dominios, deve impôr a seus municipios — os quaes esperam e reclamam equidade — igual, isto é, proporcional contribuição. Nos municipios, finalmente, os individuos da mesma classe devem esperar e reclamar que entrem no alistamento todos os compatrios da mesma edade, afim de que todos corram o mesmo risco do tributo verdadeiramente efficaz da incorporação pelo sorteio. Ainda mais, os não sorteados hão de se interessar para que todos os de sua classe se preparem nos tiros de guerra, ou simplesmente na pratica do tiro real, auxiliando assim o serviço das casernas que não podem realizar o ideal de receber toda a classe que atinge a idade do serviço militar.

Como porém a distribuição da população não corresponde á dos corpos, e como não convenha manter o anachronico, oneroso e perturbador sistema de longuissimas viagens de incorporandos, a média de recrutas a fornecer não pôde ser uma unica para todo o Brasil.

Os Estados do Norte terão a menor média, os do Sul e Matto Grosso tel-a-ão maior; e não poderá deixar de haver deslocamentos de contingentes de estados de menor guarnição para os mais proximos, mais fortemente guarnecidos.

\*

Como complemento da verdadeira realização do recrutamento impõe-se a effectiva presença dos officiaes na tropa e este problema ainda não permite, quanto aos officiaes subalternos, outra solução senão a da **distribuição equitativa** entre a tropa e os serviços. O nosso quadro é insufficiente e a recente remodelação pouco adiantou neste sentido, pois que não creou officiaes; a escola militar é que ha de forne-

celos aos poucos, si houver continuidade, si se não perder de vista este lado capital de sua significação.

\*

Peior ainda que a formação de reserva de soldados está a dos quadros. Por falta de propaganda e por certos exageros nas condições exigidas para candidatos ao **officialato da reserva** não se pôde dizer que estejamos em andamento nesse terreno.

\*

O recrutamento de **sargentos** acha-se em crise; falta de garantia, para o futuro daquelles rapazes que queiram dedicar alguns annos de sua mocidade, os melhores, ao amanho dos recrutas. O interesse do serviço solicita, no intuito da perfeição desses profissionaes semi-permanentes, que elles demorem largos annos na fileira; a necessidade de formar reserva de sargentos e da de renovalos impõe sua exclusão ao cabo de alguns annos.

E o justo interesse pessoal delles? que não deixa de ser tambem social: o seu futuro? Urge uma lei para seu **aproveitamento em cargos civis**, publicos ou não, na qual tambem poderiam, com vantagem para o thesouro, ser contemplados os officiaes reformados.

E' um assumpto em que se impõe a collaboração de todos os ministerios, porque desse modo de recrutamento para um grande numero de categorias de funcionarios resultariam tambem grandes vantagens para os serviços, graças ao habito de ordem, de disciplina, e de trabalho, que trariam da caserna.

E independente de lei geral, dentro de cada um dos ministerios devia haver ha muito, espontaneamente, como norma, o aproveitamento de ex-militares nos seus cargos civis.

\*

Em seguida ao pessoal, está por iniciar o problema do outro elemento vivo da defesa nacional: o cavalo. **Não temos remonta** organisada. Mais um problema em que a par das condições de detalhe, proprias á atençao do Ministro da Guerra, impõe-se a collaboração de um Ministro da pasta civil, a da agricultura. Os cuidados com a população cavallar, equina e muar são de interesse nacional geral. Incentivar a creaçao do cavalo creoulo e para o cavalo de guerra tratar de melhorá-lo por uma selecção intelligente pelo cruzamento com o puro sangue arabe, segundo as mais autorisadas opiniões; estimular a importação de reproductores, facilitar a cobertura de eguas seleccionadas, por granhões do Estado, impôr a limitação ao direito de cobertura pelos

granhões particulares (só os que satisfacem certos requisitos), regulamentar a selecção das eguas, manter em dia a estatística dessa população, normalizar o mercado e fixar um preço médio rasoavel para acquisição dos productos pelo exercito, são questões de interesse visceralmente militar e nacional, que não podem ser resolvidas só em uma das secretarias do Governo. Ao Ministro de Guerra em particular restarão as questões de depositos de remonta, forrageamento, manter estabulados em certo prazo e em certo numero os animaes imprescindiveis á instrucção.

\*

A questão do **material** para o exercito demanda o mais acurado estudo, já para aperfeiçoar o que temos feito como para resolver o que falta. Dentre os problemas de fabricação a que ella dá lugar, interessando pois a economia nacional, avulta com o mais relevante, de mais radical influencia em todos os ramos da produçao, a siderurgia. O ultimo relatorio ministerial define perfeitamente o problema.

\*

Quanto aos fornecimentos de effeitos produzidos pelas industrias civis, não se comprehende a evidente vacillação, falta de confiança e de convicção na verdadeira applicação do sistema descentralizador das **massas**. O quantitativo estipulado para as primeiras acquisições e para as renovações, proporcional ao effectivo em homens e á duração média por objecto, distribuido aos corpos e repartições multiplica os orgãos interessados no provimento, estimula-os na acquisição do *bom*, e do *tudo*, e instiga a concurrencia dos productores.

Mas tudo isso só se alcança quando a massa é realmente posta com antecedencia á disposição dos agentes das acquisições. E' um caso de colaboração do Ministro da Fazenda.

\*

Tendo pessoal e material — e só assim — está a machina em condições de trabalhar, de produzir. E' porém inherenté á natureza desta machina que sua produçao não pôde serposta em prova na paz; o unico recurso para obter relativa garantia de que ella corresponde ás necessidades para as quaes é mantida, está evidentemente, em proporcionar a essa instrucção os meios que permittam leval-a o mais longe possivel no terreno da verosimilhança, fazel-a tanto quanto se possa consoante a guerra: o exercito precisa de **campos de instrucção**. Nelles se executarão com a segurança devida á populaçao e á propriedade os exercícios de tiros reaes de

combates simulados, e se effectuarão os exercícios táticos das maiores unidades de cada arma, como também os de pequenas unidades combinadas. O modelo que vai surgindo em Gericinó precisa de ser reproduzido para as outras divisões de exercito.

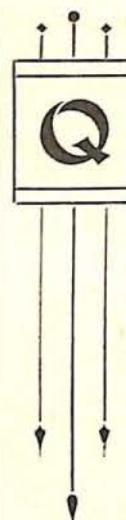
Sobrancendo o problema da instrução da tropa, dominando a orientação do esforço militar em todos os recantos de seus dominios, depara-se com o magno problema do **ensino militar**. As bases recentemente decretadas precisam de retoque no sentido de firmar o âmbito de cada um dos institutos. Principalmente é preciso não affrouxar no impulso já impresso para melhoriaamento da solução na escola militar — a fonte dos officiaes dos primeiros postos, — requintando no recrutamento do professorado, onde ainda têm guarida alguns teimosos do antigo regimen pedagogico, e no do corpo de instructores, constituído com rara felicidade, e não regateando os recursos materiaes correspondentes.

A maior attenção deve merecer a selecção dos candidatos á matricula, physica, intellectual e, mais que tudo, moralmente.

A este problema liga-se inseparavelmente o da **lei de quadros e de promoções**. Precisamos discriminar os quadros, e dentro dos que não convenha desdobrar, alistar os officiaes por especialidades, evitando a confusão nos serviços correspondentes, aggravada tambem pela competição de precedencias meritorias de uns serviços sobre outros, segundo criterios vagos, rebeldes e mutaveis. A promoção principalmente precisa deixar de ser um instituto de salvação, assumir a função eminentissima de «processo de recrutamento efficiente para os postos superiores». Faça-se «honra ao merito», mas primeiramente dê-se «merito aos capazes». A antiguidade pura não deve constituir titulo sufficiente para a promoção.

E' preciso ainda descobrir um meio de equiparar as carreiras nas diferentes armas, pelo menos até ao posto de capitão inclusive; só assim se evitárá que a escolha da arma, em vez de dictada por vocação, seja um *palpite* do cadete, e se evitárá — o que é mais grave — que os cadetes mais dedicados desde a escola militar venham a ser preferidos pelos vadios ou menos competentes em consequencia da diferença de arma, imposição decorrente da diferença de competencia!...

## II



**UANTO á defesa naval — marinha é esquadra efficiente.** Só a efficiencia do material, e do pessoal que delle se utilisa, justifica aos olhos da Nação os sacrificios feitos para manter esse instrumento da sua defesa. O problema naval do Brazil é uma consequencia do seu problema estrategico, que por sua vez decorre da orientação politica internacional do paiz.

Temos essa orientação indispensavel? Parece que não. No entretanto, a leitura da nossa historia e os nossos interesses no continente americano nos indicam uma politica internacional a seguir e d'ahi uma politica militar e naval. Por isso e pela mais inacreditavel despreocupação do seu unico objectivo — a guerra — a Marinha, em que nos pese dizel-o, não existe! Faltam-lhe todos os caracteristicos desse instrumento afiado, capaz de cortar os nós gordios das nossas difficuldades internacionaes. Ella não obedece em sua organisação, nem em sua administração a nenhum objectivo definido.

A falta de **espirito de continuidade** na orientação dos governos; a annulação completa da **autoridade do Estado Maior**, como «orgão por excellencia da concepção e preparo para a guerra»; a facilidade com que o Congresso attende aos desejos dos Ministros, administradores a curto praso, cada qual com idéas individuaes inteiramente diversas, não pôde conduzir senão ao regimen do deficit — financeiro e naval — á despesa inutil e sem limites, á irresponsabilidade e á fallencia militar...

A analyse da nossa Marinha — sob os seus multiplos aspectos — nos enche de anciedade e de duvidas sobre a utilidade real do seu emprego num dia de ameaça estrangeira. Desde 1822 que successivas administrações, constituindo uma amarra com élos das mais bizarras formas e bitolas, têm orientado os seus destinos em todos os rumos da rosa dos ventos. No entanto, «le caractère exclusif du but est le secret des grands succès»....

Entre as mais bellas maximas que nos legou Napoleão, lemos que «rien ne réussit à la guerre qu'en conséquence d'un plan bien combiné».

Darrieus, com a estupenda perfeição do seu espirito de synthese, nos ensina que, tendo sido indicados os objectivos politicos pelo governo do paiz, devem elles determinar um plano de operações perfeitamente definido, para que a Nação não se encontre repentinamente surpre-

hendida e victimada pelas desastrosas consequências da improvisação de ultima hora e do «débrouillage sous le talonnemment des événements». Commentando brilhantemente a situação dos «Confederados» na Guerra da Secesão, diz elle: «Un pays désarmé, surpris par un conflit sans en avoir prévu à l'avance toutes les conséquences, sans avoir préparé ses forces en vue de ce conflit, est acculé à la nécessité de faire appel à tous les moyens, et, pour tout dire, aux expédients...»

«O objectivo primordial de toda organização militar, de terra e de mar, é o preparo para a guerra e a sua execução quando indicada pela política.»

Pois bem, a instituição criada desde os mais remotos tempos com o intuito exclusivo do preparo para a guerra, na Marinha como no Exército, e a sua execução segundo planos criteriosa e intelligentemente combinados, é o Estado Maior. Esses planos surgem naturalmente como uma consequência imediata de um ponderado e profundo exame da situação militar do paiz em face dos seus objectivos políticos.

«Savoir bien tout ce qu'on peut faire, c'est connaître comment on doit le faire, et l'avoir à moitié fait.» (Montechant).

Tudo quanto se prende á preparação para a guerra representa a expressão mais elevada da previsão militar, do método científico aplicado á conducta das operações futuras, e da vigilância posta ao serviço da vitória.

Nisso reside o coroamento da obra elaborada pelo quotidiano e paciente trabalho de cada um de nós, num mais modesto raio de ação. Sem a preparação para a guerra, tudo se transforma em chás e anarchia, todos os esforços se reduzem a nada, deixando o mar livre á ação do inimigo. «O simples nome de — Estado Maior —, conclue o notável commandante Castex, evoca um mundo de sentimentos patrióticos e de anciósas interrogações.»

«Parece que elle materializa para nós uma visão de combate; temos a impressão de achar n'elle a mola que no momento opportuno, impelle a mobilização, a chamada das reservas da primeira linha, o armamento dos navios, a concentração das forças navaes.»

«A idéa de que seus cálculos previram o desenvolvimento matemático desses instantes de crise, nos enche de uma legitima emoção, que faz estremecer nossos corações sempre que um incidente qualquer põe a Pátria em perigo.»

«La separation du ministère et de l'état-major, du service courant et des hautes études militaires, est devenu un véritable dogme accepté par tous...»

«Elle entraîne une distinction nette entre les

préparateurs et constructeurs des engins, tant humains que matériels, et leur utilisateur global (Moltke, «Commentários» de Castex).

A's atribuições moraes e expressas do Chefe do Estado Maior General, á sua acção pessoal na formação e na manutenção da *unidade de doutrina*, a seu «controle» sobre a actividade intellectual de todo o pessoal do Estado Maior, verdadeiro cerebro pensante de um Exercito e de uma Marinha, deve corresponder a precisa liberdade de ação.

«L'Etat-Major General devient le gardien né du feu sacré tactique et stratégique.»

«Si le ministre forge et acère les traits, l'état-major les lance et les dirige.» (Castex).

O apparente isolamento do Estado Maior, no amplo papel de preparador material e moral, dá-lhe um proeminente lugar, basico na organização da defesa do paiz!

Como muito bem disse o Senhor Almirante Gomes Pereira, em seu ultimo relatorio, a administração naval deve ser constituída de órgãos que concorram para essa efficiencia; orgãos que devem trabalhar harmonicamente, mas com **funcções definidas e autonomas**, subordinadas á orientação do Governo que estabelece a coordenação pela convergência de esforços.

\*

O objectivo na Marinha é pois, a Esquadra com a efficiencia bellica necessaria para que possa, em qualquer momento, agir em defesa da Nação, que reserva exclusivamente para esse fim uma parte de seus recursos no orçamento.

«Não ha nenhum sistema e nenhuma necessidade de creaturas geniaes para comprehender essas «verdades modestas, que por sua simplicidade, muitas vezes não têm sido attendidas.»

Nunca na nossa Marinha conseguimos estabelecer essa norma, tão logica e natural, que caracteriza a composição das esquadras estrangeiras: homogeneidade e evolução racional.

Nunca conseguimos delinear e executar fielmente um programma naval.

Sem sabermos a que criterio teem obedecido, vemos mudados, total ou parcialmente, á medida que mudam os ministros. O Estado Maior não intervém: Ninguem sabe a que criterio tático e estratégico obedecem as encomendas de navios, a locação dos arsenais. Porque dois navios de tipo «Minas», 2 cruzadores de tipo «Bahia» e 10 destroyers e não 4 ou 27 ou um? Porque alteraram os planos do «Riachuelo» e por fim o venderam? Ningem responde! Porque figuram no programma do Governo taes e tases navios? Qual o criterio que forçou taes tipos e tases cifras de tonelagem? Mas, não é isso função do Estado Maior?

Ninguem responde perante a Nação pela razão de ser do esforço financeiro, que ella está sempre prompta a fazer, desde que seja útil.

\*

Não temos nenhum processo de **recrutamento** do pessoal marujo e nos debatemos perdidamente nas polemicas academicas e nas indecisões no recrutamento e preparo do pessoal graduado.

As nossas Escolas de Aprendizes Marinheiros constituem uma inacreditável e inutil fonte de despezas — elles nunca corresponderam á expectativa da administração naval e aos sacrificios do tesouro.

Taes Escolas, em edificios impropios, a ruir, sem material escolar, sem recursos, não podem produzir cousa util. E', pois, preciso reduzil-as a um pequeno numero, dispô-las em edificios convenientes e devidamente apparelhados ou desenvolver as escolas de grumetes, supprimindo totalmente as de Aprendizes Marinheiros.

Os que sustentam a idéa do sorteio marítimo para cumprir a constituição, que se oppõe a um sorteio unico — serviço militar obrigatorio ideal para o Exercito e Marinha — desconhecem as insuperaveis difficuldades da realização practica de semelhante medida. O que se tem passado com o sorteio militar para o Exercito nos dá perfeita idéa do que seria o sorteio marítimo por todo o nosso littoral! Não cremos que isso seja realisavel.

\*

As escolas profissionaes, onde se vão especializar os nossos marinheiros e inferiores, estão inteiramente desapparelhadas, falta-lhes tudo; devidamente installadas e reunidas sob a direcção geral de uma **Inspectoria do Ensino Naval**, com orientação technica (programmas de ensino) do Estado Maior, poderão resolver satisfactoriamente o nosso problema, desde que sejam desdobradas algumas especialidades, como a de torpedistas-mineiros, escaphandristas e signaleiros-tímoneiros, que deverão constituir especialistas independentes e seja creada uma Escola de Apontadores para a especialidade de artilharia. Precisamos dar desenvolvimento vigoroso aos exercícios de tiro, adoptando definitivamente a orientação americana nos exercícios de artilharia e torpedos.

\*

No que se prende aos officiaes, a Marinha começa a sentir os effeitos da «frustrada» tentativa da «fusão dos quadros» dos corpos de Marinha e Machinas; dentro de pouco tempo nossos navios não terão sufficiente numero de **enxequeiros-machinistas** e teremos que appellar para os serviços dos «Machinistas Auxi-

liares», sub-officiaes de cultura technica mais que insufficiente para as responsabilidades do serviço das machinas das nossas modernas unidades navaes.

A solução deste problema exige acção prompta, immediata e energica no Regulamento da Escola Naval, e medidas correlativas.

\*

A **lei de promoções** dos officiaes precisa ser reformada: E' indispensavel a exigencia de provas de capacidade, de modo que — em todos os gráos da escala hierarchica — a saúde e vida longa não sejam argumentos de acesso que possam impunemente conduzir aos mais altos postos.

\*

O nosso material fluctuante soffre as consequencias do tempo e da falta de **..reservas**. Todos os nossos navios foram usados a um tempo; a um tempo todos precisam de reparos; a capacidade industrial do Arsenal de Marinha e da Directoria do Armamento é ridicula para attender a esses encargos; a orientação e o apparelhamento da nossa usina central de construções e reparos e os seus methodos administrativos, attingem as raias do inacreditavel, em matéria de deficiencia.

Para os reparos e conservação dos navios, foi o Governo obrigado a appellar para a nossa pequena industria particular de construções navaes, que tem sido, até certo ponto, providencial, si bem que insufficiente.

Torna-se preciso pôr o nosso **Arsenal de Marinha** em pé de utilidade, entregando-o à direcção de um Cuniberti, affeito á solução dos complexos problemas que caracterisam a administração de um Arsenal de Marinha.

\*

O **Depósito Naval** não pôde attender aos fornecimentos mais indispensaveis: faltas de verbas, deficiencia de stocks no proprio Deposito e nos mercados nacionaes; as condições de pagamento aos fornecedores, etc., etc., escasseiam e encarecem as mercadorias. Nesse entretanto, os navios esperam; alguns, annos, pelos reparos e medidas de conservação, inutilisam-se e inutilisam o pessoal, que por falta de treinamento não adquire a necessaria efficiencia.

As guarnições passam tempo exaggeratedo sem receberem os seus «semestres» de fardamento.

\*

O **Hospital Central de Marinha**, collocado premido á ilharga do Batalhão Naval, é um attentado á dignidade da Armada: *Não tem nem uma enfermaria para officiaes, nem para sub-officiaes, nem cousa alguma que se pareça com um verdadeiro Hospital!*

Nos Estados, a assistencia aos doentes e feridos, toca ás raias da tragedia!

\*  
Por falta de auxilio, a **Inspectoria de Navegação** não produz os «detalhes hydrographicos» da nossa costa, das cartas levantadas por Mouchez em 1860. Por esse mesmo motivo, as Capitanias de Portos não tem como conservar e repôr em seus lugares as boias do balisamento da costa, nem como fiscalizar a navegação e as pescas em todo o nosso littoral.

\*  
A **pesca** não é explorada, não tem base scientifica nem fiscalisação.

Destróe-se cruel e criminosamente a nossa fauna maritima — com rês de malhas minuscus e com dynamite! Não ha piscicultura organisada pelo Governo para refazer as cardumes. E' a ruina tolerada! Parece que vai ter agora paradeiro com a missão scientifica de que foi encarregado o Cruzador Auxiliar «José Bonifacio».

\*  
Quanto ás **bases navaes** indispensaveis, — pelo menos uma — para a sua acção efficaz em tempo de guerra, o Estado Maior ainda não conseguiu se fazer ouvir: a de São Francisco do Sul ainda está em projecto...

Cogita-se da mudança do Arsenal e serviços do porto militar para a Ilha Grande.

A menos que hajam capitalistas e industriaes que queiram se encarregar d'essa installação e explorar as industrias maritimas de construcçao em grande escala, julgamos que essa medida é de grande folego, demasiado folego talvez, para ser tomada pelo Thesouro.

\*  
**A barra do Rio de Janeiro está indefesa.**

\* \*  
Taes são, apezar de tudo, as condições actuaes do nosso Exercito e da nossa Marinha — que já teriam desaparecido se não fôra o fogo sagrado que anima a melhor parte de sua officialidade, para a qual não ha desanimo, não ha nada que possa abater! Ao seu espirito de dedicação, de sacrificio e desinteresse, ao seu grande patriotismo se deve ainda essa notoria aancia de aperfeiçoamento, de efficiencia do apparelho militar. E não ha consegui-a sem a fundamental **sensibilidade profissional** para perceber os defeitos, e depois... a **courage e perseverança** para os encarar e curar-los.

## Ministros civis nas pastas militares

Alguns orgãos da nossa imprensa dia-  
ria discutiram: com accentuada supe-  
rioridade de vistos o rompimento da  
praxe instituida pela Republica, quanto  
á designação dos ministros para as pas-  
tas militares.

E' essa discussão um dos bellos symptomas da transformação do espirito pu-  
blico; e a mais evidente prova do interesse  
com que o meio civil vae encarando as  
questões da nossa defesa militar.

Assim como do sentimento dos militares de terra ou do mar desapareceu inteiramente, pela convicção, o descabido preconceito de classe, tambem na opinião publica, só persiste a idéa profissional, o sentimento de que **os militares** como os advogados, os medicos, os engenheiros, os industrialistas, etc., **são ci-  
dadãos brasileiros** igualmente dignos e  
só distinguiveis pelos conhecimentos e edu-  
cação especiaes em que formaram e trei-  
naram a sua intelligencia e actividade.

Na phase difficilima dessa metamor-  
phose de idéas, na transformação do ri-  
diculo apparelho militar que nos legou a monachia em 89, legado que se con-  
stituia de uma policia mal disfarçada,  
quando a Europa já attingia a um grande  
aperfeiçoamento militar e havíamos so-  
frido as duras provações de uma longa  
campanha, nessa phase de passos tardos  
em que a autoridade de um exito demo-  
rado e os interesses em lucta constituiram  
serio entrave, administraram e nos orientaram os chefes militares, conquistando  
lenta mas seguramente as mais difficeis etapas da nossa evolução militar.

Os trinta annos de regimen republicano podem, sob o ponto de vista militar, ser divididos em tres periodos distintos: o da consolidação da Republica (89 a 94) em que predominou o sentimento politico; o das compensações e applicação geral das normas politicas instituidas pela Constituição de 24 de Fevereiro (95 a 907); o das reformas, inicio da preparação methodica da nossa defesa militar, primeiro grande passo para uma organisação compativel com a epoca (908 a 919).

Em quanto nos dois primeiros periodos destacaram-se os prestigiosos e inolvida-  
veis chefes militares Deodoro, Floriano,  
Saldanha da Gama e Mallet, no ultimo —  
um decennio apenas, — muitos foram os

que nas duas classes armadas pela sua competencia e patriotismo fluctuaram em um meio bem mais exigente, luctando, discutindo, regulando e executando tudo o que de moderno, util, adaptavel e compativel com os nossos recursos, convinha e podia ser applicado entre nós.

Periodo de grandes dificuldades em que tudo se substituia e se transformava, desde os methodos de educação até o material e os deveres peculiares a cada posto, estes sobrecarregados pela diversidade de funcções, originou, como era natural, um certo desequilibrio *domestico*, porque a corrente de aperfeiçoamento brotava incessante, por vezes impaciente, nas camadas inferiores, e a grande massa predominante, representada em todas as camadas, tendia por instincto de conservação a impedir o curso das novas exigencias, só se deixando levar a pouco e pouco. Ahi o observador intelligent perceberá a resistencia contra os elementos de maior vontade e energia, exactamente os que podem realizar as transformações em marcha.

Como parcelas de governo, os nossos chefes militares conservaram um exagerado sentimento da vontade do povo e das condições do paiz; para elles a situação financeira, as idéas do Legislativo, as tendencias da opinião publica, a lei, a vontade do governo, todas essas causas que os politicos pregam muito e praticam pouco, constituiram sempre barreiras insuperaveis e, para honra nossa, não houve um só ministro militar, cuja honestidade fosse posta em duvida.

Sob a direcção dos chefes militares terminamos o periodo dos pronunciamentos e das revoltas; sahimos de uma organisação atrazadissima e attingimos, nessa materia, ao que de melhor nos pode ensinar a velha e aguerrida Europa. Com elles estudamos e adquirimos um material que só fica a dever em quantidade e variedade ao que nos pode aconselhar a ultima guerra; abordamos o problema das industrias militares, nelle persistindo com toda a energia que um meio sceptico nesse assumpto podia admittir. Com elles fizemos a propaganda da nação armada e chegamos á execução do sorteio militar, iniciando consequentemente a organisação das nossas reservas; sem a pressão de acontecimentos que nos obrigassem a mudar de rumo, melhoramos extraordinaria-

mente a nossa instrucção militar, na tropa e nos estabelecimentos de ensino e formamos um numeroso corpo de regulamentos militares, onde bem se manifesta a nossa capacidade e o discernimento das autoridades que os aprovaram. Com elles resolvemos chamar militares estrangeiros para nos darem os ensinamentos que os livros não podem transmitir com a fidelidade necessaria e abordamos os mais serios problemas da nossa preparação militar, esbarrando, não raro, na falta de competencia e patriotismo dos que nos deviam auxiliar com leis e recursos indispensaveis para fazer, de vez, o que se não pode organizar sem base ou construir por partes.

E não se pretenda insinuar maldosamente que a critica fundada e patriotica, a desassombrada exposição de vicios, defeitos e lacunas, o exame publico dos actos dos ministros militares, importasse em estabelecer a sua inferioridade. A lucta por certas idéas administrativas, a discussão de questões tecnicas, o exame de detalhes de organisação e a exhibição constante do que nos falta, são outras tantas provas do progresso a que atingimos, pois que até pouco tempo esses defeitos passavam despercebidos; si assim não fosse, teria havido, por certo, quem tivesse carácter e dedicação necessarios, para provocar de frente a sua eliminação.

Bem sabemos que longe estamos da perfeição e neste mesmo numero d'«A Defesa Nacional», o rememoramos claramente. Conhecemos os nossos erros e falhas, assim como os erros e as falhas não pequenas de todos os outros ramos da administração publica, mas, certamente ninguem pode atribuir esse atrazo ao facto de aqui influirem os homens de casaca e alli os homens de farda.

E' claro que, si os governos usassem a sua autoridade para responsabilisar os homens com ou sem farda e os substituissem patrioticamente quando verificada a sua incapacidade para a execução de um programma convenientemente estudado e firmemente traçado, provada poderia ficar a inexistencia de elementos capazes em tal ou tal grupo de cidadãos especializados e, consequentemente, surgiria como necessidade procura-los fóra de sua classe.

Mas esses programmas existiram? Quem os estudou e traçou?

Estará perfeitamente conhecida a situação do Exercito e da Armada? Onde estamos? Para onde vamos?

O cultivo dos conhecimentos profissionaes tem formado no Exercito e na Armada correntes mais ou menos volumosas e uteis, cujo impeto é regulado pelos chefes militares, senhores das suas diferenças, das suas vantagens e das suas condições de applicação.

Essas correntes technicas intelligentemente aproveitadas, embora só parcialmente, têm produzido resultados admiraveis, senão causado a melhor parte do progresso que óra nos orgulta sem todavia satisfazer completamente.

E' natural que só possa tirar dessas correntes o conveniente partido quem as conhêça fundamente, e é logico que esse conhecimento esteja de preferencia com aquelles que acompanharam dia por dia a sua formação.

Quando o Estado Maior estiver definido pelas atribuições que lhe tem sido usurpadas e a pratica dessas attribuições tiver penetrado nos nossos costumes, elle será o orgão centralizador e regulador de todas as bôas idéas, o preparador da nossa defesa. Mas, longe, muito longe estamos dessa pratica e, sendo os ministros no regimen presidencial, secretarios technicos e irresponsaveis do commando em chefe, difficil será que elles se conformem com a função de intermediarios entre um commando permanente e o Presidente da Republica.

Qual o ministro que desistirá patrioticamente de influir no recrutamento dos quadros e na distribuição dos officiaes, as principaes fontes de favores, permitindo que se faça a selecção conveniente e se classifiquem os officiaes de acordo com as necessidades momentaneas da instrucção e do commando?

E será possivel conhecer os officiaes sem tel-os acompanhado na sua vida profissional, examinado as suas qualidades de caracter, a sua energia e o seu valor, virtudes primordiaes que as fés de officio não podem traduzir com fidelidade?

Sejam quaes forem os elementos informadores e mesmo o estudo imaginavel, haverá perda de tempo e o commando em chefe terá um simples mediador, desnecessario, quando os ministros não conhicerem seguramente os quadros do Exercito.

Dadas a organisação vigente e a situação

do nosso meio social e politico, qual o civil que na coordenação dos orgãos de commando e de administração será capaz de decidir de facto, com a perfeita visão da finalidade do apparelho militar?

E assim se dará em muitas outras questões que seria fastidioso enumerar.

Em these, ou o ministro civil exercerá apenas nominal, apparentemente a gravissima função de decidir, ou adrede se deslocará o centro de gravidade para outro funcionario, um chefe militar, capaz de decidir ou de informar directa ou indirectamente ao chefe da Nação.

Não é para desprezar o facto de que a nossa praxe republicana nos libertára, democraticamente, dessa illusão exotica, conquistando um evidente avanço quanto á pureza do regimen presidencial. Era sua feição brazileira.

A praxe instituida pelos trinta annos desta Republica que as classes armadas tanto ajudaram e a que dedicam tanto amor, permitti que as leis organicas do Exercito e da Armada centralisassesem nas secretarias de estado, interpretando com parcialidade a nossa carta fundamental, todas as atribuições de commando e administração.

Modificar essas leis organicas é obra de grande merito que carece de tempo, muito patriotismo e **fundadas convicções**.

E' por isso que a exclusão de especialistas, **só nas pastas militares**, quando pelo funcionalismo e pelas letras se pôde attingir as mais altas posições do Estado, assumiu as proporções de uma grande e dolorosa surpresa, em que pése ao coro de adhesões subseguientes, na sua maioria tendenciosas, egoisticas, isto é, indiferentes á verdadeira felicidade do Governo e ao progresso da defesa nacional.

Sirva porém esta experienca para mais uma prova do nosso amor ao Brazil e á Republica, seja essa provação mais uma tentativa para o engrandecimento da nossa Patria que, de resto, muito mais pôde exigir de nós, sem que diminua o real apreço que votamos aos nossos chefes e a confiança que nelles depositamos.

**O não recebimento da revista é geralmente culpa do assignante, porque ella não se faz sinal para ser distribuida.**

Não demorar a communicação de mudança de destino, nem retardar reclamação.

## Da Província

*Do 44º Caç. — Theresina.* — O meu batalhão, como é sabido, vive numa eterna falta de officiaes. Presentemente só existem dois capitães e um pharmaceutico.

Eu, por ser o mais moderno dos capitães, enfeixo nas minhas mãos as funções de fiscal, ajudante e commandante das tres companhias, e por cima de tudo isso ainda referendo todos os papeis que sahem da secretaria do batalhão, por que o lugar de secretario é exercido por um 1º sargento.

O que mais me dá que pensar não é o exercicio de tantas funcções, é de não saber se deva eu rubricar como fiscal os papeis que trazem a minha assignatura de commandante das companhias e fiscalizar assim os meus proprios actos, do que não cogitaram o R. I. S. G. e R. S. A em nenhum dos seus artigos. E como não ha outro remedio e o papellorio tem que andar, vou assignando e rubricando todos e fiscalisando tudo até que venham os *insubmissos de galões*, o que não acreditamos.

*Do 5º R. A. (ex-4º e ex-1º). — S. Gabriel.* — ...duas inspecções, quasi consecutivas. O primeiro inspector, cuja approximação determinou uma parte de doente de um capitão (é o mesmo da outra vez; tem idiosyncrasia...), encontrou no regimento sómente os «empregados vitalicios» (em materia de praça prompta) e, não querendo examinar o gráo de instrucção a que até então haviam chegado os recrutas, deu por concluída a sua missão. Em summa: declarou que a instrucção muito deixava a desejar.

O 2º inspector esteve no quartel umas duas horas, parecendo-nos verdadeiramente saber ponderar nossas circumstancias e bem intencionado, segundo o que superficialmente alcançamos de suas palavras. Deixou muita esperança que nos parece não será vã; só a sua approximação fez com que 70% dos nossos recrutas (isto é, 45 homens por bateria) trocassem os toscos tamancos coloniaes por elegantes e confortaveis borzeguins. Ah! se S. Ex. pudesse pelo menos annunciar nova visita na proxima epoca de vencimento de fardamento!...

*Do 5º R. I. — Florianopolis.* — Aqui desde Fevereiro commanda o regimento um major, fiscalisa um capitão e um outro commanda o batalhão, dous primeiros tenentes accumulam os cargos restantes, prescriptos para uma duzia de officiaes.

*4º R. A. M. — Itú.* — Iniciamos o 3º mez de instrucção, e ainda hoje foram incluidos cerca de 50 homens, provindos de outros corpos, onde estiveram em *experiencia* desde o inicio do anno de instrucção, e por serem os peiores nos foram remettidos.

Delles alguns vieram presos por 10, 15 e 20 dias, e um fôra daqui mesmo expulso ha bem poucos meses.

Quando acabará este antipathico processo de encostarem nos corpos privilegiados, homens a mais, para serem ahi seleccionados, e dois meses depois transferidos para os corpos *entiadoss*?...

Tinha até aqui vasta applicação o *methodo intuitivo*; pois não é só na escola regimental que se aprende vendo as figuras: este methodo era aqui extensivo á equitação, onde em cada bateria, *cinco* soldados montavam, e os *70* restantes viam montar, aprendendo equitação por verem montar.

As successivas mudanças de commandos parece que jámais terão um termo; em 3 mezes de instrucção a 6ª Bat. teve seis commandantes!...

Em materia de accumulação de funcções... a tecla é velha e já quebrada.

Será mesmo de todo impossivel haver uma só época de inclusão de officiaes e praças?

Só temos aqui tres coisas boas: o serviço de rancho, que como em toda a Região, é por contracto, feito para fornecimento de rações preparadas, o que é de uma vantagem extraordinaria pois não se dá nenhum empregado para o rancho, e o lucro para o cofre é maior.

A fiscalisação torna-se mais facil, exactamente por não ser chefe um camarada nosso a quem não se quer desgostar, embora o accumulo de serviço lhe não permitta melhor fiscalisação.

Outro coisa é o quartel que muitos acham que não presta, mas que eu francamente penso que melhor aproveitado nos seus multiplos compartimentos e construidas as baías e o parque, será um dos melhores.

E a terceira é a sua immensa chacara, onde se dá instrucção, a mais variada no 2º tempo, perfeitamente á sombra, e têm terreno que se presta para tomada de posições e até para tiro, (si quizerem fazel-o de fóra para o nosso terreno). Este tem alguns milhares de metros inaproveitados, e já trabalhados pelos padres. Ha até quem queira comprar parte delle.

## O sorteio militar em perigo...

(Continuação)

### II

Ninguem, absolutamente ninguem, contesta que o *serviço militar pessoal e obrigatorio*, mediante o sorteio ou tiragem á sorte, por contingentes annuaes, seja a solução mais racional, mais logica e mais justa encontrada para o magno problema do recrutamento, uma vez que não é realizable a incorporação da classe inteira.

Não ha a esse respeito duas opiniões divergentes; é uma questão vencida, passada em julgado.

Theoricamente, representa ella a igual e equitativa divisão dos encargos militares sobre todos os cidadãos, consoante ás necessidades da Patria, constituindo de um lado a *arte das armas*, mantendo de outro em reserva, tanto quanto possível, o maior numero de homens *instruidos* nessa mesma arte.

Na pratica, porém, a solução do problema, arrasta, envolve outras questões não menos importantes, não menos complexas, visceralmente conjugadas, vinculadas á grandeza physica, moral, politica e social da Nação.

E de todas essas questões correlatas, a mais preponderante, a que mais resalta e sobreleva a todas as outras, é incontestavelmente a da *educação popular*.

Sobre ella se assentam, se ajustam precisamente as bases do serviço militar pessoal e obrigatorio.

Enquanto, entre nós, campear o analfabetismo, dâmosamente explorado pela baixa politicagem; enquanto esses dous enormes polvos — *analphabetismo e politicalha* — se estenderem por todo o paiz desde as grandes cidades até os mais reconditos logarejos, cingindo, apertando, asphyxiando a Nação em seus tentaculos, reduzindo-a a um estado de cachexia moral e physica, essa modalidade do re-

crutamento não será compreendida pelas classes menos cultas da communhão brazileira.

Mistér se faz reformar radicalmente o nosso obsoleto systema de educação, transformando o lar e as escolas em verdadeiras cathedraes civicas, onde unicamente pontifiquem o âmbit e o devotamento acendrado á Patria, onde só se cultuem a disciplina, o respeito pelos nossos vultos e factos e pela nossa historia, em particular.

Mas essa transformação ou antes essa evolução, actuará de certo, morosamente lenta, vagarosamente tarda, gota a gota, através de um trabalho constante, pertinaz, exhaustivo até que os seus effeitos possam fazer sentir-se, visto como não podemos extirpar de prompto esse *analphabetismo* que nos atrophia, nem estrangular essa *politicalha* que nos avilta e rebaixa.

Nada nos impede que lancemos mão, desde já, do trabalho de sapa para contraminal-os; modificando, corrigindo, refazendo, reconstituindo o que existe, por uma racional assimilação de elementos que a pratica e a experientia forem aconselhando, consagrando.

Não resta duvida que uma das causas senão a principal, do insucesso do sorteio reside na propria lei que o creou e nos decretos que o regulamentaram, nos avisos e nas decisões tendentes a elucidar os seus pontos controversos ou obscuros.

Já nestas mesmas columnas da *Defeza Nacional*, o nosso illustre collega, coronel José Joaquim Firmino, numa serie de bem elaborados artigos, demonstrou á saciedade muitas das imperfeições, das falhas e vicios que bordam e rebordam a nossa manca e defeituosa legislação militar, para que volvamos a elles.

Partiu-se, de facto, de um principio falso; legislou-se, em matéria de sorteio, para todo o paiz de uma assentada, sem attender-se ás multiplas condições geographicas, topographicas, e climatericas, aos seus meios de comunicação e recursos materiaes, á sua densidade de população, aos seus costumes, habitos e indoles.

Ninguem ignora que «o relevo do solo brazileiro e de seu clima são variadissimos: ora o terreno é fangoso e fragil como os *massapés* do norte; resistente e duro como os *chapadões* do centro; de suaves aclives e declives e de largas pla-

nícies como as *coxillas ou campos dobrados do sul*, ora montanhoso, de serras alçantiladas; onduloso aqui, montuoso ali, mameilonado acolá, revestindo-se de variadas fórmulas polychromas de rica e magnética vegetação tropical; reinando, imperando, por toda a parte, os climas os mais diversos desde o calor senegalesco até o frio das latitudes mais ou menos friadas».

A falta de estradas ferradas e de rodagem, a ausência quasi absoluta de meios de locomoção variam de Estado a Estado.

Estados ha, cujos municípios são em geral trafegados por linhas dagua, de uma navegabilidade problemática, ou antes funcções de certas e determinadas épocas; outros, cortados por sertões e inúmeras campinas, cujo tráfego se faz difficilmente a pé, palmilhando enormes distâncias por logares invios, despovoados, sem recursos, ou no dorso de alimaria, vencendo leguas e leguas de estradas e caminhos sem fim, muitas vezes interceptados pelo período das enchentes, cujas águas transvasam dos leitos e das margens dos cursos dagua, tudo inundando, devastando, destruindo.

A coisa alguma se attendeu. Tomou-se o Rio de Janeiro como paradygma e por elle se calcou, se moldou o paiz inteiro.

Estabeleceram-se formulas matemáticas e rígidas, e deixou-se o resto á mercê dos acontecimentos.

Estatuiu-se que o sorteio se realizaria, em todo o paiz, no *último domingo de Dezembro* e que a apresentação dos sorteados convocados terminaria fatalmente no *último dia de Fevereiro* do anno seguinte.

Dous meses apenas!

O que sucedeu? A vastidão do nosso território, desprovido de meios rápidos de locomoção, a disseminação da população nas interminas regiões do paiz, a ausência absoluta de meios de comunicação entre os pontos extremos, determinaram o retardamento dos conscriptos e mesmo impossibilidade de se acharem nos pontos de concentração em tempo útil.

E para agravar a situação nos pontos em que a navegação é franca, as companhias de navegação se recusaram e se recusam a fornecer-lhes passageiros porque o Governo Federal não lh'as paga. E quando o faz, é através de contas atrasadas, caídas em exercícios findos, pro-

cesso esse moroso, difícil, enormemente gravoso aos créditos da administração pública.

Accresce ainda que os sorteados, na maioria dos casos pauperrimos, não dispõem de recursos pecuniários para se alimentarem durante essas longas caminhadas, que se transformam em verdadeiras odisséias de sacrifícios, privações e misérias.

Poderíamos, se quizessemos exhibir factos concretos, apresentar as *provas provadas* de que não phantasiámos nem articulamos uma só palavra que não seja a nitida expressão da verdade.

Bastaria dizer que em varios Estados do Norte, notadamente no Maranhão e Piauhy, conscriptos houve que tiveram de vencer a pé ou no dorso de um pobre matungo, 60 kilometros para attingirem o ponto mais proximo.

Em Minas Geraes, conscriptos de Theophilo Ottoni para alcançarem Bello Horizonte, séde da circunscrição de recrutamento, realizaram um verdadeiro *raid* de quasi dous mezes, por Caravellas, unica via de acesso entre aquelles dous pontos.

Em Caxias, um grande numero de sorteados, por falta de transporte e dinheiro, permaneceram por longo tempo entregues á caridade publica.

Ha pouco, um facto singular, singularíssimo mesmo ocorreu. Conscriptionos do interior do Amazonas, que a velha e vexiga politicagem de aldeia pelo imoral *truque* da substituição pessoal os incorporou ao contingente do Distrito Federal, não podendo, por circumstâncias variadas, vir a Manáos, subiram o Acre e internaram-se pelo Estado de Matto Grosso a dentro.

Nessa asperrrima travessia de quatro mezes, transpondo rios caudalosos uns, invadáveis outros, galgando serras escarpadas, rastejando valles, varando chapadões, á mercê das intempéries, entregues ao proprio destino, são, ao alcançar a ultima etapa da intermina jornada, declarados *insubmissos*, porque não chegaram, apesar dos herculeos esforços empregados, das noites mal dormidas, dos dias de infatigável canceira, porque não chegaram, no prazo fatal dos dous mezes, ao ponto, adrede assinalado, para sua incorporação.

Eis ahi uma das fontes de *insubmissos*, creada pela propria lei em face da deficiencia de prazo.

O grande numero de *insubmissões* têm por principal motivo essa estreiteza, essa usura de prazo e não, por honra nossa, a ausencia e o menospreso do cumprimento do dever patriotico.

E' facto que esse prazo foi ampliado, distendido por mais alguns dias, arbitrando-se que a apresentação dos sorteados se conta da «data em que ella é feita na junta de alistamento.»

A medida longe de deter, de estancar o curso; ao contrario, o alargou, o dilatou, o ampliou; o numero de insubmissos continua annualmente a golpear num crescendo immenso: 14:393 em 1917, 26:010 em 1918.

Os dados relativos ao anno de 1919 ainda não estão convenientemente apurados; é de suppôr que attingam e mesmo excedam á fronteira dos 30.000.

Para conjurar este exodo de insubmissos, ordenou-se, dispôz-se que os sorteados retardatarios, pelas causas que vimos de expôr, fossem considerados como *licenciados sine die* (Aviso n.º 109 de 28 de Maio do corrente anno).

E' uma solução absurdamente protelatoria, pois a um mal se oppôz um outro ainda maior. Os conscriptos em tales condições não mais se arriscarão a empreender tão dolorosas e improficias viagens, ficarão tranquilos, solertos em seus lares, amparados, cobertos por uma nova modalidade de *habeas corpus*: — a licença por tempo illimitado.

E' mais uma valvula por onde se escoaram os sorteados distantes e os não notificados.

E para coroar essa obra da dissolução só nos falta a amnistia, que ahi já se vem anunciando...

Em nossa desautorizada opinião, a questão gira tão sómente em torno de uma judiciosa e conveniente dilatação de prazo.

E' preciso ampliar-o, distender-o, attenções ás condições do meio, quer se trate dos sorteados nortistas e sulistas, quer se cogite dos centraes e interiores.

Um prazo de *seis meses* de permeio entre o *acto terminal do sorteio* e a época assinalada para a *incorporação* me parece solucionará o problema.

As operações preliminares e preparatorias do sorteio, a cargo das juntas de alistamento e revisão sofreriam nesse caso uma translacão para melhor, antecipados os seus trabalhos de tres a quatro meses.

E fixado, como actualmente ocorre, o *último dia de Fevereiro* para a terminação da incorporação dos conscriptos, se evitaria que elles chegasssem ás suas unidades em épocas diferentes, ora isolados, ora aos bocados, aos turnos, aos magotes, ás turmas, prejudicando a instrucção e pondo mil embarracos á administração dos corpos.

Em materia de tão notoria importancia, é preciso dizer a verdade inteira, sem rebuço.

Uma das imperfeições primordiaes da lei reside unica e exclusivamente no serviço de alistamento e nas juntas que o constituem.

A sua presidencia é outorgada privativamente ao chefe do executivo local (letra *b* do artigo 56 do serviço militar), cujo cargo depende exclusivamente da eleição entre os partidos que se degladiam na ambicionada posse do poder.

E' ahi que commodamente se aninha, se abriga, se asyla a politicalha. A pressão moral e material do chefe do executivo local, com rarissimas exceções, excede, ultrapassa a todos os limites. Seu primeiro cuidado é fazer um alistamento falho, viciado, gravando, por meio de processos condemnaveis e através de meios tortuosos, reprovaveis, os seus desaffectos e adversarios politicos, agrilhoando-os, afferrando-os ao onus do recrutamento, e d'elles libertando, excluindo, os amigos e os correligionarios. Em uma palavra metamorphoseando o alistamento numa cornucopia de favores para uns e num torniquete de torturas para outros.

O alistamento, já falseado pelos vicios oriundos do registo civil onde, em geral, se confundem vivos e mortos, se baralham homens, mulheres e crianças, e ainda assim não generalisado em muitos pontos; já degenerado pelas lacunas do registo eleitoral, deformado pelo nefasto interesse partidario; já adulterado pela tenaz e persistente má vontade dos chefes dos establecimentos commerciaes, industriaes e fabris em arrolar os seus empregados para os fins do sorteio; já desnaturado pela falta de dados dos estabelecimentos do ensino e mais associações, é ainda aggravado pelos processos indecorosos de um *truque de substituição* de sorteados. Os chefes do executivo local alistan individuos com idade insufficiente ou superior á exigida pela lei, e deixam proposital e

criminosamente de relacionar os que attingem á idade legal; arrolam uns individuos por outros, estabelecendo uma modalidade *sui generis de substituição pessoal*, que a lei extinguiu.

Aqui, no Districto Federal, dá-se um facto, aliás, muito curioso. O Prefeito é quem designa o funcionario municipal que o deve substituir na junta, visto não poder a ella comparecer pessoalmente pela multiplicidade e exigencias de seus affazeres. Em regra, delega seus poderes a um alto funcionario, este, por sua vez, delega a um outro, na ordem descendente. E de delegação em delegação vae ter a um funcionario subalterno, muitas vezes de idoneidade e respeitabilidade duvidosas para presidir a junta.

O que acontece? Os demais membros, não querendo submeter-se á presidencia de um tal funcionario, abandonam o serviço solicitando dispensa sob varios pretextos, reaes uns, apparentes outros. E as juntas arrastam-se desfalcadas de seus membros sob a presidencia de tão prosaico presidente.

E' preciso escoimal-as da nefasta influencia dos nefastos chefes eleitoraes, e dos seus elementos amorphos; é mister tornal-as exclusivamente constituidas de militares, rebuscando-os, recrutando-os entre os officiaes da 1<sup>a</sup> classe da reserva do Exercito de 1<sup>a</sup> linha (officiaes reformados), pois «os militares são os unicos que conhecem e sentem as necessidades de sua classe», na tão conhecida e estafada phrase de Marmont; é forçoso, nesse ponto, volver ao regulamento de 1908, conferindo os cargos de presidente e secretario das juntas, á livre escolha de seus membros, respeitadas a hierarchia e a idoneidade de cada um; é conveniente ainda arbitrar-se-lhes uma gratificação pecuniaria *pro labore*, porquanto trabalho não remunerado não pôde ter rendimento útil; dê-se-lhes uma diaria de 5 e 10\$000, ou se lhes consigne uma quota de 1\$000 por homem alistado.

A continuarmos afferrados, firmes, afinados nesses processos será collaborarmos criminosamente para a falencia do sorteio. Para proval-o, basta tomar tão somente o alistamento de 1918, muito superior em varios pontos aos anteriores. Dos 190 municipios, em que se subdivide administrativamente o Estado de São Paulo; a média dos alistados por municipio não excede de 196 — 4 por cento. Para o con-

tingente pedido de 4.276 sorteados apenas 1200 se apresentaram, deixando um claro de 3.076 homens ou 72% de refractarios. Em Minas Geraes, dos 193 municipios, em que o Estado se desdobra, a média, aliás assombrosa, foi de 63,2% de homens por municipio. O numero de insubmissos alçou a quota de 56% sobre o contingente pedido. No Estado do Rio de Janeiro, o alistamento accusou o arrolamento de 23.330 homens nos seus 49 municipios. Para o contingente pedido de 1.377 sómente 669 se incorporaram. O claro a preencher foi de 708, o que importa em confessar que o sorteio não conseguiu sequer cobrir a metade dos claros. No Districto Federal, o numero de alistados sobre 26 districtos, em que elle se fracciona, tocou a 8.792. Sorteados 2634 cidadãos para o preenchimento de um contingente de 925, o numero de insubmissos golphou cerca de 65%. No Rio Grande do Sul, Estado immensamente sobrecarregado com o onus do recrutamento, o numero de insubmissos attingiu approximadamente 3.000 sobre o contingente pedido, e destes apenas 53 foram capturados. Nos Estados pequenos, santo Deus! que descalabro, que orgia macabra! Para não citar outros, tomemos como modelo o Espírito Santo, Estado que se acosta, se abeira a poucas milhas da Capital Federal. Em 29 municipios, dos 31 em que se integra, o alistamento denunciou 6.727 cidadãos aptos para o serviço militar. Mas desses 6.727, por motivos varios, por isenções mil que a politicagem descarna, escaparam-se 5.717, isto é, nas malhas do recrutamento apenas ficaram retidos 1010. Municipios houve, em que as juntas não encontraram um unico homem capaz de ser soldado! Em compensação em muitos outros nada escapou, até uma criança de sexo feminino, de 9 annos de idade, foi alistada! Se do Estado do Espírito Santo passarmos a outros tão pequenos ou pouco maiores do que elle, os mesmos escândalos escoam, golpham, jorram em maior ou menor escala. Pôde-se afirmar sem receio de contestação, que tanto nos grandes como nos pequenos Estados, além da infrene politicagem e do revoltante e exagerado nepotismo, o alistamento está pontilhado de erros, bordado de falhas e saturado das mais odiosas perseguições politicas.

E quando se procede á apuração, á selecção dos individuos attingidos pela sor-

te, á superficie dos factos consumados sobrenadam as immoralidades crassas de tão immoraes alistamentos. Verifica-se, absorto, que alguns conscriptos são falecidos ha muito; desapparecidos outros, ou de moradia ignorada; constata-se, com pasmo e nojo, que muitos delles, são aleijados ou cegos, mentecaptos ou loucos. Não é pois de estranhar que ante tantas infracções e attentados á moral e á justiça, ante tantas violações e transgressões á lei, clara e positiva, tumultuem os *habeas-corpus* e proliferem as *absolvências*.

Não condennemos os Tribunaes que, por suas sentenças, abrem mais uma valvula ás muitas que concorrem para o malogro do sorteio; condennemos, sim, a esses máos brasileiros que arrastados, conduzidos pelos seus interesses privados ou de campanario, collocam a politicagem acima dos interesses vitaes da Pátria.

(Continúa)

Coronel Lobo Viana.

## A unidade de doutrina

Posto em confronto o estado actual do Exercito com o de alguns annos atraç, creio bem haver justo motivo de satisfação. A evolução por que tem passado é facto que se não pode negar. Si o compararmos, não com o que foi, e sim com o que devia e podia ser já não vejo os mesmos motivos para estarmos satisfeitos; pois uma grande etapa resta ainda a vencer. E' que na epocha actual marchar não basta, é necessario marchar correndo; uma parada significa regresso.

Entre os defeitos que carecem ser corrigidos, a meu ver, nenhum o carece tanto, como a desuniformidade no modo de pensar (provavelmente haverá no de agir) dos officiaes, em se tratando de principios fundamentaes que, como um dogma de fé, por todos deviam ser aceitos.

Vindos de proveniencias diversas, não tendo passado pelo mesmo cadiinho, explica-se o facto; no entretanto, pode ser futuramente causa de dissabores.

Entre outros, o exemplo que se segue e que suggeriu estas linhas, comprova o facto.

Si a officiaes do Exercito fôr proposta esta questão: qual deve ser nosso modo de accão em caso de guerra com o paiz X? As soluções apresentadas serão:

a) Si invadirem por aqui, a nossa resistencia será em tal ponto; si a invasão se dér acolá, em tal ponto resistiremos.

b) Outros, remanescentes de epochas passadas, estão convencidos que com uma divisão de cavallaria iriam á Capital do paiz inimigo, resolvendo com successo a contenda.

c) Terceiros, (não é invenção), pensam que a defensiva nos é imposta por não permitir nossa Constituição guerras de conquista nem declaração de guerra sem que antes se recorra á arbitragem.

E, outras respostas.

A primeira resposta, que não é rara, significa dolorosa confissão de inferioridade e traz como consequencia um enfraquecimento moral; si de facto existe esta inferioridade, si não é fructo do pessimismo, não devemos a ella nos resignar como uma fatalidade; ao contrario devemos sem tardança fazer a superioridade passar para nosso lado, empregando para isso todos os meios possiveis, destruindo os obices que encontrarmos; será largamente compensado todo o sacrificio feito nesse sentido, uma vez a guerra declarada.

Deixar a iniciativa ao adversario, acceptar a imposição de sua vontade ao em vez de procurar impôr a nossa, é uma doutrina má.

Os que respondem do segundo modo se esquecem que o tempo e o espaço são as coordenadas dos factos historicos, e que a coordenada tempo é hoje outra. O despreso do adversario é um outro erro, e, mais de um exercito tem pago caro este desprezo.

Quanto aos terceiros, estão tambem afastados da verdade; pois não ha incompatibilidade entre a defensiva politica e a offensiva estrategica.

Como este exemplo, outros poderia citar de falta de unidade de doutrina; quem pudér ficará convencido fazendo uma exploração neste terreno.

A qualquer instituição é necessaria a unidade de doutrina; ao Exercito é *imprescindivel*, é mesmo uma causa de sucesso e factor de superioridade.

A doutrina moral do Exercito, embora função de elementos varios, taes como: densidade e caracter da populaçao, meios de communicação, qualidades e defeitos dos provaveis adversarios, etc.; não pode ter por base a defensiva; a não ser

em caso de uma inferioridade *indiscutivel e irremediavel*.

A defensiva não deve ser mais do que uma phase obrigatoria da accão, segundo as alternativas da guerra; o Exercito que a ella se vota, vota-se ao suicidio.

Sómente a *offensiva, a renacidade, a vontade firme de vencer*, podem ser erigidos em doutrina do Exercito.

Certamente o orgão director do Exercito já firmou sua doutrina moral, isto é, um numero limitado de principios basicos, que sirvam de directivos á conducta de seus membros. Ella transparece de nossos regulamentos. Não é o bastante, é necesario que seja incutida no espirito dos jovens officiaes e candidatos á officiaes, desde o inicio da carreira, em toda occasião opportuna através de todo conhecimento que se lhes ministra de modo a sedimentar-se gotta a gotta.

Em epocha não mui distante diverso era o criterio «seguido em nossas E. M.; o mais perspicaz dos alumnos de então, não suspeitava siquer que pudesse haver uma doutrina do Exercito. Em quanto o professor A exgottava o anno com theorias de uma utilidade problematica para o militar, o professor B mostrava a superioridade do positivismo e o professor C exaltava as vantagens da escola de Spencer. Está claro que havia excepções; a regra geral era o desamor a assumtos da profissão.

Como a selecção intellectual era a unica que se fazia, além de que é da indole da raça, ao util preferir o ornamental, o alumno só tinha por escopo tirar gráo alto, cultivando exclusivamente a intelligencia e concordando em genero e numero com seus mentores; nestas condições sahiam das E. M. homens de grande *erudição*, capazes de *discutir* as mais diversas theses, e profissionaes...

Quanto ás qualidades de caracter, de uma importancia capitál ao militar, se não procurava desenvolver e cultivar; quantas vezes não ficou em má situação aquelle que collocava acima do interesse do gráo, o sentimento da personalidade e a firmeza do caracter.

Hoje podemos estar desvanecidos com o progresso realizado; os defeitos de origem, porém, em parte persistem, e dentre elles nenhum urge tanto corrigir como a falta de unidade de doutrina. Quando tudo se remodela, devemos tambem unificar os moldes.

Capitão Acacio Paria Corréa.

## Uma solução

(Duração do serviço militar)

No momento nada parece mais urgir que uma solução á situação critica por que passa a tropa no periodo que vai do começo do renovamento das fileiras, ao exame de recrutas. Não é novo o que ahi digo, e o quanto ha de compromettedor á efficiencia da tropa em tal occasião todos o sabem, e esta revista n'um dos bem lancados editoriaes já discutiu a questão e aventou uma solução, a qual a meu ver talvez possa ceder lugar a outra que despretenciosamente aqui emittirei.

A razão, pois, deste artigo, nada mais é que uma outra voz tal qual a d'«A Defeza», soando aos ouvidos da autoridade competente.

Na Fortaleza de São João, onde ora sirvo, tivemos varias promptidões interrompidas por estreitos intervallos mais ou menos durante um mez e que foi quando começaram a tomar vulto na Russia e a irromper em outras partes da Europa as doutrinas maximalistas.

As noticias vindas da Europa eram alarmantes e as razões por que aqui taes doutrinas não se desenvolvessem não eram muito solidas, donde me parecesse infalivel a necessidade da sahida da tropa para manter a ordem. E nisso estava todo o meu temor, o meu receio!

Que esperar de um amontoado de homens, quasi todos bisonhos, de pouco discernimento, vindos dos sertões, ainda assombrados com a caserna, e aos quaes ainda mais se aterrava mettendo-se-lhes nas mãos arma e munição para as quaes nenhuma instrucção haviam recebido?

Não sei que de confusão e de desastres não aguardaria a sorte de uma tal força. Mas, felizmente, sempre a felicidade a nos abrigar! O maximalismo e derivados já agonisam mesmo antes de por cá mostrarem a sua macabra figura.

A minha bateria nessa occasião apenas tinha, promptos, quatro cabos e trez soldados, os demais, todos recrutas, apenas com as primeiras noticias da escola desarmada.

Eis ahi o perigo que corremos e a que estaremos expostos até que se lhe venha eliminar a causa. Mas ainda não é só o perigo; ao lado deste caminha a imperfeição da instrucção que a bôa vontade dos officiaes não consegue evitar. O of-

ficial, ao em vez de dividir os recrutas por turmas, entregal-os a monitores e fiscalizar a instrucção, reune-os todos em uma turma e lhes dá a instrucção, pois que não existem praças promptas para funcionarem como monitores. O resultado de um tal modo de instruir não é satisfactorio e muito menos compensador. Diga-o quem tem a pratica da caserna. A imperfeição da instrucção ainda tem outra origem.

Cito para exemplo a minha bateria; ella tem 21 recrutas e 3 soldados promptos e dá diariamente para o serviço 9 homens.

O R. I. S. G. diz que os recrutas não são escalados para o serviço, entretanto, este é indispensavel, pois que são precisos a guarda do quartel, a escolta de presos, a guarda do alojamento, etc.

Resultado: o recruta hoje não veio á instrucção porque entrou de guarda, amanhã porque dobrou no serviço (isso é muito commun) depois apparece, mas como? Como um homem cansado, tresnoitado, sem um descanso methodico, etc. Em summa, nada mais é preciso para justificar, quanto antes, um remedio ao caso.

A lei n.º 1860 de 1908 arbitrava em dois annos o serviço no exercito permanente e, agora, em consequencia da revisão dessa lei pelo Executivo, passou elle a ser apenas de um anno.

Essa revisão que é a lei actual do serviço militar, diz no seu artigo 9, letra «a) de um a dois annos para os voluntarios e sorteados», e mais abaixo:

«c) de um anno para sorteados que apresentarem o certificado de alistamento previsto no artigo 53».

Na pratica o serviço tem sido de um anno para todos. Não ha quem não ache deficiente tão limitado tempo (\*). E a medida que vou lembrar parece naturalmente indicada, já porque vem sanar a situação melindrosa que atravessa a tropa no periodo de recrutas, já porque menorisa as falhas da instrucção consequentes do exiguuo tempo sob bandeira. E ella está n'uma modificación apenas do que dispõe a letra «c» que poderia passar a ser assim redigida:

«c) de dezesete mezes para os sorteados que apresentarem o certificado de alistamento previsto no art.º 53». E' preciso notar bem que, na realidade, não ha ahi augmento de cinco mezes, (\*) por-

que na vigencia da lei actual, os sorteados não são licenciados assim que terminam os doze mezes, e no anno que corre, os ultimos só o foram em Abril. O augmento anda pois, por dois ou trez mezes apenas, augmento pequeno e de resultados que vão ao encontro de interesses ainda de outra ordem: os homens saberão o dia certo de sua exclusão, o que representa um grande factor nos seus negocios civis, o que ora não acontece; por outro lado a administração do corpo não se verá entre a parede e a espada: de um lado o soldado sem fardamento, com as botinas rotas e do outro a tabella a não permittir que se pague o fardamento a uma praça que está de tempo acabado. (\*) E não será uma falha do protocolo cívico deixar tornar a seus lares, hoje um, amanhã outro, os cidadãos, sem uma solemnidade na despedida dós officiaes e mais companheiros com que em commun viveram como em familia, praticando o mais arduo e elevado dos deveres cívicos?

Adoptando-se a medida que proponho essa despedida será possível; um dia será marcado, por ex., 30 de Junho, para o licenciamento de todos os homens.

Devo lembrar o meio para a realização da medida que proponho.

No 1º dia util de Fevereiro, dia determinado em lei para a incorporação oficial, todas as praças que tiverem de ser excluidas em 30 de Junho passarão a agregadas.

A solução proposta pela «A Defeza» em editorial a que acima me referi, é uma solução que (não me queira mal a D. Redacção da «Defeza», anima-me apenas a intenção de ajudal-a no seu objectivo) envolve um certo numero de novas disposições que irão avolumar ainda mais a lei do serviço militar. (\*)

A burocracia do corpo, que nos convém seja a mais simples, também terá a sua sobrecarga: engajados especiaes, voluntarios de 4 mezes.

Demais, o periodo de recrutas curto como já é, muito soffreria com as inclusões e exclusões repetidas na vigencia desse periodo e á medida que (\*) se fosse reconhecendo intelligencia nos recrutas.

Um certo mal parece ainda advir da medida lembrada pelo editorial, e é o de desfalar o effectivo do Exercito a partir do fim do periodo de recrutas, com o licenciamento desses voluntarios de quatro mezes. E quando um desses homens fôr

procedente de Matto-Grosso, será possível, fazendo-o regressar ao seu Estado em Julho, fazel-o de novo aqui vir no fim do anno para tomar parte nas manobras? (\*)

Isso importaria em grande sacrificio para o cidadão e grande despesa para o paiz.

«A Defeza» permitta-me o fraco auxilio que lhe trago na gloriosa cruzada, a cuja vanguarda se postou, e queira fazer valer o seu prestigio bem firmado, no sentido de assim se fazer na lei do serviço militar.

Dada á letra c) do art.<sup>o</sup> 9.<sup>o</sup> a modificação que proponho poderia accrescentar-se:

«d) A 1º de Fevereiro as praças que vierem do contingente anterior e tiverem de ser excluidas em 30 de Junho, ficam como aggregadas durante esse periodo.

1º Tenente *Silvino Campos.*

(\*) N. da R. — Sempre sustentamos que ainda por muitos annos é preciso ter presente a nossa insuficiencia de reserva de homens militarmente instruidos. Do pequenissimo exercito de que dispomos não ha outro meio de se tirar partido para acelerar a formação da reserva, senão o de diminuir o tempo de serviço, isto é, reduzil-o ao minimo compativel com a sufficiente iniciação militar dos contingentes.

Para attender ás necessidades de pessoal auxiliar da instrucção, de serviços inevitaveis que recrutas não podem e não devem fazer e mesmo para evitar uma syncope na força armada durante o periodo de instrucção de recrutas, isto é, que decorre entre o termo do serviço de um contingente e o do preparo individual e fundamental do seguinte, ha que assegurar a permanencia de certos elementos. A fixação delles ha de obedecer ás necessidades referidas, não pode ficar á mercé do acaso, como propõe o presado collaborador.

— O artificio do serviço de 4 mezes, visando contribuir para a mesma aceleracao da formação de reserva, é uma ampliação liberal e racional de disposição já existente na lei. O recrutamento dessa gente deve ser feito em todo o contingente, sem distincão de voluntarios e sorteados, durante a 1<sup>a</sup> quinzena do anno de instrucção, e em razão do que revelarem os recrutas. Sob o aspecto politico e social isto vem a ser selecção por competencia, o que é, apezar de tudo, *democracia de lei*.

O accrescimo de serviço é mais apparente que real, e felizmente a nossa officialidade convicta de que assim poderá prestar ainda maior contribuição para a defesa nacional, nada receiará por esse lado.

A questão de fardamento resolve-se com bom senso e coragem. Se a exclusão da praça é retardada, ella não pode ser considerada de tempo concluido. De qualquer modo está consignado como principio fundamental que o fardamento é pago em razão do serviço, e em materia de qualquer regulamento é de regra resolver os casos omissos (num regulamento os casos anormaes serão quasi sempre omissos!) procedendo segundo os respectivos principios fundamentaes.

## Uma commissão fardada...

Quando maiores eram os embaraços do novo Presidente em assentar o ministerio, e, para as classes armadas, de delicada expectativa o momento, foi S. Ex. procurado em casa por alguns officiaes que lhe entregaram um memorial pedindo apoio a um projecto da Camara que eleva os vencimentos militares.

Embora no caso se deva tratar de uma resolução tomada por alguns camaradas, desautorizados para fallarem em nome da collectividade, esse acto que os jornaes divulgaram, não causou boa impressão, em geral, e difficil será que haja impressionado bem ao novo chefe do Governo.

Pela nossa parte, e tanto quanto nos faz sentir o orgulho de officiaes, não podemos applaudir esses processos.

O facto que ora commentamos bem pôde ser considerado como um retrocesso a praticas já felizmente abandonadas e só poderá concorrer para que se obtenha sob ares protectores o que deverá ser conseguido sem favor algum e com toda a dignidade.

## Uma industria bem nacional e bem militar

Quando fui mandado servir no Arsenal de Guerra para effectuar o que havia afirmado em memorial poder fazer ahí, em relação á industria electrica para o Exercito, de modo a tornal-a o mais possivel nacional, eu estava possuido por completo d'essa idéa, estava absolutamente sincero e convencido e foi por agir sinceramente que, *malgré tout*, já realizei tecnicamente quasi tudo aquillo que garanti podermos obter n'este sentido.

Assim foi que obtive um typo de pilha de campanha para cada destino da guerra (para telegraphos e minas, para telephones de campanha, para lanternas de signaleiros e para detectores de T.S.F. portateis), pelo que já tive a honra de haver sido elogiado pelo snr. Ministro da Guerra em Aviso n.<sup>o</sup> 129 de 30 de Agosto do anno findo, em vista do parecer da commissão nomeada para estudal-as, tendo ainda fixado douz tipos de apparelhos telephonicos de campanha (de Brigada para baixo e de Quartel General de Brigada para cima), um typo de apparelho telegraphic, bobinas portacabos com grande e original melhamento sobre as communs, lanternas electricas de signaleiros, (\*) etc.

Como se vê, só a sinceridade é mola forte para se *realisar*, sem ella tudo é falso, enganador e mentira; ella opera milagres, só com ella cumpre-se o dever e a consciencia nos diz que somos inte-

gralmente honestos; e se a consciencia nos diz que somos honestos, devemos considerar-nos bem pagos e isto nos é bastante.

O trabalho que tive durante um anno, experimentando, melhorando, modificando e por fim fixando, *realisando* um d'esses tipos, n'un esforço quotidiano de sete horas da manhã ás seis da tarde, em que trabalhei como operario de todas as officinas, dou-o por bem pago com o resultado technico obtido.

Mas, ao que quero aqui mais particularmente referir-me não é á idéa geral da nacionalisação por completo da industria electrica para o Exercito; esta virá pouco a pouco, com o tempo; quero fallar especialmente aqui da industria da pilha secca de campanha, a fonte, sem a qual não ha communicações electricas de relação em campanha; assim, começamos nossa tarefa de nacionalisação por completo da industria, pelo começo, isto é, rationalmente.

Impressionou-me desde o inicio de meus trabalhos no Arsenal, quando fiz as 187 experiencias para fixar os tipos de pilhas secas que estamos actualmente fornecendo, o facto do preço pelo qual era a materia prima obtida e a dificuldade de obter-se-a muitas vezes, principalmente quanto ao sal e ao oxydo que empregavamos e que por fim adoptamos; o chloreto de ammonea e o bioxydo de manganez.

N'estas condições, para libertarmo-nos da dependencia da praça, emprehendi estudos sobre as possibilidades de nós mesmos produzirmos esses compostos chimicos que tão caros nos custavam, chegando o chloreto de ammonea a ficar, durante a guerra européa, por 30\$000 o kilogrammo, quando seu preço commercial em tempos normaes é de 1\$000, tendo o bioxydo de manganez o preço elevado a 6\$500, quando seu preço normal é de 1\$500 o kilogramma.

Estudadas as possibilidades e achando perfeitamente exequivel essa producção entre nós, propuz officialmente fazermos nós mesmos, na Fabrica de Polvora sen Fumaça, esses compostos, pois, si o primeiro d'elles offerecia certa dificuldade em ser ahí produzido, o segundo, o bioxydo de manganez, era de facilimo preparo ahí, pois é industria correlata do acido chlorhydrico e do chlóro.

Acceita a idéa pela Directoria do Ma-

terial Bellico, foi essa Fabrica incumbida do dito serviço e de tal forma resolveu o problema quanto ao bioxydo de manganez, que podemos dizer que o producto beneficiado que ella nos remetteu, da meia tonelada de *pyrolusite* que daqui lhe enviamos, é o melhor bioxydo de manganez que temos manipulado em nossos trabalhos actuaes no Arsenal.

Si levarmos em conta que todo o manganez que nós exportamos é quasi que só constituído de *pyrolusite*, talvez com 80% d'este corpo, podemos bem calcular que o simples beneficiamento d'esse bioxydo impuro de manganez, que é a *pyrolusite*, ficará por um preço muito baixo, o que determinará baixar extraordinariamente o preço do kilogrammo do bioxydo de manganez puro que nos custava 6\$500, pois a tonelada de manganez exportavel do melhor teor custa hoje menos de 100\$000.

Tomando por base o preço de 100\$000 a T. deste manganez bruto, um kilogrammo ficará por 100 rs. e, beneficiado, por 200 rs. (exaggerando o preço do beneficiamento), o que é muito diferente dos 6\$500 que nos custava o da praça, ainda de qualidade inferior.

Assim, se a Fabrica de Polvora sem Fumaça conseguir a producção do chloreto de ammonea com o exito com que obteve a do bioxydo de manganez, podemos garantir que nacionalisamos a industria da pilha secca, pois os outros ingredientes, ou materias primas que entram na sua confecção pertencem ao numero das que se encontram com facilidade no mercado e que nunca faltam.

Os lapis de carvão homogeneo que são um obstaculo ainda ao barateamento da pilha ao ponto que desejamos, estes mesmos vão tambem ceder ao nosso esforço e intuito de nacionalisação da industria: estamos fabricando no Arsenal uma matriz que vai, com a prensa hidraulica de 900 T. que o Arsenal possue, resolver o problema de seu fabrico, muito em conta, com o magnifico carvão de retorta de nossas fabricas de gaz de iluminação.

Realmente, o lapis de carvão homogeneo, que nos custa hoje 1\$500, ficará por menos de 100 rs!

Por esta forma, vamos ter a unidade industrial de pilha por um preço que desafia concurrenceia, além de obtermos o producto novo, com a vantagem de não ter soffrido viagens e armazenamentos de

longos meses, que, como sabemos, depreciam o producto, pois com esses armazénamientos prolongados a pilha perde suas características electricas e sua vida utilifica menor.

Penso que seria uma excellente idéa não ficarmos só com os fornecimentos aos corpos e estabelecimentos militares quanto a esta producção, mas sim com o fornecimento obrigatorio a todas as repartições publicas; seria isto um meio de alimentarmos, facultando-lhe meios de melhorar suas condições de producção, essa industria que tem elementos para ser bem nacional, como vemos e que é essencialmente militar. (\*)

Capitão Flávio Queiroz Nascimento.

*N. da R.* — Vozes de leitores num regimento da província: «Entretanto há mais de tres meses pedimos, com pagamento immediato, umas lanternas de signaleiros, e até hoje!...»

## O que o Exercito pode ser para a Nação

### CAPITULO I

#### Esphera de applicação das leis do treinamento physiologico

O fim da instrucção militar é preparar o homem para a guerra; ahí se manifestam todas as qualidades adquiridas pelo treinamento em tempo de paz.

Ora, no momento em que a guerra é declarada, quando a mobilisação chama ás armas todos os cidadãos conscriptos, as classes apresentadas ver-se-hão, por assim dizer, disseminadas pelos numerosos contingentes chamados para completar o efectivo de guerra das diferentes unidades. Por isso que as qualidades physicas adquiridas com o exercicio se perdem pelo repouso na reserva, não haverá mais verdadeiros soldados, não os homens que constantemente passaram a vida nos corpos, e, talvez, os da classe mais recentemente licenciada, caso a mobilisação tenha logo após o seu desligamento.

As qualidades do treinamento perfeito obtém-se, sem dúvida, mais depressa, quando já foram precedentemente adquiridas; mas não se pôde garantir, visto como não está demonstrado, que si isto se verifica para um certo repouso demorado, tal seja sempre para um repouso mais prolongado por alguns annos.

Pode-se perguntar si o soldado que, bem treinado na marcha, percorreu 25 kilometros sem fadiga, poderá fazer um mesmo percurso nas mesmas condições, um anno depois de sua baixa. No caso negativo, recuperará elle o grão de perfeição num periodo de instrucção mais curto que para a primeira acquisição? Si tal se observar, dar-se-á o mesmo dous, tres annos após? Não se encontrará elle nesta occasião no mesmo estado em que se achava antes de receber qualquer instrucção?

E' provável que o alto grão de pregaro não se recupere por um rapido treinamento, a não

ser si o repouso fôr pouco prolongado; e poucos reservistas, — talvez os mais recentemente licenciados, — conservarão as qualidades que possuam no momento em que se afastaram da tropa.

Segundo Kolb, as qualidades adquiridas se perdem no mesmo tempo em que as foram.

O que permanecerá é o desenvolvimento physico dos musculos e de todo o organismo — tudo o que dá a boa gymnaستica, — pelo exercicio, pelo regimem da alimentação, pela pratica da hygiene. O bom methodo physiologico formará individuos mais fortes, mais resistentes, mais aptos, portanto, para a guerra, mas que conservarão sómente o que as circumstâncias de sua vida civil lhes permitiram conservar do thesouro sagrado que possuam no momento em que foram licenciados.

Neste ponto de vista, o Exercito é a melhor escola de gymnaستica, e é unicamente a este titulo que os physiologistas têm razão de intervir na questão do preparo militar.

Não se trata de um sport quando se busca o adextramento e a conservação deste estado, não obstante certos repousos calculados de maneira a não prejudicar as qualidades fornecidas pelo exercicio.

Considerado desta maneira, o exercicio militar deveria ser repetido periodicamente durante todo o tempo em que os reservistas fossem susceptíveis de incorporação:

«Não basta adquirir as qualidades de «entraînement», diz Mlle Joteyko, é necessário ainda saber conservar-as intactas para delas se poder servir no momento desejado». Leitenstorfer, medico militar allemão, tambem aconselha praticar no Exercito o aperfeiçoamento periodico, consistindo em periodos de exercícios e de repouso.

Não considera elle sinão a conservação do treinamento durante a permanencia do soldado na tropa; mas é evidente que o ideal seria manter tambem o grão de pregaro entre os soldados licenciados, por meio de chamadas sucessivas, e neste caso o dispendio com o Exercito seria muito maior que actualmente, e os physiologistas chegariam a um resultado muito diverso do que desejam.

O erro promana do que têm escripto sobre a materia Mosso, J. de Bloch, Joteyko, e outros que não têm a concepção nitida do que é e deve ser o Exercito. Todas as suas theorias reposam sobre este problema: no fim de quanto tempo se adquirem as qualidades de treinamento physiologico, — na especie, — de treinamento physiologico militar? Este tempo regula a duração do tempo de serviço militar.

E' tambem isto que escreve Richet: «Comparando o exercicio militar com o exercicio sportivo, jogos e outros exercícios physicos, esta verdade torna-se mais evidente ainda. (Para Richet o tempo de serviço não poderá ser de 3 ou 6 meses, a não ser que se conte com material excellente, quadro de officiaes bom e um sentimento patriótico elevado mantenha o moral dos homens). A habilidade adquirida pelo exercicio de um sport qualquer, bilhar, xadrez, cyclismo, natação, etc., é progressiva; attinge, porém, em certo tempo, um maximum que lenta e difficilmente se poderá ultrapassar. Para fazer calar a physiologia, direi que a curva desta habilidade, adquirida pelo exercicio e pelo treinamento, tem a forma de um parabola... Vê-

se assim, evidentemente, que, durante os tres primeiros mezes, os progressos serão consideráveis; nos tres seguintes, um pouco menores, mas ainda accentuados; e que, então, passado este tempo tornam-se diminutos.

«É uma insignificancia si em seis mezes, em um anno de trabalho e de fadiga, obtiver-se um pouco mais de habilidade ou de flexibilidade.

«Quando se quer ser mais forte que seus competidores, no tennis, no foot-ball, na esgrima, de certo que não é indiferente adquirir maior habilidade; por mais fraca que seja a progressão parabolica, nem por isso será menos real; e é unicamente com exercícios prolongados que se pode obter uma notável superioridade. Mas tal não será a necessidade para os seiscentos mil soldados a pôr em linha por occasião da guerra. Não se cogita de ter exímios andarilhos, ou atiradores capazes de acertar o maximum de tiros no alvo; basta possuir bons marchadores, bons atiradores, perfeitos conhecedores do manejo do fuzil, cidadãos animados de um verdadeiro espírito patriótico e militar. Para que, pois, este excesso de treinamento...? O treinamento, como todas as funcções physiologicas, comporta um limite que se torna perigoso ultrapassar. Muitos athletas, accomettidos de uma infecção aguda, morrem rapidamente, incapazes de reacção... O treinamento militar pode ser obtido em seis ou doze mezes, e, portanto, um treinamento mais prolongado é inutil e pode acarretar pessimas consequencias.»

Reproduzimos esta longa citação de Richet, para apontar nitidamente o erro em o qual incorrem os physiologists que estudam a questão do treinamento no ponto de vista militar. Elles occupam-se quasi exclusivamente do ponto de vista sportivo.

Quanto ás qualidades psychicas que o treinamento sportivo d'á, é bom não esquecermos que existe uma diferença entre as que são devidas ao treinamento phisico e aquellas que se adquirem pela instrucção e por meio da suggestão.

O exercicio sportivo habitua, sem duvida, ao perigo: contribue grandemente para crear esta especie de coragem, caracterizada pela indifferença aos transes perigosos, como se observou entre os povos primitivos e que o homem civilizado pouco a pouco vai perdendo; poderiamos chamar a isso coragem passiva. Para o soldado diríamos a perseverança no combate. O que é mais necessário, porém, na batalha moderna, é a coragem activa, nascida de um estado d'alma, de um sentimento intimo: amor á patria, desejo de gloria, entusiasmos de toda natureza; ella dá a audacia, o denodo, o transporte, a vontade de vencer.

Não ha nação em que se cultivem mais os sports do que na Inglaterra. Os officiaes sobretudo, entregam-se á vida sportiva, e a guerra do Transvaal poz em relevo a sua coragem manifesta, que lhes permittia cumprir passivamente o seu dever, com honra. Não nos parece que elles quizessem mostrar esta coragem activa, esta vontade de vender a todo o transe, que se comunica dos officiaes á tropa e dá o entusiasmo, o calor, a vida; este arrojo que dá a iniciativa e faz com que o chefe não hesite em empenhar a sua responsabilidade.

Em summa, quaes seriam os ramos do programma de instrucção militar que poderiam ser assim assimilados aos sports? O tiro e a marcha

da infantaria. Não se pode considerar a gymnasistica, que constitue um ramo accessorio; seu fim é unicamente fortalecer, flexionar os musculos; ella serve da preliminar aos exercícios militares.

Para o tiro, Mosso, pretende que um mez de aprendizagem basta; no fim deste tempo ou se é atirador ou nunca se o será: esta opinião será discutida mais além.

No que concerne á marcha, a etapa normal admittida na Belgica é de 22km,5; ordinariamente é só o que se exige do soldado; e só em casos excepcionaes etapas mais longas são realizadas, e mui raro excedem á força media dos infantes, como nas marchas forçadas de etapas muito penosas; mas os reservistas, na maioria das unidades não terão o treinamento e muito menos a «forma», que permite o rendimento maximum.

São necessarias, para manter o soldado nestas provas, outras qualidades que não as do treinamento physiologico, ausentes, aliás, na maioria, e pode-se mesmo dizer que se deve exercitar os soldados aos esforços physicos para habituar a sua vontade e não o seu corpo.

Para que, então, applicam-se, exactamente, todas as theorias concernentes ás leis do treinamento physiologico, capazes de diminuir, por sua judiciosa applicação, a duração do tempo de serviço? Não o percebemos.

Muitos espiritos fazem confusão entre «treinamento physiologico militar» e «treinamento militar». E notadamente Richet faz esta confusão, dizendo: «O treinamento militar pode ser obtido em seis ou doze mezes...». O primeiro não é só uma parte do segundo. O treinamento physiologico tem por fim aumentar as forças physicas do homem sem que delle faça um soldado. Uma nota ministerial francesa regula, como se segue, as condições do treinamento physiologico:

«Conhecer o grão de resistencia do soldado, de maneira a nunca ultrapassal-o; conservar e desenvolver-lhe as forças por uma serie de exercícios varios e apropriados; saber fazel-o repousar a tempo; recomeçar, logo que possa, os esforços interrompidos pelas circumstancias exigentes; conduzir assim o homem, sem abalo e quasi sem o perceber, a seu maximum de flexibilidade e de vigor...»

E precisamente a limitação da esphera de applicação das leis do treinamento physiologico.

Os physiologists fazem, da parte puramente mecanica da educação militar, a parte importante, a base desta educação. O resto, (quando delle se preocupam), parece-lhes secundario: saber marchar e atirar... «Basta, diz Richet, ter bons marchadores, bons atiradores, perfeitos conhecedores do manejo do fuzil...»

E, todavia, este não constitue o papel do soldado; a marcha e o tiro não são sónous ramos de um programma sobreencarregado. E além do ensino profissional technico, ha o treinamento moral, a educação physica, mais importante ainda do que a educação physiologica e profissional.

Mas então? O papel do physiologist é a bem dizer, restricto: elle auxilia o educador technico, — e talvez o educador moral, no caso extremo em que as qualidades psychicas possam nascer do exercicio physico.

A applicação das leis physiologicas á instrucção militar permitirá melhorar os methodos de gy-



mnastica, tirar melhor partido do tempo consagrado a estes exercícios e obter um resultado mais satisfactorio.

O conhecimento de taes leis dará aos chefes o modo de melhor regular a duração e a extensão das marchas em certas circumstancias; determinará as melhores regras hygienicas; exercerá ainda influencia sobre a determinação do regimen de alimentação, a maneira de vestir-se, a condução da mochila, etc., etc.

Em uma palavra, a physiologia ocupar-se-á da saude do soldado; cuidará do corpo, lutará contra os abatimentos physicos, as molestias; permitirá ás tropas manterem por maior espaço de tempo seus effectivos numerosos e em bom estado; mas não permitirá diminuir a duração do tempo de serviço, porque não se trata, é necessário repetir, de absoluto treinamento, de nínia perfeição! O excesso de exercicio não é para receiar na instrucção geral, nem na instrucção profissional, nem na educação das faculdades physicais; a fadiga seria proveniente de um ensino muito rapido, isto é, de um tempo muito curto, de uma insuficiente duração do tempo de serviço, nada se podendo cortar, actualmente, no programma de instrucção, ao contrario.

O que os physiologistas podem reclamar, é que os officiaes, encarregados de commandar, exercitar, treinar physiologicamente, nutrit, vestir, alojar os homens, conheçam o homem physico, como os psychologistas e os sociologistas exigirão que os officiaes, tendo a formar, educar, dirigir, exercitar, amainar ou instigar as vontades, os corações e as almas, conheçam o homem psychico, o homem social.

Segundo Tenente de inf. José Porto Carrero.

(A seguir: Cap. II. — A physiologia na instrucção dos recrutas).

Endereços telegraphicos O Sr. General Barbedo acaba de tomar uma providencia que consulta aos interesses do serviço militar e aos do telegrapho, como tambem, do tesouro.

Verificada a prolixidade corrente nos endereços telegraphicos e nas assignaturas dos remetentes e ouvida a repartição telegraphica, que informou serem inconvenientes as abreviaturas de palavras, S. Ex. mandou publicar em boletim um codigo das designações abreviadas para endereços. Por exemplo:

General Commandante da 2<sup>a</sup> R. M. — Região a S. Paulo.

Chefe do Estado Maior da 2<sup>a</sup> R. M. — Região E. M. — S. Paulo.

3<sup>a</sup> Brigada de Infantaria — Brigada Coritiba.

6<sup>o</sup> Regimento de Infantaria — Infantaria — Caçapava.

2<sup>o</sup> Corpo de Trem — Corpo — Pinda.

Quando os despachos se dirijam ao proprio commandante precederá a abreviatura «Comte». As assignaturas devem ser «Coronel Chaves» e não, como acontecia «Tenente Coronel João Guilherme da Silveira Chaves, commandante interino do 3<sup>o</sup> batalhão do 6<sup>o</sup> Regimento de Infantaria».

## Assumptos Navaes

### A Historia que se repe...e...

Batalha de 10 de Agosto — Guerra russo-japoneza

A situação geographica da Russia é a immensidão de seu territorio, ocupando zonas vastissimas em dous continentes, oppõe-se a que ella seja uma potencia naval. «La Russie ne sera jamais une grande puissance maritime» (Daveluy).

Querendo expandir-se em todos os quadrantes, sem primeiro remover as diffi- cultades da sua situação continental com uma politica previdente e um solido pre- paro militar, o Imperio Moscovita é o exemplo mais frisante que a historia nos apresenta dos perigos a que se expõem os paizes, onde, sem a minima atenção pelos interesses da defesa externa, os politicos dominantes abrem inconscientemente os fundos precipicios do abyssmo, em que a nação fatalmente não tardará a pre- cipitar-se.

Levianamente fiados no antigo prestigio militar da Russia, cujos feitos ainda res- boavam nas paginas da historia da Europa; esquecendo que «massa de homens armados» já não é synonimo de «Exer- cito» e, muito menos, de «Marinha», os dominadores de S. Petersburgo não mani- festaram já mais intenção alguma de edu- car os sentimentos civicos do povo, nem cogitaram de desenvolver a capacidade technica do seu Estado Maior General — orgão que caracterisa e define a poten- cialidade militar de uma Nação.

A previsão, base logica da politica, e particularmente dos negocios internacio- naes, não entrava — ao que parece — nos calculos do governo russo...

O Exercito e a Marinha daquelle paiz permaneciam desorganizados, sem espirito militar, sem unidade de doutrina, sem orientação definida, sem Estado Maior General e, o que é o cumulo, sem que politicos e militares coordenassesem a sua accão para attingirem os seus objectivos...

«La flotte et l'armée de sa politique», phrase que caracterisa as ligações da politica com a estrategia, não entrára nos planos dos governantes russos...

Ao mesmo tempo, o povo, analphabeto e semi-selvagem, sem educação civica e inteiramente desinteressado da politica nacional, mostrava-se surprehendido e irritado com a guerra com o Japão.

**A guerra exige, como condição essencial para a victoria, que a Nação vibre de entusiasmo pela causa que o governo espôsa!...** O Exercito e a Marinha são simples reflexos da Nação! Atirados por longas e morosas vias de comunicação a remotos theatros de operações, onde, por outro lado, a Marinha do Oriente parecia não ter já mais cogitado da possibilidade de uma guerra com o seu unico inimigo provável, os russos colheram os frutos semeados pelos seus estadistas e chefes militares e navaes: a derrota pela incapacidade militar e moral para bater-se com um paiz, que, como diz Daveluy, «s'y préparait avec fureur depuis plusieurs années» e que gosava, ao mesmo tempo, das vantagens de uma situação geographica excepcional!

Os orçamentos militares da Russia — principalmente os da Marinha — eram muito superiores aos dos nippões, dando-lhe, portanto, todos os recursos para uma guerra que não podia ser surpresa para os moscovitas, cujos interesses, no Oriente, estavam em conflito aberto com os objectivos expansionistas dos japonezes.

Os cégos dominadores da Russia acreditavam, porém, que bastaria o volume das suas avalanches humanas, inconscientes, desorganisadas, atiradas na guerra sem objectivo e sem entusiasmo patriótico, para esmagar o seu inimigo oriental! «On n'improvise pas une marine du jour au lendemain! On ne crée pas instantanément tout un material naval!»

Não se imprime a uma Marinha — nos ultimos momentos, ás portas abertas da guerra — a dôce regularidade da engrenagem dos serviços de um Estado Maior General!

Assim, sem pregar militar, sem espirito combativo, sem entusiasmo pela causa da guerra, cujos objectivos não lhes interessavam, foram os russos surprehendidos por uma situação bellica inevitável...

A esquadra do Oriente conseguira concentrar os seus melhores elementos em Porto Arthur, onde a inercia de um chefe incapaz, descurando as precauções mais elementares em face do perigo imminente — ao ponto inacreditável de deixar aberto o porto e acebos os pharões da barra e dos navios — permitiu a «surpreza» de 8 de Fevereiro...

A completa ausencia de preparação para

a guerra era o característico da marinha russa. Ao passo que, na esquadra japoneza, todo o pessoal, desde o Almirante em Chefe até o ultimo grumete, preparava-se para a luta com o entusiasmo que suscita a eventualidade de um conflito reclamado pela opinião publica; quando todas as operações que deviam decorrer da guerra eram estudadas minuciosamente pelos japonezes e constituiam o objecto de constantes exercícios; e que as forças navaes do Imperio do Sol Nascente eram divididas em fracções tendo cada uma delas recebido uma composição intelligente, respondendo a um plâano de campanha bem determinado; a esquadra russa do Pacifico repousava mollemente em uma falsa segurança, sem que nenhum dos seus Chefes e Commandantes acreditasse na iminencia do perigo e receiasse o valor do adversario! As diferentes unidades desta esquadra nunca haviam sido guarnecidas de modo racional; os navios não haviam jamais manobrado em conjunto; não se exercitavam, não treinavam os seus artilheiros, não faziam exercícios de saídas e marchas nocturnas... Os serviços do Estado Maior não existiam senão em seus defeituosos regulamentos! Para essa esquadra, o primeiro encontro com o inimigo foi o primeiro exercicio de guerra, e alguns canhões atiraram, então, pela primeira vez!

O inqualificavel estado de espirito dos inertes chefes navaes russos, explica os insucessos desastrosos da esquadra do Pacifico.

A curta passagem do Almirante Makharoff pelo commando da referida esquadra, deu-nos a impressão de que um sopro de vida nova animava as guarnições dos navios moscovitas.

A perda do Petropavlovsk, a 13 de Abril, mergulhou, porém, novamente aquella esquadra na inactividade, que preparou a sua mais completa desmoralisação. A situação dos navios russos em Porto Arthur, sitiado pelas forças dos japonezes, que cada vez mais se approximavam da praça, tornava-se insustentável e inutil.

A 23 de Junho, aquelles navios, já então sob o commando do Almirante Witzheft, sahiam do porto — ninguem comprehende com que objectivo — para logo depois a elle regressarem, corridos pela simples apparição da esquadra japoneza. Tendo passado uma noite no ante-porto, onde foi alvo de repetidos ataques de tor-

pedeiros — aliás brilhantemente repellidos — o almirante Witgheft encerrou-se novamente com os seus navios no interior de Porto Arthur, de onde saiu, por ordem imperativa do seu governo, a 10 de Agosto, com a intenção de alcançar Vladivostok.

O abandono de Porto Arthur por parte da esquadra russa tornárá-se imperioso: Dentro em breve, os navios — que já começavam a ser bombardeados pelas baterias japonezas — não poderiam renovar os seus aprovisionamentos de carvão e de munições, pois a praça estava sitiada e cortadas as comunicações por via marítima. Infelizmente, o Almirante russo não era homem capaz de afrontar todas as dificuldades que se lhe antolhavam e não comprehendeu — ou não teve valor para tanto — todo o partido que poderia tirar do poder dos seus navios, se agisse com o espirito de decisão e energia que caracterisa um verdadeiro chefe, disposto a realmente combater o inimigo, tanto mais quanto era evidente que os japonezes por motivos controversos — não se lançaram também resolutamente na acção.

Por outro lado, a esquadra ao mando de Witgheft retirára de bordo alguns canhões e holophotes para a defesa da praça; as guarnições estavam incompletas e, poucos dias antes da partida, haviam sido feitas importantes mutações no estado maior dos navios; alguns commandantes iam manobrando pela primeira vez, deante do inimigo!

Nesta conformidade, com tal chefe e tais elementos e disposições, sem o mínimo entusiasmo pela guerra, o que se poderia esperar de semelhante esquadra? Foi o que se viu. O almirante russo pretendia atingir Vladivostock sem ser forçado a combater: «Nous verrons que c'est le parti pris de ne pas tenter le fortune des armes qui a constamment inspiré les actes des deux commandants des bâtiments» (Daveluy).

No entretanto, era patente a importância que teria para o desenlace da guerra uma retirada feliz e oportunha da esquadra russa de Porto Arthur para Vladivostok, ou um combate a fundo com os navios de Togo.

Guiado por erróneas informações a respeito da velocidade dos navios japonezes Witgheft acreditava poder forçar o bloqueio. Denunciava, porém, imprudente-

mente aos observadores inimigos os seus preparativos de marcha e esquecera que «o alfabeto do officio de marinheiro e do forçador de bloqueios indica que as condições mais favoraveis para se ter exito nesse genero de emprezas, acham-se reunidas durante a noite». Só assim, teria elle conseguido lançar as suas forças — aliás consideraveis — para fóra do porto e abrir caminho para Vladivostock.

As marés não podiam servir de pretexto para a saída durante o dia, pois o chefe naval russo teria podido preparar convenientemente as causas para sahir na primeira oportunidade á noite, tendo o cuidado de occultar as suas intenções ao inimigo. Se a data da partida foi, como se affirma, imperativamente marcada pelo Czar, a responsabilidade de Witgheft está um pouco diminuída e a sorte da esquadra foi a que merecia aquelle soberano.

Não está, porém, isento de culpa o Almirante moscovita, porque, a despeito de tudo, podia se ter batido com muita vantagem, tirando partido das condições favoraveis em que o inimigo se apresentou, desconcentrado lamentavelmente, o que, por incapacidade ou fraqueza não fez.

A's cinco horas da manhã começaram a mover-se de dentro do porto os navios russos; ás 8 h. 30 m. toda a esquadra se punha francamente em marcha, rumo a Vladivostock. Prevenido em tempo pela T. S. F. dos seus exploradores, Togo deixa a sua base das ilhas Elliot ás 7 h. com a primeira esquadra (Mikasa, Asahi, Fuji, Shikislíma; Kagusa e Nishin — quatro couraçados e dois cruzadores couraçados) e ao meio dia entrava em contacto com a força de Witgheft (Tsésarevitch, Revitzane, Pobieda, Pérésviet, Poltava, Sebastopol; Askold, Pallada, Diana e Novick — seis couraçados e quatro cruzadores).

Togo marchava ao SW e Witgheft ao SE, em rumos convergentes, ambos em columna (linha de fila), a uma distância de 8 a 9 milhas; os japonezes encurtaram rapidamente a distância, com maior velocidade para cortarem o «T» na prôa dos seus inimigos.

Witgheft, por isso e por ter avistado pela prôa uma forte esquadilha de destroyers, pertencentes á esquadra de Togo, «procurando barrar-lhe o passo com uma cortina de minas» (o que não ficou provado), guina oito quartas successivamente

para B. B., tomado rumo NE, mesmo porque avistára pela sua alheta de B. E. a 2º esquadra japoneza, que vinha reforçar a de Togo. Um pequeno combate de artilharia foi iniciado sem grande proveito para qualquer das esquadras.

Witgheft não soube, não quiz ou não teve valor para aproveitar-se dessa divisão das forças inimigas para cahir vigorosamente com os seus seis couraçados contra os quatro navios de batalha de Togo, nem procurou por forma alguma evitar a concentração que se desenhava, pois o almirante japonez continuava inflexivelmente no seu rumo e logo que viu a possibilidade do combate paralelo guinou oito quartas simultaneamente para B. B. afastando-se; depois outras tanto para B. E.; depois vira simultaneamente 169.: B. E., invertendo a columna e diminuindo a velocidade de modo a não perder o contacto com o inimigo e a permittir o avanço da 2ª esquadra.

A esquadra russa formára, então, os seus cruzadores e destroyers em linha de columnas por divisões, por B. B. dos couraçados. Togo não ousava atacar sózinho os seis navios de batalha inimigos — vantagem que continuava a não tentar o fraco Almirante moscovita, mais disposto a fugir que a combater — e repete a manobra, guinando simultaneamente 16 quartas para BE., restabelecendo a ordem directa da columna, para deixar approximar-se a 2ª esquadra, que regularmente avançava ao seu encontro. Pouco depois, manobrando para tomar a testa da 2ª esquadra, guina 16 q. successivamente por B. B....

Entre 2 h 1/2 e 3 1/2, dizem os chronistas, as duas esquadras japonezas, unidas, atiram-se resolutamente, forçando a marcha, ao encontro dos russos, que haviam antes, retomado o rumo de SE. Em distancia de 8.000 metros, abriram rapido fogo, ficando logo o «Askold» fóra da linha com avaria nas caldeiras, provocada por um projectil japonez.

Os russos guinam, então 4 quartas successivamente para B. B., navegando ao rumo Leste, a que tinham chegado os japonezes para facilitarem a concentração da 1ª e da 2ª esquadra, ficando paralelos a estes. Togo manobrára, pois, admiravelmente com o intuito de operar a sua juncção com a 2ª esquadra, sem, no entretanto, perder o contacto do inimigo! Elle sabia que a sua primeira esquadra era

inferior á força de Witgheft e, chefe endoutrinado, «evitava o combate por não ser superior no ponto ameaçado», até ser convenientemente reforçado pela concentração que se effectuava. Witgheft não soube, não quiz ou não ousou contrarial-o! Reunidas as primeira e segunda esquadras japonezas, estava traçado o desastre russo. A esquadra de Porto Arthur, com os seus navios mal dispostos, expunha os seus cruzadores, de enfiada, a receberem os tiros disparados contra os couraçados e tinha os destroyers inertes, por BB. d'elles!...

Togo, certamente, o teria destroçado, mesmo á troca de sacrificios, se visse que Witgheft podia atingir Vladivostock, distante 1.100 milhas.

Logo que a esquadra japoneza — que dispunha de maior velocidade — julgou-se em distancia efficiente, abriu o fogo sobre os navios inimigos, que responderam vivamente. A's 6 1/2, um projectil japonez mata o chefe da esquadra russa que se achava no passadiço de ré do «Tsarevitch» com o seu ajudante de ordens.

Continuando no mesmo rumo, este navio içou o signal «passando o commando da esquadra» ao Almirante Ouktomskii, então a bordo do «Péresviet», que o não reconheceu. Logo depois, um outro tiro feliz do inimigo penetrava na torre de commando do «Tsarevitch», ferindo e matando quantos alli se achavam e avariando o apparelho de governo. O leme estava carregado a BB. e o navio em curvas vertiginosas levou a desordem á esquadra russa, acompanhado em seus movimentos pelo «Revitzane», seu matalote de ré. O novo Chefe russo, como talvez pre-vira Togo, ordena por semaphoras o regresso a Porto Arthur, deixando os dous couraçados abandonados á furia inimiga!

Não foi, porém, obedecido por todos os navios que, chefiados pelo commandante da divisão de cruzadores, debandam em varias direcções...

Anoutecéra. Togo não quer, ainda uma vez, aproveitar-se de tamanha desordem e deixa que, em corrida louca, em linha de frente, regressem ao seu tumulo — Porto Arthur — ou attinjam varios portos neutros, onde foram internados ou destruidos os navios de Ouktomskii, perseguindo-os mollemente com os seus destroyers, que, por signal, se revelaram novamente incapazes de tirar o minimo proveito dos seus

torpedos nos ataques nocturnos que se succederam.

Excepção feita de «Novick», que após heroico combate singular com o Tsushima, foi posto a pique por sua propria guarnição em Korsakov, os demais navios russos, principalmente os destroyers, só cogitaram de fugir, fosse para onde fosse, apavorados deante do inimigo! Estava terminado o combate e perdida a esperança de uma victoria moscovita no Oriente!

A esquadra russa figura no rol das que, á mingua de prepero para a guerra e de objectivo militar, bem merecem a satyra amarga e grosseira de um engenheiro naval inglez, ouvida a bordo de um couraçado sul-americano ao ser lançado dos estaleiros, em New-Castle-on-Tyne: «os seus navios são construidos para «tea parties» e não para combate!...»

O fim de taes esquadras, sem Estado Maior General devidamente organisado, sem orientação scientifica e sem prepero para a guerra perfeitamente prevista e calculada com toda a sua extensão, só pode ser este: a derrota, mesmo quando em seu seio, em todas as gradações da hierarchia militar, existam capacidades valiosas e magnificas energias dispersas!

Não foi sem motivo que Von der Goltz escreveu: «*Não se cogita sómente de examinar quaes as qualidades que um homem deve possuir para fazer «grandes cousas» como generalíssimo: E' preciso, sobretudo, saber quaes as condições a que deve satisfazer um Exercito e a organisação militar do paiz para produzir «grandes homens de guerra»!*

Só uma «grande Marinha» — uma Marinha verdadeiramente organisada — animada de um sincero entusiasmo pela causa da guerra, poderá produzir «grandes almirantes» capazes de cobrir de gloria o pavilhão da Patria!

Capitão de Corveta *Frederico Villar.*

## Canções Militares

Em 1916, nos corpos desta Região, a canção militar estava em pleno successo.

Sendo sua introducção ainda recente na vida da caserna, em pouco tempo conseguia seu lugar de honra nos regimentos e batalhões. Estes, em sua maioria, possuiam canções proprias, que lhes cantavam o nome, feitos e glorias militares.

O meu batalhão fazia parte da pequena

na minoria que ainda não possuia um hymno nesses moldes, não por lhe faltar quem pudesse disso desempenhar-se com brilho, mas por estar passando o facto naturalmente por muitos desapercebido.

Isso mesmo foi um dia commentado por um distincto official da minha companhia, numa occasião em que desempenhava seu nobre mestér de instructor.

As suas palavras, revestidas de uma transparente expressão de melancolia, que o seu grande amor pela corporação lhes emprestava, despertaram em meu espirito, de facil suggestão, e que ali também aprendera a cultivar com carinho essa elevada virtude do soldado, o desejo irresistivel de procurar sanar o que eu já começava a considerar uma grave lacuna.

Sem que a isso me compromettesse, por uma natural manifestação de escrúpulo e modestia, comecei a esboçar a letra da canção do corpo.

Quando a julguei concluida, procurei aquelle mesmo official afim de conhecer sua opinião. No decurso de sua leitura calma e meditada, notei que a satisfação que o empolgara momentos antes, transformava-se em franco entusiasmo.

Eram necessarias, ainda, as impressões dos chefes mais graduados. Essas vieram sem tardar, e, para meu completo triunfo, eram tambem favoraveis.

Tinha, então, o 1º B. E. sua canção militar, que completava o entusiasmo de suas praças pela instrucção e pela vida da caserna; eu me sentia orgulhoso por poder prestar esse serviço pessoal á corporação onde bebi os primeiros ensinamentos civicos; finalmente o illustre 1º Tenente Dr. Arthur Joaquim Pamphiro mostrava-se satisfeito por ver que suas palavras tinham sido bem interpretadas e que estava realizado um caro desejo seu.

O successo de um escriptor depende, quasi sempre, do modo por que suas obras são recebidas pela critica indigena.

E' uma regra que quasi nunca falha.

Assim, eu, sentindo-me prestigiado pelo benevolente conceito de meus chefes, que ali eram os criticos mais autorizados, vi tambem acercar-se de mim com facilidade o apoio e concurso dos demais camaradas.

Havia sido criado o quadro dos radio-telegraphistas. Os rapazes para compôr esse quadro foram recrutados, em sua maioria, do elemento propriamente civil.

Eram equiparados aos sargentos e, não

obstante isto, frequentavam a escola de soldado.

Quando se approximava o dia de exame de recrutas, alguns d'aquelles rapazes lembraram-me a idéa de ser ensaiada uma canção em sigilo para nesse dia ser cantada, proporcionando, assim, mais solemnidade ao acto, ao mesmo tempo uma surpresa, que seria bem recebida.

Annui á idéa.

Em breve estava a canção prompta e ensaiada convenientemente.

No dia do exame, os rapazes, garbosos e cheios de entusiasmo, apresentam-se para ser examinados cantando a canção, especialmente para esse fim escripta.

A surpresa foi agradabilissima.

A canção, que, como já disse, havia sido feita exclusivamente para a solemnidade do exame, começa a ser ensaiada com entusiasmo por todas as companhias.

Em breve todo o Batalhão a canta com gosto, satisfação e alegria.

Estava assegurado o seu sucesso.

Não lhe havia eu dado nome, chaman-do-a todos lá «Da Patria Guardas», palavras com que começa o seu primeiro verso.

O acolhimento entusiastico que lhe foi dado, não se limitou só ao meu batalhão.

Com uma rapidez poucas vezes observada, a canção espalhou-se por todos os cantos do paiz.

«Dias d'epois, das vivendas luxuosas, pelas venezianas floridas, os pianos jogavam espaço em fóra suas notas, que penetravam por todos os ouvidos e todas as memorias as retinham», diz um jornal.

E outro: «A todas supplantou e domina, incontestavelmente. Popularissima, falsearam-na e trauteiam-na homens e mulheres, velhos e moços; papagueiam-na as creanças com ingenuo entusiasmo bellicoso.»

E assim foi ella seguindo gloriosamente uma trajectoria juncada de mimosas flores, espargidas por bondosas mãos.

Nos seus versos eu dizia.

«A paz queremos com fervor;  
A guerra só nos causa dôr;  
Porém, se a Patria amada  
Fôr um dia ultrajada

Têm o brio que a impôr.»

Procurava, eu, então, traduzir o estado do espirito publico, que já começava a se manifestar ante o caminho por que enveredavam as coisas da guerra e que claramente prenunciavam, para mais cedo

ou mais tarde, uma attitude decisiva de nossa parte.

E foi o que se deu effectivamente. Em pouco, entravamos tambem na lucta. Refere um jornal:

«E vieram os comícios publicos, as festas patrióticas, porque a guerra foi reconhecida. E a grande massa, homens, mulheres e creanças; soldados e paizanos, todos cantavam empunhando bandeiras:

«A paz queremos com fervor;  
A guerra só nos causa dôr,  
Porém, como a Patria amada  
Foi agora ultrajada  
Luctaremos com valôr.»

E mão anonyma pegou dos meus versos e fez, com a maior naturalidade deste mundo a flagrante alteração que se vê ahí, além de outras, sendo até augmendada a canção.

O povo, na aancia de manifestar suas energias cívicas, aceitou benevolente essa transformação, muitos, mesmo, talvez, pensando ter sido feita ou autorizada pelo proprio autor.

E como era soberbo, ver-se esse desperatar de energias em pról da defesa, do nome, da honra, da integridade da cara Patria, eu mesmo não tive coragem de manifestar-me contrariado com tão inocente delicto, porque julgava que uma causa mil vezes superior estava em jogo: *A causa da Patria*.

Hoje, que já nos bafejam os fulgores da paz com triumpho e gloria, é preciso, torna-se necessário, mesmo, reivindicar para a canção sua primitiva forma.

Basta dizer que o seu nome conserva-se alterado por todos os logares.

Aqui chamam-na *canção do soldado*; acolá *canção militar*; mas além *amôr febril*, e assim por diante.

No proprio livro de canções do 2º R. I., ella aparece alterada, tendo sorte igual a que ali está denominada *«Ao Auri-verde Pendão»*, que tambem é de minha autoria.

Eu as fiz movido unicamente pelo desejo ardente de concorrer com minhas fracas forças para conservar sempre latente o ardor patriótico dos meus companheiros de caserna.

Mas, independente disto, minha forma, meu pensamento, minha idéa, devem permanecer intactos, porque assim exigem meus sagrados direitos de autor.

E' isso o que peço.

# THEMAS TACTICOS

Da II Parte (S. E. M.) do Boletim de 14. 5. 19. da 6<sup>a</sup> Região

## III—Solução

4<sup>a</sup> D. E. Bifurcação das estradas de P. Eterno-Pinda, 26-4-919, 450.

### Ordem á vanguarda

1<sup>o</sup> — *Ponta de caval.*

1 off. e 1 esq.

2<sup>o</sup> — *Testa.*

Cap. 1/43º B. C.

1/43º B. C.

Comp. Sap. 4º B/E.

3º — *Corpo (e ordem de marcha)*

Major 43º B. C.

1 esq. 2/2º R. C.

2, 3 e 4/43º B. C.

6<sup>a</sup> C. M.

Dada verbalmente aos interessados.

1º — *Egal ao numero 1 anterior.*

2º — *Idem.*

3º — *A vanguarda marchará ás 5 horas da bifurcação Padre-Eterno-*

*Pinda, em direcção á Pinda, via Cap. do Socorro.*

4º — *O corpo marchará a 500 m. da testa.*

5º — *Haverá um só alto de 15 minutos, ás 630.*

6º — *Marcharei com a testa.*

Te. Cel. Comte. 43º B. C.

## Commentarios

O commandante da vanguarda, acompanhado pelo ajudante do 43.<sup>º</sup> B. C., ao receber a ordem de movimento do destacamento, reúne ao depois os commandantes da 6.<sup>a</sup> C. M. e 1/4º B. E., o oficial de cavallaria, o major e os commandantes de companhia do 43.<sup>º</sup> B. C. e expõe-lhes, verbalmente, a ordem acima, de movimento da vanguarda.

A partida da vanguarda está facilitada pela ordem preparatoria do commandante do destacamento. O 43.<sup>º</sup> B. C., principal força da mesma, tem já a sua testa no ponto inicial de marcha.

Examinou, com minucia, agora, a entrada da vanguarda em columna. A's 5 horas precisas parte a ponta de cavallaria, e logo a de infanteria, que deve ser o primeiro pelotão da 1.<sup>a</sup> companhia. O 2.<sup>º</sup> pelotão expede os agentes de ligação (Art. 290 R. S. C.).

Afastada a cauda da ponta de 400 m., iniciam a marcha os dois pelotões restantes em *columna de estrada* seguidos da 1/4º B. E. que, com tempo, devia ter sido conduzida, pelo lado esquerdo da estrada, ao ponto inicial de marcha. Escoada a 1/4º B. E., o major do 43º conduz as três companhias até ao ponto inicial de marcha. Expede três cavalleiros de ligação com a cauda da *testa* (Arts. 182 e 290 R. S. C.), e, calculando os 1.000 m. de distancia, inicia a marcha, á frente de sua tropa, com os seis cavalleiros restantes, as 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> companhias do 43.<sup>º</sup> B. C. e a 6.<sup>a</sup> C. M., que tinha tido tempo de collocar-se na cauda do 43.<sup>º</sup> B. C.

A tudo isso acompanhado pelo ajudante assistente o commandante da vanguarda (Art. 182 *infine* R. S. C.).

Chega a vez do commandante do grosso organizar sua columna, a começar do ponto inicial de marcha. A entrada em columna realiza-se de modo semelhante.

Que faz o major do 2.<sup>º</sup> R. C., ao receber a ordem de movimento e conferenciar com o coronel A.? Destaca um official com uma esquadra do 2.<sup>º</sup> esquadrão para a patrulha Padre Eterno — Fazenda Mombaça — Ponte sobre o Parahyba, afim de verificar se ha signaes do inimigo na margem direita e marca-lhe ponto de reunião na entrada da mesma ponte. Designa um outro official e outra esquadra do 2.<sup>º</sup> esquadrão para

fazer a ponta de sua cavallaria e forma o *grosso* com dois pelotões completos e tres esquadras do 2.<sup>º</sup> esquadrão e todo o 1.<sup>º</sup> esquadrão. Das tres esquadras, pertencentes ao pelotão que forneceu a patrulha P. Eterno — Fazenda Mombaça, manda escalar um sargentol e 4 cavalleiros (Art. 235 do R. S. C.) para explorar na direcção de Cap. de Sant'Anna e o cabo e os 4 soldados da mesma esquadra para os serviços de esclarecimento na direcção de Campinas. Estas duas patrulhas destacar-se-ão á entrada de Pinda, e ganharão, pelo lado exterior da cidade, as estradas de Cap. de Sant'Anna e Campinas.

E o intendente do 6º R. I., encarregado de conduzir os trens de estacionamento, que faz? A ordem preparatoria determinava que os trens de estacionamento estivessem promptos a partir, em seus respectivos acantonamentos, ás 6<sup>10</sup>, e a ordem de movimento designava-lhes a distancia de 2 km da cauda do grosso para sua entrada na columna. O intendente do 6º calculou imediatamente que a profundidade da tropa era de 5.370 mais 2.000, o que lhe dava em tempo uma hora e trinta minutos. Por conseguinte, ás 6<sup>30</sup>, a testa dos seus trens devia partir do ponto inicial. Dispunha assim de 20 minutos para a organização da marcha dos trens. Como, porém, ás 6,30', toda a columna fará um alto de 15 minutos, conta o intendente do 6º, em ultima analyse, com 35 minutos, tempo mais que suficiente para cumprir as ordens recebidas.

Julguei necessário entrar em taes minudencias para demonstrar a exequibilidade das ordens que o coronel A. e o commandante da vanguarda expediram. Seria muito util que os senhores officiaes superiores imitassem o Senhor Major Silvestre Rocha, commandante do 4º G.O., que, em seu officio N.<sup>º</sup> 145 de 30 do pp., comunicou-me o seguinte: «Tomei a resolução de, depois de resolver o thema tactico, entregar a solução aos officiaes, dando um commando a cada um para que digam como conduziriam a tropa.

Desse modo, recebido um thema, organizadas as ordens decorrentes, cada official superior distribuiria aos seus officiaes os commandos correspondentes.

Exemplifico. A ordem de movimento do destacamento poderia ser distribuida: a um grupo

de officiaes, o commando da cavallaria; a outro, o da vanguarda; a outro, o do grosso; ao intendente, os trens de estacionamento e assim por diante. Cada oficial superior teria, dessa maneira, a demonstração de que suas ordens seriam executaveis, eximindo-me de pormenorizações que soluções defeituosas e inaplicaveis me obrigaram desta vez, além do valor instructivo que decorreria da medida.

#### IV — Solução

##### Justificação da ordem de marcha

Começo pela repartição das tropas. O coronel A., apesar do pequeno efectivo de sua cavallaria, resolveu tirar-a da vanguarda, dando-lhe missão independente. Nosso R. S. C., em sua letra, não é claro a respeito. Em todo caso dos Arts. 275, ultima parte, 276 (cumpre a cavallaria divisionaria procurar á maior distancia as informações sobre o inimigo), 277 (deve ser atribuido maior efectivo de cavallaria ao serviço de esclarecimento), 279 (do commando da columna recebe o da cavallaria instruções precisas, etc.), comprehende-se que o coronel A. fez muito bem, dada a necessidade de alcançar a ponte sobre o Parahyba o mais cedo possível e obter informações do outro lado do rio, reservando-a para agir sob suas ordens directas. Em geral, nos destacamentos, e quando a cavallaria é de pequeno efectivo, deve ser ella subordinada ao commando da vanguarda. Só numa situação especial, como a estudada, fundamenta-se o modo de proceder do coronel A.

Ao commandante da vanguarda entregou o mesmo chefe a tropa que devia constituir-a. Em virtude dos princípios dos Artigos 87, 88 e 104 do R. S. C., respeitar a iniciativa do subordinado e não embaraçar a sua iniciativa com detalhes de execução, compete áquelle organizar a columna vanguardeira. Pelos mesmos preceitos o commandante do 43º deixou o da testa formar seu escalão. Só excepcionalmente tal regra não será mantida. No problema ora estudado, e como a ordem de movimento não fala na eventualidade da defesa da ponte, o que talvez não lembresse ao commandante da vanguarda, a collocalção da 1/4º B. E. na testa, o do destacamento poderia, verbalmente, determinar tal disposição.

Porque ao commando do grosso, tanto da vanguarda como de toda a columna, não se permite a mesma iniciativa? Porque é com o grosso que cada chefe manifesta a sua vontade, e é, por isso, que elle não pode delegar em ou-trem a feitura e o manejo da clava com que conquistará a victoria ou sofrerá a derrota.

A força de infantaria da vanguarda varia de  $\frac{1}{3}$  a  $\frac{1}{6}$  (Art. 286 do R. S. C., alinea a). O 43º B. C. estava naturalmente indicado para a vanguarda, por ser  $\frac{1}{4}$  da infantaria e unidade isolada, permittindo a permanencia de todo o 6º R. I. no grosso, com a obediencia ao principio da conservação dos laços tacticos. A companhia de sapadores (Art. 286 letra d do R.S.C.) deve fazer parte, em nosso paiz, de tão más estradas, da vanguarda. Mas no caso vertente deveis lembrar-vos tambem que se trata ulteriormente da travessia de uma ponte e da preparação de sua defesa, e, por isso, sujeitou-se o coronel A. á letra do Art. 176: na determinação da ordem de marcha é preciso se levar em consideração, antes de tudo, o emprego eventual

das tropas. E foi pensando do mesmo modo que o commandante da vanguarda collocou a 1/4º B. E. na testa, recordando-se do Art. 288 do R. S. C., linhas 6 e 7.

A 6ª C. M. tambem foi destinada á vanguarda, por que elles são muito apropriadas para reforçar a rapida e energicamente o fogo da infantaria (Art. 445 do R. E. I.) e prestam reaes serviços na defesa de pontes (pag. 83 das I. S. M. M.), provavel emprego se a ponte sobre o Parahyba não estiver destruida.

A vanguarda não foi fornecida artilharia, porque só excepcionalmente se faz marchar baterias com uma vanguarda cujo efectivo seja inferior a um regimento de infantaria. (Art. 189 do R. S. C.).

Só meio pelotão de cavallaria coube á vanguarda. Para que mais na emergencia presente? Trata-se de uma marcha de 13 km, em terreno completamente descoberto, estando o inimigo separado por um rio caudoso sem vãos e pontes por elle utilisaveis. Attribuir maior efectivo ao serviço de esclarecimento que ao de protecção immediata é attender ás prescripções do Art. 277 do R. S. C. Por outro lado, se estudardes as ordens elaboradas pelo coronel A. para a cavallaria do major do 2º R. C., vereis que o destacamento marcha completamente esclarecido e seguro em todas as direcções. Foi, em virtude de sua habilidade, que o coronel A. poude economizar a cavallaria de protecção immediata, a favor do esclarecimento que lhe deve proporcionar em tempo (Art. 275 R. S. C.), as informações necessarias ás suas deliberações.

*Grosso (e ordem de marcha).* T. Cel. do 6º R. I.  
São determinações categoricas dos Arts. 105 e 176 do R. S. C.

O primeiro elemento do grosso é o XVI 6º R. I. Adoptemos para os nossos trabalhos, a bem da uniformidade, em notação romana, os numeros dos grupos e batalhões incorporados. Em seguida vem todo o grupo de artilharia.

E' a sua natural posição: suficientemente per-to da testa da columna, em condições de apoiar rapidamente a infantaria da vanguarda (Arts. 176 e 285 do R. S. C.).

Os trens de combate das baterias, na mesma ordem que estas, se sucedem, marcham reunidos depois da ultima bateria do grupo (Arts. 176 do R. S. C. e 323 do R. E. A. C.). Isso, porém, não precisa constar da ordem de movimento. Seguem-se ainda, no grosso, os XVII e XVIII batalhões (menos a 4ª deste ultimo) na ordem natural da numeração. A Cl. I. m. está collocada atraç da infantaria. Não é necessário avançal-a, pois não se pode prever combate até Pinda. E o Art. 487 do R. E. A. C. diz: seu logar na columna de marcha é determinado pelo commando superior. Em regra seguem na cauda da infantaria da divisão, etc.

A ambulancia tem o seu logar á retaguarda das tropas (Art. 176 do R. S. C.). Uma companhia, a 4/XVIII 6º R. I., faz a guarda da retaguarda. Combinæ os Arts. 302 e 303 do R. S. C. e vereis que essa guarda fará, de um lado, serviço de polícia e por outro, por excesso de prudencia do coronel A., será uma garantia para a ambulancia e Cl. I. m. Pela situação exposta e medidas tomadas, será humanamente impossivel um ataque á retaguarda no trajecto Tremembé-Pinda.

Estudo agora os §§ da ordem de movimento. No cabeçalho apresentam-se o lugar, a data e a hora em que é expedida a ordem (Arts. 120 e 121 do R. S. C. e modelos das pags. 261 e 263).

A questão da hora é importante — deve ser a em que foi expedida, e não a do começo da sua redação.

O coronel A., por isso, escreveu 4<sup>º</sup>, justamente o momento em que convocou os officiares na bifurcação de P. Eterno-Pinda.

§ 1º. — Este parágrafo reproduz as informações do inimigo, fornecidas pelo commandante da 4<sup>a</sup> D. E.

Na maioria das soluções os meus camaradas ligaram pouca importância ao facto do Exercito Azul haver sido batido e perseguido. Era notícia favorável, e que merecia ser comunicada ao destacamento. As boas notícias devem ser claramente transmittidas.

O parágrafo completa-se com a informação da tropa amiga (Art. 102 do R. S. C.).

§ 2º. — O coronel A. entendeu apenas indicar Pinda como objectivo de marcha do destacamento. O R. S. C. reza no Art. 88: *as ordens devem ser claras, breves e precisas e conter o que é necessário ao subordinado saber.*

O mesmo se lê, *mutatis mutandis*, no Art. 102, II. Ora, o coronel A., só poderia cumprir integralmente sua missão, se atingisse Pinda e a ponte estivesse intacta. Nesse interregno a situação poderia modificar-se. Para que adiantar ideias, submettidas a circunstâncias independentes de sua vontade e a esclarecimentos posteriores de sua cavallaria?

Obedece sempre a esses preceitos, que elles são seguros e prudentes.

Neste parágrafo foi bem definida a estrada de marcha (Art. 122 do R. S. C.). Dois únicos caminhos se apresentam entre Tremembé e Pinda. A escolha não é difícil: ambos têm, mais ou menos, a mesma extensão; o melhor é o que corre ao longo da estrada de ferro, via Cap. do Socorro. Ainda militam a favor desse, duas circunstâncias: vós sabeis que o inimigo se retirou para a margem esquerda; o caminho por P. Eterno se approxima muito do rio. É natural que elle vigie a margem opposta. A marcha do destacamento seria, por conseguinte, percebida por elle. Se o inimigo subtraiu-se á nossa perseguição, passando o rio, é natural que elle defenda a passagem, pelo menos, com uma retaguarda. Sua artilharia estará em posição na outra margem, e facilmente hostilizará a columna. Para isso, não é preciso que a sua artilharia ocupe alturas, como vi escrito em algumas soluções. A artilharia de hoje não precisa ver, basta que o seu observatorio ou seus observadores vejam. Ao contrario, em vez de ocupar as alturas, procura posições mascaradas, mesmo ás vistas dos aviões. Na artilharia moderna — é a lição da guerra europeia — cada viatura possue sua rede de cordas com a qual se cobre e na qual é tecido matto verde, com que se mascara e esconde. A artilharia das cristas é coisa do passado.

Pelos motivos expostos, o coronel A. escolheu proficientemente a estrada de marcha.

§ 3º. — Está neste perfeitamente determinada a missão da cavallaria (Art. 279 do R. S. C.). A sua partida rápida e imediatamente, ás 4,40', decorre da necessidade de alcançar a ponte o

mais cedo possível. Não era preciso marcar-lhe velocidade: o *rapidamente* define-a. Ao commandante da cavallaria cabe avaliar, tendo em vista o estado dos cavallo, e a situação, o que delles pôde exigir. A 8 km, á hora, chegará á entrada da ponte noventa e sete minutos depois de sua arrancada, isto é, (4,40' + 97'), ás 6,17'. Ás 4,40', ainda é noite; a marcha será lenta no começo.

O coronel A. determinou ainda ao commandante da cavallaria esclarecer-se na estrada de P. Eterno—Faz. Mombaça—Pinda, nas direcções de Cap. Sant'Anna e Campinas. R. tirou assim a sua iniciativa. Procedeu bem no caso. Era-lhe necessário saber que o inimigo não tinha forças na margem direita. Precisava ficar tranquillo. Ainda mais: *atravessará a ponte sobre o Paraíba e procurará informações do inimigo nas direcções Massahim-Santa Cruz Grande e Mandú-Bom Sucesso.*

Ordenando o coronel A. a travessia da ponte, evitou formular hypotheses; determinando esclarecimentos nas direcções citadas, ficou seguro que o inimigo seria procurado nas direcções prováveis que lhe interessavam conhecer.

Não se pôde sempre na guerra confiar na intelligencia e iniciativa dos subordinados. Mesmo parecendo haver restringido a iniciativa do major do 2º R. C., o coronel A. deixou-lhe toda a liberdade na escolha dos meios de execução (Art. 304 do R. E. I.), especialmente de fracciar a sua tropa como entendesse (Art. 279 do R. S. C.).

§ 4º. — A hora da partida, 5, estava fixada na ordem da 4<sup>a</sup> D. E. Ao commandante do destacamento nada mais cumpria que executá-la, tendo-lhe inspirado, na escolha do ponto inicial, as regras do Art. 179 do R. S. C.

§ 5º. — A distancia de 1000 m, entre a vanguarda e o grosso, não só se conforma com o algarismo do Art. 287 do R. S. C., como a situação não exige outra.

§ 6º. — O estudo da situação mostra que não ha necessidade de escolta para os trens, por isso vão elles, reunidos, depois da ultima fracção de tropa (Arts. 526 e 527 do R. S. C.), sob a direcção do intendente do 6º R. I. (Art. 525 do R. S. C.). A distancia de 2 km que lhes foi marcada, permite que partam do acantonamento depois das tropas (Art. 565 do R. S. C.) e que cheguem a destino — Pinda — com tempo de abastecel-as. O indicar-lhes que marchem na mesma ordem das unidades, obedece ás prescrições do Art. 535, letra A.

§ 7º. — Só um alto, depois de hora e meia de marcha, foi determinado. O alto horario, se a situação não permitte, deixa de ser obrigatorio (Art. 183, pag. 81 do R. S. C.). Ora, o coronel A., tem pressa de alcançar Pinda; a marcha não passa de 13 km, por conseguinte, um só alto de 15 minutos está de acordo com a situação. Fóra de casos semelhantes, não precisa constar da ordem de movimento senão o momento e a duração do grande alto (Art. 184 do R. S. C.).

§ 8º. — Em regra, em qualquer marcha para a frente, o commandante da columna mantém-se na vanguarda (Art. 176 do R. S. C.). O coronel A. escolheu a testa da vanguarda. Assim está mais proximo para receber informações de sua cavallaria de esclarecimento, informações essas preciosas e indispensaveis.

## 2.º tema

*Situação geral.* — A do tema anterior.

O coronel A., em chegando ás 5<sup>55</sup> a Cap. do Socorro, recebe, por um estafeta, a seguinte informação:

N.º 1. Ponte a N. O. de Pinda, 26-4-919, 6<sup>20</sup>.

Senhor Commandante do Destacamento.

Atravessei a ponte sobre o Parahyba, que está em perfeito estado, sem encontrar vertigios do inimigo na margem direita. Alguns habitantes do Paiz, interrogados, informam que tropas azues, em grande desordem, retiram-se para a Serra, ao longo da Estrada de Ferro Campos do Jordão.

Em Bom Sucesso existe, no dizer dos mesmos habitantes, uma força das tres armas que se fortifica. Sigo Mandú-Bom Sucesso, esclarecendo-me na direcção Massahim-Santa Cruz-Grande.

Major 2.º R. C.

Estava o coronel A. em uma casa de Cap. do Socorro, redigindo suas decisões determinadas pela informação precedente, quando um avião de reconhecimento aterra no campo ao N. da Estrada de Ferro Central.

O ajudante do 6.º R. I., a galope, dirige-se ao ponto de aterragem, e ouve do official observador as seguintes informações:

Os azues com artilharia pesada tentam demolir a ponte a N. O. de Tremembé, e bombardeiam a cidade. Observam-se posições azues na cota 600, Morro da Diviza. Ha uma longa columna de V. Pimenta para o N. Outras tropas são vistas em Bom Sucesso.

Pedem-se:

1º) — Que resoluções toma o coronel A., conhecendo as informações anteriores?

2º) — Qual a ordem para a defesa da ponte?

3º) — Qual a ordem que daria o commandante da fracção encarregada da defesa da ponte?

4º) — Qual a ordem para o acantonamento em Pinda?

5º) — Croquis do dispositivo de segurança.

(Assignado) General L. Barbudo.

## Estudos de Organização Militar

O Sr. coronel Dr. Samuel de Oliveira acaba de nos prometter a publicação de um trabalho seu, nas paginas da nossa revista, sob o titulo acima, a começar no proximo numero. E' matéria em que sua meditação foi em muito corroborada pelas observações praticas pessoais proporcionadas pelos altos cargos que ultimamente S. S. tem exercido.

Summario: Introdução, traçado de uma rota; capítulo I, A pasta da guerra; capítulo II, Ação da critica; capítulo III, Lei de organisação geral; capítulo IV, Lei de ensino; capítulo V, Lei de justiça; capítulo VI, Lei de promoção; capítulo VII, Lei de reforma; Capítulo VIII, Lei de recrutamento: voluntariado e sorteio; capítulo IX, Regulamentos e instruções; capítulo X, Papel do legislativo; capítulo XI, Theoria e pratica da disciplina militar; capítulo XII, Considerações finaes.

## INVERNADAS

## Pelos corpos montados

Nota da redacção ao artigo do n.º 69 intitulado "Pela Cavalaria" Invernadas" do nosso distinto collaborador 1.º Te. V. Benicio.

O problema das *invernadas* interessa a todos os corpos montados, especialmente os que tem séde fóra da Capital Federal, porque não recebem mais do que a *quinta parte* da massa indispensavel ao forrageamento dos seus animaes.

Segundo o ultimo relatorio ministerial precisariamos uma dotação orçamentaria de 7.884:000\$000 para forragear os 12.000 cavallos de que carece normalmente o Exercito.

Como actualmente essa dotação ficou em 1.400:000\$000, em annos anteriores se conservou aquem desta importancia e não é de esperar que os preços da forragem desçam facilmente ou que tenhamos a dotação total acima indicada, necessário se torna resolver o problema por outro processo.

O que devemos considerar inadmissivel é que os corpos montados fiquem com sua instrucção incompleta e cruzem os braços ante as difficultades financeiras, quando já temos exemplos bem definidos de que a energia e actividade de um bom commandante podem resolver a questão com o auxilio das *invernadas*.

E' logico que uma instrucção perfeitamente regular, executada dia por dia, hora por hora, de acordo com a reducção do tempo de ensino, exige o cavalo na baia, forrageado e prompto, mas tambem é logico que, enquanto as condições do paiz não permittirem, enquanto a questão de effectivos da tropa tambem não estiver resolvida, em consequencia das aperturas financeiras, pensemos em applicar intelligentemente os regulamentos — realizando os seus fins, fazendo os exames principaes com toda a correção e variando o tempo e o methodo dentro de limites razoaveis.

Uma *invernada* de dez quadras de sésmaria, com galpões cobertos de palha, onde os animaes fiquem ao abrigo das geadas e das chuvas e recebam a metade da ração normal de milho e de feno, conserva a força dos animaes, evita a mortalidade do inverno e prepara a cavalhada de um momento a outro mudar de regimen de forrageamento e trabalho.

O animal que está no campo com abrigo, passando á sua vontade e compensando as difficultades da pastagem com um pouco de grão e de feno — não estranha vindo para o quartel e passando immediatamente ao trabalho e ao forrageamento normaes, ou reciprocamente.

Assim o cavalo estará no quartel quando fôr indispensavel e estará na *invernada* sempre que a instrucção permitta.

O general Pedro Bitencourt procurou iniciar esse regimen estabelecendo o ensino da «tracção em março», isto é, antecipado, e isso numa occasião em que um Regimento de Artilharia dispunha de 13 contos para manter mais de quinhentos animaes.

E' esse um exemplo de accommodação da instrucção ás condições de forrageamento e todos sabem que o resultado foi satisfactorio, principalmente nos corpos onde haviam *invernadas*.



Na mesma ordem de idéas foi, evidentemente, inspirado o art. 16 das Indicações Geraes das «Directivas para os exames de instrução de tropa»: «Os corpos montados que não tenham animaes em argola, pelo menos em numero suficiente para um esquadrão ou uma bateria — com os quaes possa trabalhar todo o corpo, embora com menor frequencia —, deverão fazer no periodo de instrucción de recrutas, mesmo no seu começo, de modo a attenuar os effeitos da penuria dos campos no inverno, um mez de instrucción de equitação em picadeiro e no exterior, na cavallaria, e de equitação em picadeiro e tracção, na artilharia...»

A compra de invernadas para os corpos montados de fóra do Rio e especialmente para os da 3a Região (R. Grande do Sul) é medida que se impõe por ser economica, razoavel e instructiva.

E' economica, não porque permitta em annos posteriores diminuir a dotação de forragem — mas porque permite tornar a unidade efficiente com a dotação actual. O que se economisa dos arrendamentos caríssimos dessas invernadas quasi sempre mal situadas e sempre sujeitas a serem requisitadas pelos donos respectivos quando tñham melhoramentos, o que se economisa com os plantios que nellas podem ser feitos e que podem ser do milho (que dá em qualquer parte) e de qualquer outra forrageira que se preste a ser fenada (alfafa, amendoim, sorgo perene, capim de Rhodes, milhã, etc.) e o que se economisa com as remontas necessarias em consequencia do inverno que pega o animal enfraquecido e exposto ás intempéries, dá sobejamente com a dotação actual, para manter os cavallos em condições de servirem a uma instrucção efficiente e a uma applicação opportuna da tropa montada.

A situação actual, como a de hontem, em que a instrucción dos homens fica incompleta, além de que, mesmo incompleta, torna-se inaproveitável porque em alguns mezes do anno a tropa fica incapaz de qualquer esforço sem uma preparação prévia, não pode, ou melhor, não deve continuar.

Pague o Governo mesmo a vinte contos a quadra de campo, o mais perto possível dos corpos e leve em conta a possibilidade de ter bôa invernada na localisação dos corpos montados; e compre pelo menos cinco invernadas por anno, compre resolutamente sem preocupação de preço, porque é medida economica, pratica de valor com a qual melhorará a defesa e enriquecerá o patrimonio nacional.

Os quadros que o Estado Maior organizar para as armas montadas devem consignar nos respectivos estados-menores, um 3º sargento, um cabo e seis soldados, para os serviços de invernada, homens esses recrutados por engajamento dentre os que revelarem gosto pela vida agricola e pastoril.

Isto não é innovação nem despesa futil, é a legalisação de uma necessidade que só não é conhecida por quem desanimou na resolução desse problema ou por quem só conhece organizações á européa, onde as terras são caríssimas e a propria economia obriga a manter os animaes estabulados.

Dêm-se invernadas bôas aos corpos e se mantém os quantitativos actuaes para forragem e ferragem, regulamente-se o serviço de plantios — por praças especiaes ou empregados civis — e

só não será efficiente a unidade que persistir em fazer no quartel installações outras ou desviar para fins ainda menos razoaveis, a massa que passará a significar — contribuição para o forrageamento e ferraçao.

A preparação dos sargentos necessarios á direcção dos plantios das invernadas poderá ser obtida facilmente nas escolas agrícolas dos estados de S. Paulo e Rio Grande do Sul.

Quanto aos recursos necessarios para as installações iniciaes, talvez o Exercito possa encontrar nos campos que possue e nos proprios nacionaes que as vezes são abandonados ou cedidos como si dispuzessemos de recursos em excesso.

Si como affirma o relatorio já referido na pg. 46 os campos de Saycan e do Rincão de S. Gabriel não servem para depositos de remonta, poderíamos reservar em Saycan uma parte para a coudelaria e contractar o arrendamento das restantes, applicando systematicamente os resultados desse arrendamento no material necessário á divisão das invernadas e construcção dos galpões de abrigo, bastando que no contracto o Governo se reserve o direito de ocupar uma determinada zona para manobras.

Tanto os campos de Saycan como do Rincão de S. Gabriel são considerados excellentes para a criação de gado vaccum e nessas condições facil será obter com o arrendamento, 25 contos para auxiliar as installações de cada uma das cinco invernadas adquiridas por anno.

Assim com a dotação annual de 750 contos para «Invernadas» resolveríamos vantajosamente em 3 annos o problema, no que se refere no Rio Grande do Sul.

## Fardamento

O fornecimento de fardamento independentemente de pedidos, ordenado pelo sr. General Director da Administração da Guerra — entrando em linha de conta com o stock da intendencia das unidades — imprimiu uma extraordinaria aceleração nesse serviço, alterando por completo a feição que elle tinha conservado até então, além de contribuir para o augmento das existencias em deposito na I. G.

O problema de organisação dos stocks tornou-se assim viavel, perdendo o aspecto insolvel de que se revestia, dentro dos recursos ordinarios, devido ao regimen administrativo do nosso paiz.

A perseverança na applicação daquellas duas medidas, permitte-nos vaticinar uma solução definitiva para essa importante questão, sem trazer novos encargos para o tesouro.

Estamos informados de que o fornecimento futuro correrá da melhor maneira, sendo de esperar, por outro lado, que as guarnições das Regiões frias venham a receber peças de fardamento capazes de suprir as deficiencias ate aqui constatadas.

# Estudo de tática regulamentar

(Ensaio)

Indicações commentadas para o cdte. e chefes superiores e subordinados nos destacamentos mixtos — em estacionamento, marcha e combate.

## 1 — ESTACIONAMENTO

### A — Estacionamento longe do inimigo

#### Indicações para o cdte.

##### 1. Qual o princípio?

«... estacionar em profundidade ao longo da estrada a percorrer, de um e de outro lado, mórmente se as marchas tiverem que se suceder e exigirem das tropas um esforço prolongado». (R. S. C. 196-6).

*Commentario* — Esta prescrição trata de dar o maximo de *commodidade* á tropa. A formação da columna de marcha (R. S. C. 179) exige deslocamentos que serão tanto mais *incommodos* quanto maior fôr a frente do estacionamento. O estacionamento ao longo e aos lados da estrada de marcha dispensa a determinação de *ponto inicial* (R. S. C. 179-2) e consequentes desvantagens de alvorada mais cedo para a maioria das unidades e precipitação quanto aos *preparativos da partida* (R. S. C. 178). Longe do inimigo a relativa despreocupação com elle, dispensa-nos das formações de estacionamento apropriadas ao combate e dos innervantes cuidados da *segurança* (R. S. C. Título V — Capítulo III). Trata-se, pois, de articular o estacionamento de modo a favorecer no maximo a entrada dos elementos na columna de marcha com o minimo de fadiga. Exige-se grande habilidade do cdte. para que, dentro dessas normas, sejam aproveitadas todas as localidades.

##### 2. Que especie de estacionamento preferir?

O acantonamento, na impossibilidade o acampamento, sempre que possível o acantonamento-acampamento (Doutrina do R. S. C. 209-2).

*Commentario*. O ponto de vista é o da *commodidade da tropa*.

Muito melhor se resguarda a economia das forças (R. E. I. 291) n'um acantonamento que n'um acampamento ou bivaque. Apezar de que a nossa pequena densidade de população e a falta de lei de requisições nos obriguem geralmente ao acampamento, sempre haverá innu-

meras probabilidades de acantonamento se atendermos ao espirito militar nascente em nosso povo e ao sentimento patriótico que sempre existiu na familia brasileira, no minimo de acantonamento-acampamento. Todo cdte. deve dispender o ultimo esforço para conseguir o acantonamento de suas unidades, no minimo o acantonamento-acampamento.

##### 3. Como proceder para a instalação do estacionamento?

Fazerão seguir a tempo, (R. S. C. 213) precedendo a columna, os *estacionadores* (R. S. C. 198) e elaborando com *opportunidade* a ordem para o estacionamento (R. S. C. 87-1 e 2-197).

*Commentario* — Esperar providencias de estacionamento ao longo da formação de marcha é das coisas que mais abala o moral da tropa. É preciso que esta ao attingir a *zona de estacionamento* (R. S. C. 199-1) já encontre determinadas todas as prescrições para sua instalação, (R. S. C. 211-1) bastando que cada unidade siga o seu estacionador (guia) para no menor tempo se encontrar em repouso. Assim, desde o *grande alto* os estacionadores devem ser lançados, depois de um prévio estudo da carta e das informações e de assentadas idéas geraes sobre o estacionamento a realizar. O mais tardar no ultimo pequeno alto ou á entrada da *zona de estacionamento* deve ser dada a ordem de estacionamento. Só assim os chefes superiores e subordinados terão tempo para darem tambem suas ordens. (R. S. C. 90).

##### 4. Como seria a ordem para o estacionamento? (R. S. C. 197).

*Exemplo:*

### DESTACAMENTO...

(Logar e data)

Ordem nº.... (R. S. C. Annexo I pag. 263).

*Repartição do acantonamento*

(R. S. C. Annexo I pag. 263 e art.º 211-1 e 4-combinação).

Cdte. Major J. (R. S. C. 211-1).

*Infantaria:*

I — Ruas..., ..., ...;

II — Ruas..., ..., ..., ...;

III — Ruas..., ..., ...;

*Bateria* — Praça....;

*Engenharia* — Praça ...;

*Cavallaria* — Chacara 2 km. a O da saída N.

*Trens* — Columna dupla na rua da Matriz

á altura das respectivas unidades (R. S. C. 530) sem interromper as ruas transversaes (R. S. C. 211-4 d.).

(Modo de transmissão).

1. O destacamento acantona na Villa...
2. O I dá as guardas: saída N 2 esquadras e 1 sargento; saída S 1 esquadra e 1 sargento; quartel general 1 esquadra e 1 corneteiro; trens 2 esquadras e 1 sargento. (R. S. C. 216 e 217).

*Posto Central* (R. S. C. 210-6) Praça da Matriz.

O 1º/13 R. C. dá 6 ordenanças para o *Posto Central. Praça de reunião* — estrada, formação e direcção de marcha: cavalaria desde o marco 30; infantaria desde a saída N; artilharia e engenharia desde a saída S. A alimentação pelas V. C.

3. Amanhã ás.... o destacamento deve estar prompto para marchar, mesma estrada, direcção e ordem de marcha. Não haverá toques.

4. Acantonarei em meu quartel general na Matriz.

(Assignatura).

*Commentario* — Para o caso do estacionamento mixto ou do acampamento a ordem poderá obedecer a esta mesma forma feitas as alterações necessarias. O que é indispensável é procurar estacionar dentro do princípio já exposto, utilizando intelligentemente as localidades ou os quadros do Anexo V R. S. C.

#### Indicações para os chefes superiores

5. Qual a missão dos cdtes. de regimento, batalhão, grupo e unidades isoladas?

Enviar a tempo os estacionadores de suas unidades (R. S. C. 198);

«... reconhecer, quando chegar ao estacionamento as direcções dos caminhos e estradas ahi existentes»; indicar na zona de estacionamento a *praça de reunião* de suas unidades (R. S. C. 221-8 e 9); evitar perturbar o repouso dos homens, com ordens á noite (R. S. C. 221-12).

*Commentario* — E' que não só o cdte. é o responsável pela economia das forças (R. S. I. 291) Essa responsabilidade a tem todos os chefes. E, quanto mais proximo se está das necessidades dos homens mais se nos peza tal responsabilidade. Aliás, a obediencia do cdte. a esse princípio depende muito da cooperação dos chefes superiores. A certesa desta cooperação é o fim das prescrições acima.

. E quanto ao chefe encarregado do pre-  
paro do estacionamento? (R. S. C. 198-4 e 211-1).

«O preparo do acantonamento deve ser feito com rapidez para evitar que a tropa espere e permitir que ao chegarem os corpos possam ocupar immediatamente seus respectivos alojamentos». (B. S. C. 211-2).

No acampamento indica aos diferentes corpos o terreno em que devem acampar. (R. S. C. 201-1 e 209; combinação).

*Commentario*. Ainda o principio de economia das forças.

O serviço da repartição do estacionamento exige muita intelligencia, dedicação e actividade. Sem esses predicados, difficilmente o chefe dos estacionadores poderá executar o reconhecimento da *zona de estacionamento* e se entender efficazmente com as autoridades locaes; ainda fazer a escolha judiciosa dos alojamentos, bebedouros, lavadouros, etc., assim como ordenar a tempo a collocação dos cartazes. (R. S. C. 211-4) E' preciso contar que além do quadro da repartição do estacionamento que deve ser enviado ao cdte. é ainda necessário que cada um de seus auxiliares (estacionadores das unidades) forneça os detalhes d'essa «repartição» aos respectivos chefes de unidades. (R. S. C. 211-10).

#### Indicações para os chefes subordinados

7. Que lhes incumbe?

«Os officiaes e sargentos velam pelo asseio corporal de suas praças, pelo bom estado dos animaes, do fardamento, equipamento, armamento e arreiamento e pela conservação dos viveres e munições». (R. S. C. 221-3).

*Commentario* — A ordem do cdte. e as dos chefes superiores já teem determinado todas as prescrições quando chega a vez dos chefes subordinados agirem. Comquanto todos os officiaes sejam explicitamente responsaveis pela «ordem, disciplina e hygiene» (R. S. C. 221-1) nenhum mais que os capitães, tenentes e sargentos, justamente por serem os orgãos hierarchicos mais em contacto com o material, os homens e animaes, por serem os orgãos propriamente da execução.

8. E a missão de estacionadores?

«... depois de um reconhecimento sumario de seu sector, ficam o alojamento das companhias, esquadrões e baterias, bem como a collocação do trem e posição da guarda». (R. S. C. 211-5).

«... estabeleçam e demarcam os limites do bivaque (acampamento) de seu batalhão, grupo ou regimento; fixam as disposições necessários para a collocação de cada unidade, caminhos, latrinas, etc.; reconhecem ou fazem reconhecer os bebedouros, logares em que as praças devem buscar agua e lavar a roupa; e fazem começar os trabalhos de preparo e limpeza que se tornem precisos. Tomadas estas disposições, seguem ao encontro de suas respectivas unidades para guial-os, comunicando ao cdte. todas as providencias dadas» (R. E. C. 201-2 e 3) (combine-se com o R. S. C. 209-1).

*Commentario* — É fundamental pois que estes chefes estejam bem ao corrente das prescripções regulamentares que dizem respeito aos estacionadores (R. S. C. 20 a 210 e Anexo V) afim de se evitarem duvidas e delongas na instalação do estacionamento. Só assim podem elles dispôr do discernimento indispensável ao acerto e urgencia das suas funções. Os chefes subordinados, mais que quaesquer outros chefes, tem, como vimos, o dever de zelar pelo bem estar material e moral dos homens e nenhuma oportunidade melhor para ser posta a prova o seu conceito d'esse dever do que na função de estacionadores.

### Indicações geraes

9 — Quartéis generaes, ambulancias, etc. (R. S. C. 212-5).

10 — Acampamento prolongado (R. S. C. 209-3).

11 — Serviços no estabelecimento (R. S. C. 214 a 222).

12 — Honras, Continencias, Partes e Hygiene (R. S. C. 224, 226 e 227).

### B — Estacionamento perto do inimigo

#### Indicações para o cdte.

##### 13. Qual o principio?

«... o estacionamento é mais cerrado e a profundidade menor. A necessidade de manter a tropa prompta para combater deve dominar qualquer outra consideração.» (R. S. C. 196-7).

*Commentario* — A economia de forças (aplicação dos meios) (R. E. I. 314) predomina sobre a economia das forças (commodidade) (R. E. I. 291). Prejudica-se a commodidade

da tropa ao se retomar o movimento e muitas vezes deixa-se de estacionar em optimas localidades. E' que a proximidade do inimigo exige segurança (R. S. C. Título V. Capítulo III) para o que imprescindé a articulação da tropa visando o seu emprego em caso de alarme. As direcções perigosas, os efectivos a empregar (economia) na segurança e a dotação das armas no destacamento indicam a forma (perímetro) da zona de estacionamento que mais se presta á utilização dos meios. E'se levado, naturalmente, ao estacionamento cerrado, de menor profundidade e maior frente e a deixar em segundo plano a economia das forças (commodidade).

##### 14. Que especie de estacionamento preferir?

O acantonamento de alerta (R. S. C. 213), na impossibilidade o acampamento, sempre que possível o acantonamento de alerta-acampamento. (R. S. C. 209-2, 2<sup>a</sup> parte e 213; combinação).

*Commentario* — Apezar do predominio da economia de forças sobre a economia das forças esta subsiste. A economia das forças é um princípio inalienável. Eis porque deve subsistir a intenção de favorecer o estado sanitario da tropa, do qual depende de muito as operações — não despresar o acantonamento. Isto tanto mais quanto, o acantonamento com as modificações do R. S. S. 213 (acantonamento de alerta) fica em condições de attender sufficientemente os dois pontos de vista — economia das forças e promptidão para o combate. O acampamento só quando não seja possível o acantonamento de aberta (falta de habitações ou articulação mais exigente). Todo cdte. deve consumir o ultimo esforço para conseguir a instalação de suas unidades em acantonamento de alerta no minimo acantonamento de alerta-acampamento.

##### 15. Como proceder para a instalação do estacionamento?

Como no nº 3 e mais fazendo acompanhar os estacionadores das «fracções correspondentes ás guardas» (R. S. C. 211-7).

*Commentario* — Por que se deve pensar na guarda pessoal dos estacionadores e ainda em garantir a permanencia dos habitantes afim de não serem prejudicadas as requisições. Apezar de que a vanguarda (vêr II-B) ultrapasse a zona de estacionamento e a cubra como veremos no nº 16, não se lhe deve dar aquellas attribuições, por isso que ella já se acha sobrecarregada com as penosas responsabilidades de manter o contacto com a situação e a immediata segurança da instalação e repou-

so do estacionamento. Entretanto, nem sempre serão necessárias essas fracções de acompanhamento, principalmente se ainda se estiver em território amigo.

16. *Como seria a ordem para o estacionamento?*

*Exemplo:*

#### DESTACAMENTO

(*Lugar e data*)

*Ordem nº.....*

*Repartição do acantonamento de alerta. —*

*Infantaria:*

II — Ruas...; ....; ....;

III — Ruas...; ....; ....;

*Bateria* — Rua.....

*Engenharia* — Praça.....

*Cavallaria* — Orla S da Villa.

*Trens* — Á disposição das unidades até ás 18 h.; depois em bivaque quadrado (R. S. C. 208) ao S da Villa.

1. (Notícias sobre o inimigo e tropas amigas).

2. O grosso estaciona em acantonamento de alerta na Villa.....

O II dá as guardas (como no exemplo do nº 4) etc., etc.;

3. A vanguarda se estabelece em postos avançados desde... até...; a linha... — ... deve ser mantida a todo custo. A cavallaria continua esclarecendo nas direcções..., .... até...; ás 18 h. se recolhe ao seu estacionamento, apresentando 1/2 pelotão ao edte. dos postos avançados.

4. Os T. E. da vanguarda á disposição das unidades na reserva dos postos avançados até ás 18 h.

5. Os ajudantes receberão ordens amanhã ás... á saída N da Villa, hora em que o destacamento deve estar pronto para marchar.

6. (como no exemplo do nº 4).

(Assignatura).

*Commentario* — Basta este exemplo. Todavia é preciso contar com alguns casos um pouco mais complicados que difficultarião, principalmente, os topicos 1 e 3 da ordem assim como também a articulação da tropa e dos trens pelo estacionamento. Recordemos algumas prescrições.

O nº 1 — deve conter as notícias sobre o inimigo e tropas amigas (R. S. C. 102-I) sómente no que interessa á «ordem» evitando-se a transmissão integral do que venha de autoridades superiores (R. S. C. 90). É preciso que se esteja prevenido contra notícias alarmantes ou inquietadoras.

O nº 3 — O edte. deve inspirar-se nas seguintes «informações e esclarecimentos sobre»: «o inimigo; local onde se estabelece o grosso da col.; extensão da frente a vigiar; tempo necessário para que as tropas possam tomar posição para o combate; posição a ocupar em caso de ataque do inimigo; forças que fazem parte dos postos avançados; modo de enviar a correspondencia; local onde permanecerá o edte. da columna ao recomençar esta a marcha; medidas relativas ao aprovisionamento de munições e distribuições de viveres; instruções especiais sobre parlamentares, habitantes d'p paiz, Cruz Vermelha e espionagem, quando isto tem lugar». (R. S. C. 404) Quanto á cavallaria afecta aos postos avançados: «expedir fortes patrulhas a distâncias convenientes para os arredores do local onde vão se estabelecer os postos avançados com o fim de protegê-los na instalação e mascarar as suas posições; cooperar na vigilância durante o dia, expedindo patrulhas para além da linha de sentinelas dos pequenos postos; fornecer, eventualmente, os postos especiais para ocupação de encruzilhadas, saídas importantes, pontes, etc., e cavalleiros para o serviço dos postos principaes e das reservas». (R. S. C. 398).

Quanto á utilização da vanguarda como postos avançados é a ella mesmo que incumbe o serviço (R. S. C. 225-326-330) Comprehende-se facilmente a necessidade dos mesmos chefes; e unidades que vinham em contacto com o inimigo continuarem a sentinel-o e mantel-o. Quando se quer substituir este destacamento de segurança só se deve fazel-o com a partida do dia seguinte (R. S. C. 332-415-416 e 417; Combinação) Sómente no caso de uma marcha retrograda é que o destacamento de segurança (rectaguarda) será substituído por tropas do grosso (R. S. C. 327) isto porque o serviço é extremamente penoso e quasi sempre abala o moral das unidades. Neste caso estabelecem-se os postos avançados com tropa fresca e a «rectaguarda» passa por estes e vai estacionar com o grosso.

*A articulação das tropas e dos trens* — A infantaria e artilharia devem estacionar muito próximas uma d'á outra (B. S. C. 197-4) é claro que a infantaria na frente da artilharia; A cavallaria o mais á rectaguarda possível para se contar com o maximo de repouso para os animaes e de tempo á promptidão para a ação (R. S. C. 418-1 e 2). Os trens devem estacionar á rectaguarda de toda a articulação (Doutrina d'p R. S. C. 527) Excepcionalmente ficarão elles com as unidades, principalmente com ás dos postos avançados..

Finalmente ao dar a ordem o cdte. não deve esquecer as prescrições do R. E. I. 304, não querendo ordenar mais do que lhe compete e deixando aos subordinados a escolha dos meios (R. S. C. 87-2).

#### Indicações para os chefes superiores

As mesmas dos numeros 5 e 6 accrescidas das prescrições para o acantonamento de alerta (R. S. C. 213) e mais:

##### 17. Que incumbe ao cdte. da vanguarda?

Transformar a vanguarda em postos avançados por meio de uma ordem (R. S. C. 87-1).

*Commentario* — É sempre uma operação delicada. Tem-se que lutar com a fadiga da tropa e as disposições dos habitantes da zona de estacionamento, no caso d'ella ser suspeita ou adversa. Com quanto se deva alternar as unidades nos diversos serviços (R. S. C. 225) é-se obrigado a fazer esta alternação dentro das proprias unidades attribuidas a um determinado serviço (R. S. C. 326-330). No presente caso, por exemplo, fracções que tenham feito a missão mais penosa da vanguarda poderão ficar na reserva dos postos avançados. Todavia é preciso que o chefe a par de economizar seus homens saiba exigir-lhes todos os sacrifícios quando seja necessário.

##### 18. Como seria a ordem á vanguarda?

*Exemplo* (continuação do ex. do nº 16).

I / 1º R. I.

(Logar e data)

Ordem n.º....

1. (Notícias sobre o inimigo e tropas amigas).

2. O Bm. se estabelece em postos avançados desde... á...; O corpo da vanguarda (3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> comp.) como R. P. A. no paiol do Moiinho — cdte. cap. x. As 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> em P. P. a 1<sup>a</sup> na elevação..., de... á...; a 2<sup>a</sup> junto á encruzilhada... — ..., sobre a cochila da direita, de... á... A linha das alturas ...e..., será defendida a todo custo.

3. Os T. E. chegarão até á saída N da villa e ficam a disposição das unidades até ás 18 h. As V. C. fornecerão as refeições.

4. As comunicações me encontrarão na R. P. A. (modo de transmissão).

(Assignatura).

*Commentario* — No caso de efectivo mais forte talvez conviesse fazer a «repartição das tropas» (R. S. C. 104-2) tirando-a do texto. Ao se dar uma ordem para a installação de postos avançados e indispensável recapitular o funcionamento dos diversos escalões para que, sem preocupação com schemas, tire-se todo o

partido que o terreno offereça, cuidando assim com carinho da economia de forças e das forças. Nada de distancias e intervallos obligatórios (R. S. C. 321). Tambem não se vacille em suprimir escalões sempre que a topographia e a tactica o autorizarem. Se os P. P. constituem a *linha de resistencia* (R. S. C. 314-b e 319) e se elles tem que resistir sós ou apoiados pela reserva até que o grosso possa tomar formações de combate, nada mais simples do que procurar local-os nos pontos a serem mantidos segundo a ordem do cdte. e de distanciar-los e interval-los, levada em conta a rede de estrados, de acordo com a *fórmula e especie* do estacionamento do grosso e a distancia a que se está deste estacionamento. O mesmo quanto á reserva. (R. S. C. 318) E' preciso ainda pensar na utilisação intelligente de *postos de observação*, *postos intermediários* e *postos exteriores* (R. S. C. 328-331 e 372) que as mais das vezes podem suprir escalões. Na ordem para os postos avançados o seu cdte. precisa estabelecer: «as direcções a guardar; os pontos a defender com vigor; a collocação dos diversos elementos de resistencia (R. P. A. e P. P.) seus efectivos, bem como sua acção respectiva em caso de ataque inimigo; todas as informações úteis (o grifho é meu) sobre a situação da Divisão e unidades vizinhas ao inimigo». (R. S. C. 334-2). Quanto a efectivos o da infantaria da R. P. A. não deve ser inferior ao dos P. P. ou á metade de toda a tropa afecta aos postos avançados (R. S. C. 337); o da cavallaria — que deve ficar com a R. P. A. d'onde faz lançar suas patrulhas além da linha de sentinelas e fornecer os estafetas necessarios á ligação e ás ordens além dos postos especiais que geralmente lhe incumbem (R. S. C. 338) — não deve ir além das necessidades do serviço (R. S. C. 399). Excepcionalmente haverá artilharia nos postos avançados (quando ha a defender ou bater pontos importantes R. S. C. 317) caso em que ella deve permanecer na R. P. A. (R. S. C. 229). Os P. P. devem ser constituidos por unidades integraes. (R. S. C. 345).

#### Indicações para os chefes subordinados

As mesmas dos numeros 7 e 8 accrescidas das prescrições para o acantonamento de alerta (R. S. C. 213) e mais:

##### 19. Ao cdte. da R. P. A.?

«A reserva mantém constante comunicação com os *postos principaes* e com a columna, velando pela segurança d'esta, por meio do telephone e agentes de ligação. Em caso de

ataque e de acordo com sua missão, reforça os postos principaes, recolhe-os ou toma resolutamente a offensiva contra qualquer columna inimiga que tentar forçar a linha. Deve evitar disseminar-se em pequenos reforços parciaes e age, de preferencia grupada». (R. S. C. 342).

*Commentario* — Eis condensadas todas as prescripções essenciaes. No mais, não ha melhor oportunidade para a applicação integral dos R. E. I. 302-313-314. Por isso a reserva não se fraciona. (R. S. C. 341) Para circumstancias especiaes vêr commentario do nº 20. —

#### 20. Ao cdte. de P. P.?

«A missão do *posto principal* é de ordem defensiva. Em regra deve resistir no local, utilizando os pontos de apoio naturaes da posição que lhe foi designada, organisando-os quando preciso e estacionando na proximidade immediata de sua posição de combate». (R. S. C. 350-2 e 3).

*Commentario* — Se não consta da ordem de postos avançados é preciso decidir a tempo e com intelligencia se a posição é ou não organisada defensivamente. Geralmente, quando se tem de recomeçar a marcha no dia seguinte não se trabalha de sapa, a não ser que se trate de uma marcha retrograda interrompida e que o inimigo persegue. E' essencial que cada P. P. se entregue, exclusivamente, á vigilancia do seu sector; excepcionalmente socorrerá postos vizinhos e se o fizer deve ser pelo fogo. (R. S. C. 352) Quanto á escolha da posição é preciso reflectir sobre os R. E. I. 433 a 436, 437-3, 440 e 448. Quanto aos trabalhos de sapa revêr o R. S. C. Annexo III 6 a 20 e 36 a 51.

O cdte. de P. P. deve pesar bem suas responsabilidades respeito á segurança da tropa que cobre. (R. S. C. 406) No cumprimento da sua missão competem-lhe as prescripções do R. S. C. 405.

#### 21. Ao cdte. de p. p.?

Os pequenos postos «são estabelecidos nas proximidades dos caminhos, em locaes de facil communicação com as suas *sentinellas* e com o *posto principal* de que dependem». (R. S. C. 357).

*Commentario* — E' porque os caminhos são as vias naturaes de acesso aos postos avançados. Por elles é que transitam os estafetas, as patrulhas, os habitantes, prisioneiros, parlamentares e por elles é que deverão marchar as columnas inimigas. A rede de estradas influem extraordinariamente na locação dos escalões dos P. A. — desde a ordem inicial do cdte. até á installação dos sentinellas. A locação destas deve ser a grande preocupação do cdte. de p. p. As sentinellas devem vêr e ouvir para poderem informar. (R. S. C. 363) O intervallo entre elles varia com o terreno (R. S. C. 358) A substituição das sentinellas é outro cuidado importante. (R. S. C. 370) Deve-se obrigar os homens que entrem de sentinella á recapitulação dos seus deveres neste posto (R. S. C. 371) Para completar vêr o R. S. C. 408.

das influem extraordinariamente na locação dos escalões dos P. A. — desde a ordem inicial do cdte. até á installação dos sentinellas. A locação destas deve ser a grande preocupação do cdte. de p. p. As sentinellas devem vêr e ouvir para poderem informar. (R. S. C. 363) O intervallo entre elles varia com o terreno (R. S. C. 358) A substituição das sentinellas é outro cuidado importante. (R. S. C. 370) Deve-se obrigar os homens que entrem de sentinella á recapitulação dos seus deveres neste posto (R. S. C. 371) Para completar vêr o R. S. C. 408.

#### 22. Ao cdte. de postos especiaes?

«Estes postos tem grande utilidade no estacionamento, após as marchas diárias, em que não é possivel estabelecer, com precisão, um systema regular de postos avançados». (R. S. C. 375).

*Commentario* — Basta que estes postos substituam escalões regulares dos postos avançados para que seus cdtes. sintam as responsabilidades decorrentes. Os postos especiaes as mais das vezes têm de agir, simultaneamente como p. p. e P. P. D'ahi ser necessário escolher cdtes. com qualidades especiaes que lhe permittam discernimento e decisão, com justezza e rapidez.

#### 23. Ao cdte. de postos de exame?

«Quando se apresenta um desertor, o cdte. do *posto de exame* o interroga imediatamente, tomando nota por escripto de suas respostas: etc., etc.» (R. S. C. 377).

*Commentario* — Sem duvida esse primeiro interrogatorio serve de base ás futuras inquirições. Muita habilidade, pois, deve ter um cdte. de posto de exame e habilidade ligada a um seguro conhecimento profissional por isso que elle pôde ter occasião de collaborar seguramente nas informações colhidas pelos processos indirectos (R. S. C. 110-c) Elle deve estar compenetrado bem a fundo do espirito das prescripções dos R. S. C. 113 e 115.

### Indicações geraes

24. *Medidas de precaução e informações* (R. S. C. 288).

25. *Rondas e patrulhas* (R. S. C. 379 a 396).

26. *Substituição e levantamento* (R. S. C. 415 a 417 e II B).

27. *Cavallaria nos postos avançados* (R. S. C. 397 a 400).

28. *Conducta dos postos avançados em caso de ataque* (R. S. C. 409 a 414).

C — *Estacionamento em contacto com o inimigo.*

### Indicações para o cdte.

29. *Qual o princípio?*

«... a frente do estacionamento aumenta, a profundidade diminue, as tropas estacionam em *grupamento articulado*, formando diferentes columnas e nas disposições preliminares do combate». (R. S. C. 196-8).

*Commentario* — Em contacto com o inimigo é preciso se estar em guarda, prompto a atacar ou contra-atacar. A economia das forças, sem que deixe de existir, fica entregue ás responsabilidades instintivas dos chefes de todas as categorias e ao instinto de conservação dos homens, servido pelos hábitos de hygiene militar adquiridos. A preocupação máxima é a articulação da tropa tendo em vista o combate *immediato*. O estacionamento em contacto com o inimigo só se pode dar: n'uma *interrupção de combate* (R. E. I. 470) quando mais não seja possível combater nem retirar; n'um *ataque a uma posição fortificada* quando cessa a «marcha de approximação» (R. E. I. 412 e 413) seja por se ter atingido a posição inicial de ataque (R. E. I. 400 e 404) ou por não ser possível alcançá-la n'uma só noite (R. E. I. 415); n'uma retirada perseguida pelo inimigo, n'uma ou mais posições de acolhimento (R. E. I. 469). De qualquer modo a tropa está prompta para o engajamento, desdobrada a espera do combate imediato ou fraccionada em columnas várias cobrindo direcções ou posições de acolhimento. Para completar vé a parte III.

30. *Que especie de estacionamento preferir?*

O bivaque. (R. S. C. 199-5).

*Commentario*. — É a especie de estacionamento que permite maior promptidão para o combate: os homens se installam com seus chefes e junto ás suas armas, as unidades estão grupadas attendendo a dispositivos proprios para o combate, toda tropa no proprio terreno do combate prompta a agir ao primeiro brado d'armas.

31. *Como proceder para a installação do estacionamento?*

Ordenando o alto e o bivaque imediato. (R. S. C. 197).

*Commentario* — A função dos estacionadores fica prejudicada. Todos os chefes e unidades estão sobre a propria zona de estacionamento que tem sido palmilhada e reconhecida constantemente.

Excepcionalmente, n'um caso de retirada em boas condições, elles poderão preceder o movimento retrogrado indo fazer a repartição do bivaque nas posições de acolhimento.

32. *Como seria a ordem de estacionamento?*

Attendendo: ás noticias sobre o inimigo e tropas amigas; á missão realizada e a realizar, de um modo geral ou para cada unidade; ao estabelecimento do bivaque; ao logar a onde se encontra o chefe. (R. S. C. 102 e 197; combinação).

*Exemplo* (caso de uma marcha de approximação á noite, interrompida).

### DESTACAMENTO...

(*Logar e data*)

*Ordem nº...*

1. O inimigo tem retirado seus destacamentos avançados nas direcções... e...; a nossa Divisão atacará o flanco esquerdo do inimigo ao clarear do dia.

2. O destacamento bivaca: infantaria na mesma articulação, diminuindo as distâncias e passando ao desenvolvimento; o III a minha disposição sobre a cóta...; a artilharia em vigilância sobre a Villa... nas alturas... e..., a cav. no flanco esquerdo sobre a estrada... com um posto exterior na encruzilhada... — ... Todas as unidades proverão sua propria cobertura e devem estar promptos para atacar. Alimentação pela ração de saccos.

3. Bivaco com o III.  
(Modo de transmissão).

(Assignatura).

*Commentario* — Basta este exemplo mesmo para evitar exageros de imaginação que podem redundar em inverossemelhanças. Os casos de interrupção de combate com perseguição incontida levarão a ordens semelhantes. Os casos de retirada em ordem sem perseguição encarniçada pode conduzir a semelhanças com os do estacionamento perto do inimigo.

### Indicações para os chefes superiores

33. *Que lhes incumbe?*

Bivacar suas unidades o mais possível dentro das prescrições do R. S. C. 199 e 200; provê a segurança immediata de suas unida-

des por patrulhas, linhas tenuas de atiradores e postos especiaes (R. S. C. 392-3 e doutrina dos R. S. C. 377 e R. E. I. 497 — combinação) a não ser quando haja ordem para installação de postos avançados em que procedem como já foi estudado; não perder os contactos, nenhum instante. (R. S. C. 393).

*Commentario* — O estacionamento em contacto com o inimigo, privando, geralmente, a ordem do cdte. de certos detalhes (*mais do que comumente*) exige muito dos chefes superiores, cuja iniciativa e consequentes responsabilidades ficam accrescidas e em relevo.

#### Indicações para os chefes subordinados

As mesmas dos numeros 7, 8 e 19 á 23 no que seja applicável á situação e mais:

##### 34. *Aos cdtes. de patrulhas?*

A mais severa observancia das prescripções do R. S. C. 385 á 387 e 392-2, 393 e 396-1ª parte.

*Commentario* — Em contacto com o inimigo os dispositivos de segurança em estacionamento, mais que em qualquer outro caso, não poderão ser attendidos completamente, devido, sobretudo a estar a tropa no proprio terreno do combate e articulada para o combate. D'ahi a importancia das patrulhas de cuja acção tudo se espera, cumprindo aos seus cdtes. a responsabilidade directa dos contactos e informações.

#### Indicacões geraes

35. Especialmente a dos numeros 9, 11, 24 e 25.

(Continua).

Tte. MARIO TRAVASSOS.

## Tres Proposições Essenciaes de Aeronautica

Dentre as proposições titanicas que ora se apresentam aos Estados Unidos, ha tres que pela sua importancia estão acima de qualquer das outras que até agora têm aparecido.

São tres irmãs, pertencem á mesma familia, a da Aeronautica:

Chamam-se:

A primeira — *Os Estados Unidos como primeira potencia aeronautica do Mundo;*

a segunda — *Um departamento especial de aeronautica;*

a terceira — *Um patrulhamento aeronautico de costa.*

Não são expressões academicas nem theoricas; têm tanto de vivas como o nosso sangue e a nossa respiração. Dellas é que ha de depender no futuro a nossa existencia nacional.

Para os que têm acompanhido com o mais vivo interesse os assombrosos progressos da aeronautica nestes poucos annos mais recentes ha certas cousas, em numero tal que causa admiração a um leigo, que em breve serão realizadas, mas que já são tão definitivas como si estivessem materializadas.

A proxima guerra (com licença da Liga das Nações) ha de se travar e decidir nos ares.

*O apparelhamento de aeronautica militar de uma nação sobrepujará em importancia ao do conjunto do exercito e marinha.*

*O apparelhamento aeronautico, militar e commercial, será dentre todos os elementos de valor com que possa contar a nação, o mais importante.*

Para que os leigos possam avaliar ou fazer ideia da immensidade desta materia de aeronautica, parece conveniente chamar-lhes a attenção para algumas cousas simples.

*A atmosphera é o que ha de maior na Terra. É um grande oceano que banha por completo todo o globo. A Aeronautica importa na conquista e utilisação de todo este grande oceano para toda especie de viagem e de transporte.*

Na utilisação deste grande oceano ininterrupto ha certas peculiaridades que são da maxima importancia. Notemos as seguintes:

*Com essa utilisação cada cidade, cada villa, cada aldeia, na realidade qualquer porção de terra ou de agua na superficie do globo, fica sendo um porto possivel de partida ou um ponto possivel de chegada.*

Neste novo oceano a estrada entre dois pontos quaesquer é uma linha recta ligando esses mesmos pontos. Neste novo oceano não ha linhas de littoral, nem cadeias de montanhas, nem estradas a construir; os unicos ob-

(Continua na pagina 421)

## Nomenclatura do obuz de campanha Krupp 105 C. 14 T. R.

### CONCLUSÃO

Na frente do ventilador são transportados alguns instrumentos para o serviço da forja.

O cofre do retrotem é dividido em dois compartimentos lateraes de pequenas dimensões e um compartimento central de grandes dimensões; os dois primeiros são munidos de encaixes de madeira para receber as ferramentas do ferreiro: do lado direito as limas e tenazes e do esquerdo os martellos; o compartimento central é destinado ao transporte de carvão.

Na face anterior do cofre são previstos dois encaixes para duas caixas de ferro, revestidas internamente de uma guarnição de madeira; estas caixas transportam as *ferramentas do serralheiro e do ferrador*; elles funcionam como gavetas e são presas por ferrolhos com móla.

Superiormente o cofre é fechado por uma tampa que se abre para cima e sobre a qual estão dispostas as varandas.

Sob o estrado estão dispostos os suportes para as barras de ferro, dois de cada lado; ahí são transportadas 12 barras de ferro de secções diferentes, 6 de cada lado; elles são presas aos porta-barras por meio de um ferrolho.

O retrotem é munido de um freio de marcha podendo ser accionado por um homem a pé marchando atraç da viatura.

### X. O ARMÃO

86.—O estrado é quasi analogo ao do armão da viatura-peça.

O cofre é feito de folha de aço e munido interiormente de um fundo de madeira.

Interiormente o cofre é dividido em tres compartimentos, servindo o do meio para o transporte de ferraduras dos animaes; nos compartmentos lateraes são conduzidos:

Em baixo:

40 cordas;

1 pedra do rebolo;

2 avenaes de couro e

2.000 cravos em dois saccos de couro.

Em cima:

1 caixa de accessorios em cada compartmento.

O cofre é fechado por uma tampa que se abre para a frente; sobre a tampa ha argolas para fixar saccos de forragem e duas varandas.

Na face anterior do cofre são conduzidas

uma pá, uma picareta e uma machadinha e na face posterior dois baldes de lona.

### XI. LUNETA DE BATERIA

87. A luneta de bateria serve para observação do objectivo e do tiro, para a medição da altura de arrebentamento dos tiros de tempo, para a medição do angulo de sitio e para a determinação da deriva a dar ás peças (ou á peça-base).

A luneta comprehende as partes principaes seguintes:

*o tripé A,*

*o porta-luneta B e*

*a luneta panoramica C.*

O tripé é formado por tres pés tubulares que podem ser encurtados ou alongados á maneira dos tubos telescopicos; elles são articuladas á cabeça *a* e podem ser fixados em qualquer posição por meio dos parafusos de pressão *c 1*. A cabeça *a* constituida por um estojo de aço é munida de um parafuso de pressão *b*.

O porta-luneta *B* apresenta em baixo um estojo *d* que se encaixa na cabeça *a* por meio de um dente e é fixado pelo parafuso de serragem *b*. Sobre o estojo *d* repousa a coberta *e* cuja haste óca penetra no estojo e é ligada a este por uma junta espherica; esta junta pode ser immobilisada por quatro parafusos callantes *h* destinados a permittir o nivelamento da coberta *e*; para isso ella dispõe de douz niveis de bolha de ar *g*, perpendiculares um ao outro. A coberta *e* é munida de um mecanismo de parafuso sem fim *f* para a pontaria exacta da luneta sobre o ponto de pontaria, mecanismo que pôde ser desengrenado por meio de uma alavanca *f 1* para se poder dar rapidamente um grande deslocamento angular approximado á linha de visada.

Na coberta *e* está alojado o supporte *i* do encaixe *w* da luneta panoramica; este supporte é munido de dentes helicoidaes com os quais está em ligação o mecanismo de parafuso sem fim *f*. O supporte *i* e o encaixe *w* são ligados entre si por parafusos.

O encaixe *w*, aberto para a retaguarda, tem na parte anterior um alojamento para o ferrolho de fixação da luneta panoramica.

A luneta panoramica *C* é quasi identica á da linha de mira do obuz; ella differe entretanto nos pontos seguintes:

A luneta de bateria tem um augmento de oito vezes, ao passo que a da peça aumenta quatro vezes;

A ocular é munida de um dispositivo per-

mittindo ajustar a luneta ás condições de visão do operador;

O goniometro da luneta de bateria traz no prato, acima da graduação em 100 millesimos, uma outra dos senos dos angulos lidos  $Q\ 3$ ;

A luneta traz um reticulo micrometrico com graduações vertical e horizontal, para a apreciação das alturas de arrebentamento, dos desvios horizontaes e das alturas e larguras de objectivo; a escala horizontal tem divisões de  $5/1000$  e do mesmo modo a vertical; os traços maiores da escala horizontal teem uma altura de  $6/1000$  e os menores de  $3/1000$ .

A luneta é conduzida em uma caixa de madeira forrada de lona e com correia para ser transportada a tiracollo, e o tripé em um estojo de couro tambem com correia para o transporte.

88. *Installação da luneta em estação* — Retirar o tripé do estojo de couro, alongar os pés e o estrictamente necessário, abril-os até ao limite e immobilisal-os por meio do parafuso de serragem *c* 1.

Tomar a luneta com o porta-luneta B e introduzil-o na cabeça *a* do tripé, e serrar o parafuso *b*.

Na instalação da luneta deve-se aproveitar tanto quanto possivel a protecção dada pelo terreno, de modo que só o reflector domine o campo de pontaria.

Nivelar a luneta agindo sobre os parafusos callantes *h* até que as bolhas de ar dos niveis *g* fiquem dentro de suas marcas. Sempre que se desserrar o parafuso B, portanto a cada mudança de estação, é preciso nivelar de novo a luneta.

Por occasião do estacionamento da luneta ella deve ficar orientada de modo approximado para o objectivo, para o que antes de se apertar o parafuso *b* e nivelar a coberta *e* se deve apontar com o collimador *z*.

Para apontar exactamente sobre um ponto qualquer, olha-se pela ocular e faz-se mover o mecanismo de parafuso sem fim *f* (ou desengrenando-o ou fazendo girar o botão serrilhado que o commanda) e o tambor *q* 1 que dá movimento ao reflector no plano vertical, até que o cruzamento dos fios do reticulo coincida com o ponto visado.

O angulo de sitio se lê no prato e tambor do sitometro da luneta, do mesmo modo como se procede na luneta da linha de mira do obuz. Si, por exemplo, o index se acha entre as divisões «2» e «3» do prato do sitometro (angulo de sitio positivo) e o da graduação do tambor *q* 1 em frente ao numero «52», o angulo de sitio medido é de + 52 milles-

simos em valor absoluto mas deve ser transmittido á bateria com a graduação lida 252.

Para medir o desvio angular horizontal entre dois pontos quaequer, sendo um delles visado como se acaba de dizer, desengrenase o reflector torcendo para baixo a alavanca *q* e faz-se-o girar á mão, de modo a oriental-o na direcção a visar, utilizando, si for preciso, o collimador. No caso de grandes diferenças de altitude entre os dous pontos, é preciso agir sobre o tambor *q* 1 do reflector. Larga-se depois a alavanca de desengrenagem e aponta-se exactamente a luneta sobre o ponto a visar, agindo sobre o botão serrilhado *q* 1, até que o cruzamento dos fios do reticulo coincida com o ponto mencionado. Lê-se o numero de centenas de millesimos do angulo medido na graduação do prato *Q* do goniometro e as dezenas e unidades na graduação *Q* 1 do tambor do botão serrilhado *Q* 2.

Terminado o serviço e antes de guardar a luneta é necessario pôr a zéro todas as graduações.

#### ANNEXOS

##### CARREGAMENTO DA VIATURA-PEÇA ARMÃO

*Na face anterior do cofre* — 1 pá, 1 picareta, 1 balde de lona.

*Na face posterior do cofre* — 1 machadinha.  
*Na ponta da lança* — 1 boleia móvel.

*Na boleia mestra* — 2 balancins.

*Na abertura circular da concha* — 1 marmita de campanha comprehendendo: 3 marmitões com tampa, 3 alças para os mesmos, 10 pratos, 10 cabos para os mesmos, 1 concha, 1 escumadeira e 1 correia com fivela.

*No cofre da concha* — 1 martello, 1 torquez, 1 lima e 1 chave ingleza, 1 caixa para graxa, 1 almotolia com pincel, 1 lanterna, 1 chave para atarrachar estopilhas de percussão, 12 aruelas de couro para rodas, 1 sotroço com chaveta e francalete, 1 mola da peça de retem da clavija, 1 estojo para os livros e tabellas de tiro. Tabellas de tiro. Livros de tiro. 2 cadeados com 2 chaves. 1 balde de lona. 1 chave para espoleta de duplo effeito.

No respectivo encaixe 1 lança.

*No cofre do armão* — 1 caixa de accessórios contendo: 3 percussores, sendo 1 de exercicio, 5 molas de percussores, 1 cordão detonador com gancho de mola, 1 mola de segurança, 1 grão do percussor, 1 alavanca de armar com noz de armar, 1 descânco da mola do percussor, 2 extractores, 1 chave para o grão de percussor, 1 sacco de como contendo um escovão. Um estojo de couro contendo o seguinte: 1 couro embutido, 7 aroelas de obtura-

ção para a guarnição do freio, 1 rodella de borracha, 1 parafuso rolha para o orifício de enchimento do freio, 2 aroelas de couro para o mesmo, 2 parachoques para a taleira do berço e o talão de amarrar, 1 mola para a alavanca do escudo inferir, 1 mola para o leme e 1 cadeado com 2 chaves.

#### OBUZ

*Na bocca do obuz* — 1 coifa de couro.

*Na culatra* — 1 capa de couro.

*Na alça de mira* — 1 capa de couro.

*Nas guarnições de ferro* — 1 balisa.

*No encaixe da alça* — 1 alça de mira.

*No encaixe da luneta* — 1 tampa de proteção.

*No respectivo encaixe* — 1 haste de proteção.

*No cofre da flecha* — 1 caixa de ferro contendo: 1 luneta panorâmica, 1 chave para a mesma, um aro para ocular, 1 pedaço de camurça e 1 nível de bolha d'ar de reserva, 1 haste de alongamento, 1 chave para o parafuso tampão e a porca de fixação da haste do embolo, 1 chave para o parafuso rolha, 1 almofolia com pincel, 1 percussor de exercício, 1 caixa de couro, contendo o nível de pontaria, 1 cadeado com 2 chaves. Pequena porca de fixação para o equilibrador de mola.

#### CARREGAMENTO DA VIATURA MUNIÇÃO RETROTREM

No fundo do cofre existe uma caixa de ferro com uma luneta panorâmica, 1 chave para a mesma, 1 aro para o ocular, 1 pedaço de camurça e 1 nível de bolha d'ar de reserva.

Em baixo dessa caixa, existe um alojamento de madeira com uma alça de mira de reserva e acima 4 caixas de estojos para granada explosiva. A direita do cofre, existe um encaixe com 2 chaves para espoleta de duplo efeito.

#### ARMÃO

*Na face anterior do cofre* — 1 pá, 1 picareta, 1 balde de lona.

*Sobre o estrado, na frente* — 1 balancim de reserva.

*Na face posterior do cofre* — 1 machadinha.

*No respectivo encaixe* — 1 lança.

*Na ponta da lança* — 1 boleia móvel.

*Na boleia mestra* — 2 balancins.

*Na abertura circular da concha* — 1 marmita de campanha, compreendendo: 3 marmitiões com tampa, 3 alças para os mesmos, 10 pratos, 10 cabos para os mesmos, 1 concha, 1 escumadeira, 1 correia com fivela, 1 balde de lona.

*No cofre do armão* — 2 caixas de estojos para granada explosiva.

*No cofre da concha* — 1 martello, 1 torquer, 1 lima, 1 chave inglesa, 1 caixa para graxa, 1 almofolia com pincel, 1 lanterna, 1 chave para atarrachar estopilhas de percussão, 1 sotroço com chaveta e francalete, 1 mola para peça de retém da clavija, 12 aroelas de couro para rodas e 2 cadeados.

#### CARREGAMENTO DA V. DE BATERIA RETROTREM

*Na face anterior de cada cofre* — 3 pá.

*Na face lateral externa de cada cofre* — 2 picaretas.

*Sob cada cofre* — 2 balancins de reserva.

*Entre os 2 cofres* — 2 rodas de reserva.

*Entre as rodas de reserva* — 1 lança desmontável.

*Sobre os 2 cofres* — 1 serra a 2 mãos, 4 molas recuperadoras e 2 molas equilibradoras.

*Sob os 2 cofres* — 1 macaco.

*Na porta de cada cofre* — 2 tirantes de prolongas de manobra.

*Na face esquerda do cofre* — 1 malho.

*Externamente a cada calha* — 2 boléas móveis de reserva.

*Externamente a cada calha* — 1 machado grande.

*Sobre as molas recuperadoras e equilibradoras* — 1 encerado.

*Nas portas dos cofres* — 2 cadeados com chaves.

*No cofre da direita* — 2 serrotas de mão desmontáveis, 1 tala de corriero, 10 cordas, 24 archotes, 12 raios de reserva 1 grande lata para óleo e 1 grande para glicerina.

*No cofre da esquerda* — 1 caixa para artigos de escripta, 1 caixa com 6 foices para capim, 8 facões de sapador, 10 pedaços de pano, 1 caixa de ferro contendo o aparelho de montagem e desmontagem do freio de recuo e 1 chave para o cilindro do freio; 1 caixa de ferro vasia.

#### ARMÃO

*Na face anterior do cofre* — 2 pá, 2 picaretas, 2 machadinhas.

*No respectivo encaixe* — 1 lança.

*Na ponta da lança* — 1 boleia móvel.

*Na boleia mestra* — 2 balancins.

*Na face posterior* — 2 baldes de lona impermeável.

*Na abertura circular da concha* — 1 marmita de campanha, compreendendo: 3 marmitiões com tampa, 3 alças para os mesmos, 10 pratos, 10 cabos para os mesmos, 1 concha, 1 escumadeira e 1 correia com fivela.

*No cofre da concha* — 1 martello, 1 torquer, 1 lima, 1 chave inglesa, 1 lata para gra-

xa, 1 almotolia para óleo com pincel, 1 lanterna, 1 sotroço com chaveta e francalete, 1 mola para peça de retém da clavija, 12 aroellas de couro para rodas, 1 cadeado com 2 chaves.

*Sob o estrado* — 1 lâmina do alfange, 1 cabo do alfange.

*No cofre do armão* — 1 caixa de ferramentas de selleiro, contendo o seguinte: 6 furadores de correia, em um estojo de madeira, 2 ditos para o vasador em um estojo de madeira, 50 agulhas e 2 sovelas em um estojo de madeira, 1 faca recta e 1 curva, 2 dedaes sem fundo, 1 tesoura, 1 sovela redonda com cabo, dicta recta com cabo, 1 chave de parafuso, 1 compasso, 1 martello de tapesseiro, 1 torquez, 1 dita para estirar couro, 1 pinçavasador, 1 martello, 6 vasadores sortidos e 1 caldeirinha para colla. 1 caixa para o carpinteiro, compreendendo o seguinte: 1 lapis, 2 goivas, 3 formões, 1 lima triangular, 1 grossa, 4 verrumas com cabo madeira, 1 arco de púa com 6 brócas, 1 macete de madeira, 1 pedra para afiar em caixa de madeira, 1 desbastador, 2 plainas, 1 machadinha, 1 martello, 1 torquez, 1 serrote, 1 escala métrica, 1 compasso, 1 chave de parafuso e 1 enxó.

1 caixa de accessórios, contendo 2 sotroços com chaveta e francalete, 4 arandelas de eixo com aroelas de couro, 48 aroelas de couro para rodas, 12 francaletes, de couro para sotroços, 5 cadeados com 2 chaves cada um. 1 annel para o alfange, 1 cunha de madeira, 1 bigorna e 1 martello para o alfange, 2 pedras de afiar, 2 escovas para cavallo, 2 rascadeiras.

1 caixa de accessórios contendo 200 velas.

1 caixa de accessórios contendo 10 cordas.

1 caixa de madeira contendo a ambulância médica.

1 caixa de madeira contendo a ambulância.

1 caixa para sobresalentes da ambulância veterinária.

medica.

#### CARREGAMENTO DA VIATURA FORJA FORJA

*Sobre o torno* — 1 capa de couro para o torno.

*Sobre a concha* — 1 bigorna.

*Sobre a mesa da forja* — 1 cepo para a bigorna, 1 balde de ferro com tampa, 1 pá para areia, 1 pá para carvão, 1 espetão, 1 chegador.

*Sob o estrado do cofre* — 1 eixo para obuz, 1 eixo para armão, 1 eixo para carro de munição, 12 barras de ferro.

*Nos compartimentos laterais do cofre* — 4

tenazes de forja, 2 marretas, 1 martello grande, 1 martello pequeno, 1 punção redondo, 1 punção chato, 1 punção quadrado, 1 rompedeira de forja, 1 assentador chato, 1 assentador redondo, 1 assentador quadrado, 2 talhadeiras.

*Nos compartimentos laterais dos cofres* — 14 limas e limatões diversos, 1 talhadeira de bigorna, 1 bico de bigorna, 1 escala de aço.

*Nos respectivos alojamentos da face anterior do cofre* — 1 caixa contendo: 1 arco de púa, 1 escareador de fraise, 1 dito chato, 1 broca quadrada, 1 chave de parafuso, 1 chave inglesa, 6 brocas, 2 chaves de porcas, 2 talhadeiras, 2 bicos de asnos, 4 puncções, 4 estampadores de rebites, 1 escala métrica de madeira, 2 craveiras, 4 repuxadores, 2 craveiras para cavilhas, 1 cadeado.

1 caixa contendo: 2 martelos de atacarcar, 1 grossa grande e 1 pequena, 2 torquezes, 2 desarrebitadores, 1 puxavante com 2 lâminas, de sobresalente, 1 ferro para rebitar, 2 puncções, 3 legras, 1 cadeado com 2 chaves.

*Na porta do cofre* — 1 cadeado com 2 chaves.

#### ARMÃO

*No respectivo encaixe* — 1 lança.

*Na ponta da lança* — 1 boléa móvel.

*Na boléa mestra* — 2 balancins.

*Na face anterior do cofre* — 1 pá, 1 picareta, 1 machadinha.

*Na face posterior do cofre* — 2 baldes de lona impermeável.

*Na abertura circular da concha* — 1 marmita de campanha comprehendendo 3 marmitões com tampa, 3 alças para os mesmos, 10 pratos, 10 cabos para os mesmos, 1 concha, 1 escumadeira e 1 correia com fivela.

*No cofre da concha* — 1 martello, 1 torquez, 1 lima, 1 chave inglesa, 1 lata para graxa, 1 almotolia com pincel, 1 lanterna, 1 sotroço com chaveta e francalete, 1 mola para a peça de retém da clavija, 12 arruelladas de couro para rodas, 1 cadeado com 2 chaves.

*Nos compartimentos laterais do cofre* — 1 pedra do rebolo, 2 avenaças de couro, 40 cordas, 2.000 cravos em 2 saccos de couro.

*Nos compartimentos laterais do cofre* — 1 caixa de accessórios contendo 1 tarracha com 3 pares de coussinets, 9 machos de 3 diametros diferentes, 1 desandador, 1 ponteiro para a tarracha, 10 molas para a peça de retém da clavija, 1 peça de retém da clavija, 9 porcas com encaixe de contra pinos, 48 aroelas de couro para rodas, 12 cavilhas com porcas para o cubo da roda, 12 ditas

com porca para a chapa do trilho, 6 pinos para lança, 12 francaletes para sotroço, 108 contra pinos de tres especies, 2 chapas de aço com rebites para a luneta da clavija, 2 patins de freio para reparo, 4 cavilhas com porca para idem, 2 patins de freio para carro de munição, 4 cavilhas com porca para idem, 8 cavilhas com porca para alojamento de eixo (3 especiaes), 4 cavilhas de articulação para a peça de retém da clavija, 12 cavilhas com porca para os cofres, 1 fio de cobre de ..... 200 × 7 mm de diametro, 1 fio de aço das mesmas dimensões, 12 rebites de cabeça redonda de 90 × 16 mm, 24 ditos de 40 × 12 36 ditos de 30 × 10, 24 ditos de 30 × 8, 12 ditos de 20 × 7,48 ditos de 30 × 6, 48 ditos de 30 × 5, 96 ditos de 16 × 5, 96 ditos de 16 × 4, 96 ditos de 13 × 5, 12 rebites de cabeça chata de 30 × 10 mm, 18 ditos de 30 × 8, 48 ditos de 30 × 6, 48 ditos de 26 × 5, 96 ditos de 16 × 5, 96 ditos de 16 × 4, 4 rebites de 16 mm de diâmetro para o berço, 24 ditos de 13 mm idem, 24 ditos de 10 mm idem, 8 parafusos de fixação para as talas de protecção do berço, 1 mola de lamina para o parafuso tampão, 1 parafuso de segurança para a porca de fixação do cilindro do freio, 1 parafuso de segurança para a cabeça da contra haste, 2 cavilhas com porca para os supports de articulação do braço do freio de marcha, 1 cavilha com rodellas para o braço e tirante do freio de marcha, 1 cavilha com porca para o tirante horizontal do freio de marcha, 2 tiras de feltro, 6 cavilhas com porca para as escoras do escudo, 2 cavilhas com rodellas de apoio para a charneira do escudo inferior, 3 cavilhas com porca para a alavanca do escudo inferior, 2 cavilhas com porca para a fixação do escudo, 2 cavilhas com porca para a articulação da chapa da janela de visada, 2 rebites de cobre para as tiras de feltro, 3 parafusos de fixação para o parachoque do tâlao de amarrar, 1 parafuso para a cavilha do parafuso de pontaria em direcção, 1 parafuso para a manga guia do parafuso de pontaria em direcção, 1 pequeno parafuso de segurança para o parafuso de elevação.

(Continuação da pagina 416)

staculos são as correntes desfavoraveis. O numero de estradas é infinito e todas já estão promptas.

Si por um momento nos detivermos a procurar a significação destas afirmações, que não são sonhos nem productos da phantasia,

mas simples realidades, não nos será difficult ao lado dos que com os olhos no futuro acompanham os estupendos progressos da Aeronautica, ver os ares trilhados por milhares de aeroplanos empenhados no transporte de passageiros e materiaes, bem assim em outras e numerosas occupações que ora são exercidas por veículos de transporte no mar ou em terra.

Por muitos annos, em momentos oportunos ou não, tenho chamado a attenção para as tres grandes questões a que me refiro no começo deste artigo.

Tem me parecido que, não só à necessidade de nos mantermos ao nível de outras nações, mas tambem o brio nacional, deveriam nos inspirar a determinação de sermos a primeira potencia aeronautica do Mundo. Os nossos recursos, os nossos meios, a nossa reconhecida capacidade e pericia em mechanica e engenharia nos habilitam, melhor do que a qualquer outra nação, talvez, a attingirmos esta posição conveniente e a sustentá-la.

A extensão do nosso domínio nacional e o facto de termos uma vasta linha de littoral em dois grandes oceanos exigem um grande apparelhamento de aeronautica militar, e os largos desenvolvimentos do nosso paiz permitem a utilisação ao mais alto grao de todas as possibilidades commerciaes da navegação aerea.

Para chegarmos a esta posição é absolutamente essencial que haja unidade e concentração de autoridade e de responsabilidade. Aos que conhecem este terreno, esta assertão ha de se afigurar tão axiomática que não pode admittir duvida.

*Ella significa que devemos ter um Departamento de Aeronautica, Separado, Independente, á testa do qual esteja, para organisa-lo e dirigil-o, uma das pessoas mais competentes do paiz, com superintendencia completa e exclusiva sobre TODAS as actividades aeronauticas da nação.*

Os grandes resultados almejados não têm sido obtidos, não o serão, nem o poderão ser enquanto esta superintendencia estiver, como agora, dividida por varios departamentos, e estes com organizações, processos e programmas que são separados e distintos entre si.

Esta outra assertão deveria ser tambem axiomática, não fosse um facto haver sempre quem esteja prompto a hostilizar a verdade..

A oposição á ideia de um departamento independente para a aeronautica tem partido:

*Primeiro — Dos departamentos que têm divisão de aeronautica e não querem abrir mão della.*

*Segundo — Dos que positivamente ainda não conseguiram apprehender a grande importancia e as enormes possibilidades da aeronautica, e*

*Terceiro — De influencias occultas e poderosas cuja posição não se tem podido determinar.*

O maior de todos os obstaculos á criação deste departamento tem sido, todavia, a inercia oriunda da ignorancia em que se encontra o publico em geral quanto ao desenvolvimento sorprehendentemente rapido da aeronautica.

Este obstaculo está sendo removido com louvável brevidade por meio da educação do povo e, uma vez afastado definitivamente, a criação da superintendencia centralizada — o departamento de aeronautica — será inevitável. Na proxima sessão do Congresso serão apresentados projectos neste sentido, como já o foram nas anteriores, e posto que a sua passagem venha a ser demorada por efecto de influencias hostis, a aprovação será inevitável.

Apenas algumas palavras sobre a proposição do Patrulhamento Aeronautico de Costa:

*Todos os que se familiarisaram com o trabalho de patrulhamento aeronautico de costa nos paizes estrangeiros durante a ultima guerra bem reconhecem que os Estados Unidos têm forçosamente, não só*

*de defender contra ataques aereos as suas linhas immediatas de littoral, mas ainda de patrulhar por meios aeronauticos todos os pontos extremos do continente da America do Norte.*

Não podemos deixar de ter um grande *Sistema de Patrulhamento Aeronautico de Costa*, que se extenda, no Atlântico, do Cabo Farewell ao Canal de Panamá, e, no Pacifico, deste Canal ao archipelago das Aleutas.

ROBERT E. PEARY — Contra-almirante (reformado) da Marinha Norte-Americana; Presidente da Comissão de Patrulhamento Aeronautico de Costa; Presidente da Liga Aeronautica dos Estados Unidos; membro da directoria do Aero-Club dos Estados Unidos.

(Traduzido da American Review of Reviews, de Maio deste anno).

## Forças auxiliares

Não obstante os evidentes defeitos que apresentam os contractos já estabelecidos entre o Governo Federal e os dos Estados mais adiantados que houveram por bem assumir o compromisso legal de caracterizar suas Forças Publicas como auxiliares do Exercito, elles vão determinando sensivel progresso.

Para que não fique vaga a nossa affirmação inicial apontaremos, a titulo de exemplo, o facto de não haver nesses tratos nenhuma indicação de um meio efficaz para ser verificada pelo orgão competente — o Estado Maior do Exercito — ao menos a indispensavel unidade da instrucção das policias com a do exercito.

Comtudo a simples influencia, talvez, da nova designação, reagindo em meios sufficientemente patrioticos, tem determinado uma louvável preoccupação de progresso.

Já nos temos referido a outros casos e agora nos chegam noticias desta ordem do Paraná e de Matto Grosso, onde se tem procurado introduzir reformas para melhor principalmente no que toca á instrucção.

O Congresso do Paraná acaba de estabelecer uma lei creando uma escola para a formação dos officiaes de sua F. P., com um curso de quatro annos, subdividido em um fundamental e um especial, cada um com a duração de 2 annos.

Com as garantias complementares indispensaveis para seus officiaes, mörmente recrutados através dum tal processo decente de selecção, ficará por outro lado o officialato prestigiado e sufficientemente garantido, pois os candidatos ao ingresso ou á promoção se libertarão da influencia politica ou protectora dos mandões da terra, aos quaes em geral pouco se lhes dá que sejam preteridos os mais dignos e os mais aptos.

E nenhum Estado poderá pensar em estabelecer exigencias á sua officialidade sem lhe dar garantias sufficientes. E' o caso obsoleto da demissão desses officiaes sem que o supposto delinquente possa ao menos usar dos meios de defesa facultados pela lei penal militar. E essa garantia que se impõe não precisa ser a da vitaliciedade; é mistér apenas,

mas isso absolutamente, que fique o futuro desses officiaes a salvo de surpresas.

\* \* \*

Fazendo excepção á pratica dos alludidos contractos e evidenciando uma perfeita comprehensão do que acima referimos, destaca-se a Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

Esta força auxiliar mantem contacto com o Estado Maior do Exercito, aproveita por uma intelligent adaptação todos os regulamentos de serviços e, quanto a instrucção, segue á risca o que se decreta para o Exercito.

Em quanto algumas forças auxiliares descurram do aperfeiçoamento dos seus officiaes e sargentos, a Brigada Militar do Rio Grande selecciona um certo numero delles (na primeira turma 6 e agora 10) e os matricula no Curso de Aperfeiçoamento de Infantaria, na Villa Militar, onde fazem a melhor aprendizagem pratica que no Brasil existe instituida e donde sahem em optimas condições para serem instructores de recrutas.

Persistindo nesse rumo e com o louvável capricho que vae distinguindo a força publica do Rio Grande é de prever que os seus officiaes, dentro em pouco, reunam aos conhecimentos theoricos da sua modesta escola, o tirocinio pratico necessario, isto é, fiquem perfeitamente na altura dos seus postos.

A Brigada Policial do Districto Federal tambem iniciou essa pratica fundando uma escola e matriculando 4 sargentos no Curso de Aperfeiçoamento. Resta a persistencia no rumo escolhido, a continuaçao despretenciosa do que está feito com as corrigendas que a pratica fôr indicando.

## O official de subsistencia

(Continuação)

### Problemas durante as operações

#### 2. Utilisaçao dos recursos locaes

E' importante que a tropa seja alimentada quanto antes ao passar ao repouso.

Existindo viaturas-cosinhas o pessoal terá recebido pelo meio do dia uma parte da ração e poderá ao estacionar receber a refeição complementar.

Na falta dessas viaturas o caso é mais desfavoravel e a função do official de subsistencias reclama então uma actividade rapida e intelligent. Elle precisa tratar de saber se a localidade onde se vae acantonar ou em

cujas immediações se ficará em bivac pôde ser utilisada para a subsistencia das tropas, caso não tenha já sido informado a esse respeito pelo funcionario que a intendencia tenha incumbido dessa exploração. E' preferivel a alimentação fornecida pelo habitante ao pessoal que elle acantonar, mediante pagamento á vista ou certificado. Se isto não fôr possivel o recurso será a compra livre ou a requisição; um desses recursos, aliás, ha de ser necessario mesmo para as tropas que disponham de viatura-cosinha, pois esta ou os carros-viveres hão de ser reabastecidos com os recursos locaes.

A compra livre pôde ser effectuada pela tropa sem autorisação superior na zona de concentração.

Em territorio inimigo é preciso licença do edo. superior do exercito, o qual tambem fixará os limites dos preços.

As requisições no territorio nacional (Instruções para alimentação do exercito de campanha e R. S. C. 471 a 474) (\*) obedecem á lei de contribuições de guerra §§ 3 e 4 (\*\*); em territorio inimigo toda tropa pode applical-as sem restrições. E' o official de subsistencias quem as dirige, como delegado de seu cdte.; cumpre-lhe não vacillar em sua applicação, mórmente se a tropa não tem carros-cosinhas e os carros-viveres só sejam esperados tarde. Elle deve immediatamente fazer as requisições e distribuir ás companhias, etc., as subsistencias assim adquiridas, ainda mesmo sabendo que a carga dos carros-viveres precisa ser consumida, sob pena de se deteriorar. Em tal caso ficará plenamente justificado que se distribua uma ração extraordinaria á noite depois que chegarem os carros-viveres, ou pela manhã antes de partir.

Na guerra o que mais importa é saciar a fome dos homens, sem a timida preocupação de fornecer as raçõesmeticulosamente segundo o peso da tabella. Tal homem precisará mais um pouco para encher o estomago, tal outro um pouco menos. Nas regiões fartas dê-se alimentação abundante, nas pobres trate-se de poupar, e não raro a ração será menor que a da tabella.

Parece que a variedade dos individuos e a das condições do theatro da guerra produzem por si a compensação, no interesse do tesouro nacional.

Ao tratar do emprego das viaturas cosinhas e dos carros viveres analysaremos o modo de reabastecel-os.

(\*) R. S. C. brasileiro 537, 2º periodo: 538 a 541; 544; 545; 547; 548; 554 a 556.

(\*\*) Lei de requisições.

Ao official de subsistencias compete igualmente providenciar para que a tropa tenha feno, lenha e palha de cama no lugar onde estacione; si fôr preciso tambem para isto applicará a requisição.

Muito particularmente adstricta á utilisação dos recursos locaes do theatro da guerra é a cavallaria de exercito. Vd. R. S. C. 475.

O official de subsistencias cuidará que os generos sejam sãos e em bom estado; se bem que ahi caiba a intervenção do official de saude (medico) convem que elle tenha aptidão para julgar por esse lado os generos que comprar ou requisitar.

As regras do R. S. C. (\*\*\* ) são excellentes a esse respeito.

Se o official de subsistencias tem o dever de adquirir tal quantidade de generos que não haja falta para sua tropa, se tem mesmo o direito de assegurar um certo excesso, como reserva, por outro lado cumpre-lhe evitar que se produza desperdicio. Deverá principalmente reduzir essa reserva quando soubér que á sua tropa seguirão outras.

#### CARROS COSINHAS E SEU EMPREGO

Com a introdução destes carros o mecanismo da alimentação da tropa tomou um carácter radicalmente outro, e é essencial que os cdtes. de tropa e todos os agentes da alimentação sejam familiarisados durante a paz com a melhor maneira de manejá-los esse mecanismo.

Anteriormente a tropa tinha que se conformar com o factor inafastável de só poder fazer a refeição principal depois de cheio o dia de trabalho, ou com o alimento fornecido pelo morador onde acantonasse, ou após a chegada do trem de estacionamento, sendo então ainda necessário cada um ou cada grupo de alguns preparar sua comida. As proprias manobras já ensinam que o pessoal só chega ao repouso depois de penosas marchas e demorados combates; raramente a manobra acabará pelo meio do dia; muitas vezes irá até á noite. Na melhor hypothese o soldado terá tido seu almoço para contemporizar, muitas vezes elle passará fome. Um pouco de café pela manhã, á noite uma comida penosamente preparada, ás vezes sem habilidade, e no meio disso um dia pesado como ás vezes são as das manobras e como os conhecem os veteranos. As longas pausas entre as refeições não correspondem ao modo methodico da alimentação nas guarnições nem aos habitos domesticos dos reservistas. Em quasi todas as

profissões a refeição principal tem lugar pelo meio do dia. E' em particular o caso dos operarios, que tem horas certas para se alimentarem. As manobras e a guerra perturbariam isto, pois não haveria ensejo do homem tomar alimento durante o trabalho. Muitos suportaram essa alteração, mas muitos não resistiram. A estatística demonstra que nas guerras mais baixas sofreram as tropas por molestias do que pelas armas inimigas.

Assim na guerra de 1866 os prussianos perderam entre mortos por ferimento e feridos cerca de 17.000 homens (dos quais 4.000 mortos) ao passo que tiveram 58.000 doentes de hospital, dos quais 5.000 mortos; na guerra de 1870 os allemães tiveram mortos por ferimento e feridos 117.000 homens ao passo que tiveram 475.000 doentes de hospital, dos quais 180.000 casos de intestinos.

A viatura-cosinha veiu proporcionar um excelente recurso para combater a irregularidade na alimentação da tropa causa de tantos males. Com o seu judicioso emprego não se reproduzirão aquellas cifras phantasticas de doentes.

#### Lugar dos carros-cosinhas

Pelo R. S. C. os carros cosinhas pertencem ao trem de combate. Quanta gente da velha escola sacudiu a cabeça por causa deste «acrescimo das viaturas do trem das tropas de combatentes». Com isto o batalhão passou a ter 9, em vez de 5, viaturas no seu trem de combate.

Desde porém que os cdtes. de tropa aprendem na paz a empregar correctamente seu trem de combate, na guerra ressaltarão as vantagens dessas 9 viaturas. Em todo caso atribuir os carros-cosinhas ao trem de estacionamento seria anular esse importante progresso.

O consumo de energia do homem que trabalha seriamente precisa ser compensado em tempo. Os carros-cosinhas o permitem, pois que na marcha e no combate acham-se á mão para proporcionar ao soldado uma refeição quente no meio do dia. Só assim se evitara na generalidade dos homens um affroaxamento do vigor physico e dos nervos. E' um facto constatado por estudos medicos que o corpo humano enfraquecido se torna muito receptivo para matérias infecionantes, de modo que não se erra em levar á conta das provas diárias de fome a devastadora contaminação de epidemias, observada nas guerras, anteriormente.

(\*\*\*) Regulamento do Serviço de Saúde em campanha.

(Continua)

## TRABALHOS INEDITOS

DO

## 1º Tenente CARLOS DE ANDRADE NEVES

IV

## ARTILHARIA

## Materiaes em Serviço

Os diversos materiaes, actualmente em serviço no exercito francez, distribuem-se em 3 grandes grupos:

1º) Materiaes que constituem a Artilharia de Campanha;

2º) Materiaes que constituem a Artilharia Pesada;

3º) Materiaes que constituem as Artilharias destinadas a missões especiais.

## 1º GRUPO

## Materiaes que constituem a Artilharia de Campanha

São os materiaes destinados a apoiar a Infantaria e a Cavallaria e que operam em todos os terrenos, mesmo nas montanhas.

Do fim que elles tem em vista e da mobilidade de que são dotados resulta a seguinte

## CLASSIFICAÇÃO

a) Materiaes de apoio á Infantaria e que operam em todos os terrenos accessíveis a viaturas;

b) Materiaes de apoio á Infantaria e que operam em terrenos montanhosos;

c) Materiaes de apoio á Cavallaria.

Os canhões que pertencem aos materiaes do grupo a) são chamados «canhões de campanha propriamente ditos»; os do grupo b) canhões de montanha» e o do grupo c) «canhões de cavallaria».

## a) CANHÕES DE CAMPANHA PROPRIAMENTE DITOS.

Calibres empregados: 75 m/m e 90 m/m.

*Nota.* — O canhão de 90, antigamente regulamentar, tem sido utilizado pela necessidade de se possuir a massa considerável de artilharia de emprego frequente na guerra actual. Assim sendo, por motivos de ordem económica e por falta de tempo para a construção de um numero extraordinariamente avultado de canhões de 75 m/m, foi o governo obrigado a lançar mão do grande numero de canhões de 90 existentes em depositos.

A mesma observação deve ser feita em relação aos diversos calibres que citarmos e que não indicarmos como sendo actualmente regulamentares.

## Modelos existentes

Canhão de 75 m/m, modelo 1897, (o regulamentar);

Canhão de 75 m/m, modelo 1914 (Schneider);

Canhão de 75 m/m T. R. St. Chamond;

Canhão de 90 m/m, modelo 1877.

Pela mesma necessidade a que nos referimos acima, foi o governo francez levado a lançar mão dos canhões de 75 não regulamentares, mas existentes no paiz, quer de procedencia de fabricas particulares como Schneider, quer os provenientes de estabelecimentos officiaes como St. Chamond.

Actualmente não são mais fabricados canhões d'este modelo.

## b) CANHÕES DE MONTANHA.

Calibres empregados: 65 m/m e 80 m/m.

## Modelos existentes

Canhão de 65 m/m, T. R., modelo 1906 (o regulamentar);

Canhão de 80 m/m de montanha.

## c) CANHÕES DE CAVALLARIA.

Calibres empregados: 75 m/m e 80 m/m.

## Modelos existentes

Canhão de 75 m/m, modelo 1912 (o regulamentar);

Canhão de 80 m/m de campanha.

**Estudo sumário** de cada um dos canhões citados, pela ordem crescente do calibre, excepção feita do canhão de 75, mod. 1897, do qual será feito um estudo mais detalhado.

## Canhão de 65 T. R., mod. 1916.

E' um canhão de tiro rapido de longo recuo e de volta automática á posição em bateria.

Na sua construcção foi applicado o «princípio do arremeço», que é o seguinte:

— Quando um freio recuperador não é provido de um freio de volta á posição em bateria, o recuperador, cessada a accão que produziu o recuo, imprime á massa recuante uma grande velocidade de volta á posição em bateria (arremeço).

Chamemos  $u$ , a velocidade da massa móvel ao voltar á bateria; e chamemos  $v$ , a velocidade com que é projectada a mesma massa para a rectaguarda, por occasião da partida do tiro (recuo livre); si o canhão fôr detonado antes da sua volta completa á posição em bateria, a velocidade real do recuo será a diferença  $v-u$ , visto que as forças animadas das velocidades  $u$  e  $v$  produzem-se em sentido contrario; obtémse portanto assim um recuo menor do canhão.

Este princípio é realizado na pratica por meio de um parafuso que immobilisa a massa móvel, quando ella chega ao fim do seu percurso, por occasião do recuo, mantendo assim o recuperador «armado» até o momento em que se quer fazer um novo tiro; para isto, age-se no parafuso e liberta-se a massa móvel; o recuperador distende-se e o arremeço produz-se nas condições indicadas.

Antes de se effectuar a volta completa do canhão á posição em bateria é elle detonado automaticamente, tornando em seguida a armazener.

Para o 1º tiro, é necessário armar o recuperador, fazendo recuar a massa móvel por meio de uma manivella e de engrenagens existentes para esse fim.

*Corpo do canhão.* — E' de aço, raiado á direita, tendo as raias passo constante.

Comprimento total, 1m,35;

Comprimento da parte raiada, 15 cal. 9;

A culatra de bloco é analoga á do 75

Peso do tubo com a culatra, 105 kg.

*Reparo.* — O reparo é muito baixo e possue duas rodas; uma 3ª roda menor pode ser adaptada para a tracção. Antes do tiro as duas rodas são calçadas e a pá da conteira, que é móvel, deve ser enterrada no solo por meio de pancadas.

O reparo compõe-se de 3 partes articuladas entre si.

Elle supporta os dois *munhões do chassis* sobre o qual deslisa a massa movele.

O freio é hidráulico, de orifícios variáveis.

O recuperador é de molas e compõe-se de dois cilindros collocados á direita e á esquerda do freio, encerrando cada um delles duas molas telescópicas.

O canhão não possue freio de volta á posição em bateria.

Comprimento do recuo: 0m,50.

*Pontaria.* — A pontaria em direcção é feita por deslizamento do reparo sobre o eixo. Campo 6º.

A pontaria em altura (parafuso duplo) dispõe de um campo desde — 9º até + 32º.

O apparelho de pontaria é fixo ao munhão esquerdo e a sua articulação permite corrigir a inclinação do eixo das rodas.

O canhão dispõe de um nível de totalização (angulo de tiro e angulo de sitio) automática.

*Mobilidade.* — Peso do canhão em bateria, 400 kg.

*Transporte.* — O transporte exige 4 muares:

1 para o tubo;

1 para o chassis, freio e recuperador;

1 para as rodas, eixo e uma parte do reparo;

1 para o resto do reparo.

*Munição.* — Shrapnell e granada.

O Sh. é de carga á retaguarda, pesa 4kg,450 e contém 138 balins; a Gr. pesa 3kg,800 e contém 0kg,500 de explosivo.

Estojo metálico.

Cada canhão é approvisionado com 180 tiros na bateria; um muar pôde conduzir 18 projectis em 2 caixas.

*Dados balísticos.* — Alcance maximo, 5.500 m, com velocidade inicial ( $V_0$ ) igual a 330 metros.

*Outras informações.* — A bateria compõe-se de 4 peças.

O serviço das peças é feito de joelhos. O canhão não possue escudo.

#### Canhão de 75 m/m, modelo 1912

E' um canhão de cavallaria. E' o modelo actualmente regulamentar.

*Corpo do canhão.* — E' de aço, raiado á direita, tendo as raias passo constante.

Comprimento da parte raiada, 19 cal. 3.

A culatra é de parafuso (de manejo rapido) Schneider.

*Reparo.* — E' analogo ao do 75, mod. 1897.

O freio é hidráulico e o recuperador independente; é de ar comprimido.

Não possue o calçamento (abatage).

*Nota.* — Ao acto de calçar o canhão (as rodas) para «evitar que a pontaria lateral do reparo se desfaça» os franceses chamam «abatage», palavra que traduzida não exprime em português esta operação.

Propomos para substitui-la a palavra *calçamento* (acção de pôr calço), assim como os commandos: «Calçar!» — «Sem calçar!», para os correspondentes franceses: «Abatre!» — «Sans abatre!».

*Pontaria.* — Em direcção é feita por deslizamento sobre o eixo.

Campo: 9º.

Em altura por meio de um sector dentado e de um parafuso de alça independente.

Campo: de — 8º a + 17º.

Os apparelhos de pontaria são iguaes aos do 75, mod. 1897.

*Mobilidade.* — Peso do canhão em bateria, 960 kg.

Peso da viatura canhão, 1550 kg.

*Transporte.* — A tracção é feita por 6 cavallos em todas as andaduras.

Os serventes são montados.

*Munição.* — Como a do 75, mod. 1897.

As munições são transportadas em viaturas leves pela bateria de tiro e em viaturas pesadas, pelo escalão.

*Dados balísticos.* — Alcance maximo, 7.500 m.

As velocidades iniciais são inferiores de cerca de 40 metros ás obtidas pelo 75, mod. 1897.

*Outras informações.* — Existe um grupo de 3 baterias de 75, mod. 1912, por Divisão de Cavallaria.

#### Canhão de 80 m/m de campanha

E' o antigo canhão de cavallaria; é analogo ao 90.

*Corpo do canhão.* — E' de aço, raiado progressivamente á direita.

Comprimento da parte raiada, 21 cal. 1.

*Reparo.* — E' identico ao do 90.

*Pontaria.* — Em direcção, por deslocamento do reparo (conteiramento).

Em altura: Campo, de — 5º a + 26º.

Apparelhos de pontaria iguaes aos do 90.

*Mobilidade:*

Peso do canhão em bateria, 955 kg.

Peso da viatura-canhão, 1600 kg.

*Transporte.* — Tracção por 6 cavallos em todas as andaduras. Serventes a cavalo.

*Munição.* — Atira 5 projectis; carga de projecção separada; em cartuchos: Granada de balins, contendo 120 balins de 15 g e 7 blocos de fonte, produzindo 42 fragmentos;

Granada de fonte ordinaria, contendo 0kg,350 de explosivo;

Granada de fonte acerada, mod. 1915, contendo 0kg,780 de explosivo;

Granada de aço alongada, mod. 1890, contendo 1 kg de explosivo;

Shrapnell, contendo 180 balins de 12 g.

*Dados balísticos.* — Alcance maximo, 8.700 metros, com  $V_0 = 525$  m (gr. de fonte acerada)

*Nota.* — Os franceses possuem dois projectis não existentes na nossa artilharia de campanha actual; são o «obuz á mitaille» e a «boite á mitaille». Propomos a palavra «lanterneta» para traduzir o ultimo, visto corresponder á nossa antiga lanterneta e a expressão «granada de balins» para denominar o primeiro.

#### Canhão de 80 m/m de montanha

E' analogo ao 80 de campanha, tendo porém o tubo muito menos longo.

*Corpo do canhão.* — E' de aço, raiado á direita; raias progressivas.

Comprimento da parte raiada, 11 cal. 6.

Culatra de Bange (aligeirada).

*Reparo.* — Rígido. Dotado de um «alongador» de flecha para o tiro, salvo sob grandes angulos, ou quando a inclinação do terreno o exige.

*Pontaria.* — E' feita por meio de um goniometro e de um nível de totalisação automática, mod. 1900.

*Mobilidade.* — Peso do canhão em bateria, 305 kg.

*Transporte.* — O transporte da peça exige 3 muares:

1 para o tubo e culatra;

1 para o corpo do reparo, e

1 para o alongador de flecha, rodas e lança.

*Munição.* — A mesma do 80 de campanha.

*Dados balísticos.* — Alcance máximo: cerca de 4.000 metros, com  $V_0 = 257$  m.

*Outras informações.* — Velocidade do tiro, 1 por minuto.

#### *Canhão de 75 m/m, mod. 1914 (Schneider)*

Apresenta grandes analogias com o canhão de 75, mod. 1912, sendo porém mais longo e mais pesado.

*Corpo do canhão.* — E' de aço, raiado à direita; rajas de passo constante.

Comprimento total: 31 cal. 3.

A culatra é de parafuso de manejo rápido, Schneider.

*Mobilidade.* — Peso do canhão em bateria, 1108 kg.

Para a munição e outros dados veja o 75, mod. 1897.

#### *Canhão de 75 m/m T. R. St. Chamond*

Pelos motivos a que já nos referimos foi encetada a construção deste material, não sendo porém, hoje prosseguida.

Atira as mesmas munições que o 75, mod. 1897.

*Dados balísticos.* — Alcance máximo: 8.000 metros. As velocidades iniciais n'elle obtidas são inferiores de cerca de 20 metros ás do 75, modelo 1897.

#### *Canhão de 90 m/m, modelo 1897*

E' o antigo canhão de infantaria.

*Corpo do canhão.* — E' de aço. Rajas progressivas, à direita.

Comprimento da parte raiada: 18 cal. 2.

Culatra de parafuso, sistema Bange, com obturador plástico.

*Reparo.* — Reparo rígido de campanha, podendo também ser o canhão colocado em um «reparo omnibus», como o canhão de 95. Freio de patins e cordas (sistema Limoine).

*Pontaria.* — Em direcção por deslocamento do reparo (conteiramento); em altura por meio de um parafuso, cujo deslocamento permite um campo de  $-6^\circ$  a  $+25^\circ$ .

*Apparehos de pontaria:* Alça ou goniometro e nível.

*Mobilidade.* — Peso do canhão em bateria, 1.200 kg.

Peso da viatura-canhão, 2.020 kg.

*Transporte.* — Tracção por 6 cavalos.

*Munição.* — Projectis pesando cerca de 8 kg, cargas de projecção em cartuchos separados do projectil. Os projectis são:

Granada de balins, encerrando 160 balins de 15 g. e 7 blocos de fonte, produzindo 77 fragmentos;

Granada de fonte, com 400 g. de explosivo; Granada de fonte acerada, mod. 1914 (traçado D) com 920 g. de explosivo;

Granada alongada de aço, mod. 1888, com 1kg,680 de explosivo;

*Nota.* — Os projectis de traçado D, do general Desaleux, têm a ogiva afilada e o culote troncoconico, o que aumenta o alcance.

*Dados balísticos.* — Alcance máximo: 9.700 m. com  $V_0 = 500$  (projectil de fonte acerada).

*Outras informações.* — O canhão dispõe de um regulador de espoletas automático.

Velocidade do tiro: 2 por minuto.

(A seguir: canhão de 75, modelo 1897 — regulamentar).

## Viaturas cosinhas

Ha muito que se vem discutindo o problema de administração das tropas em campanha; temos mesmo uma tabella organizada para distribuição de generos. Entretanto, falta-nos um dos principais factores para obter-se o fim collimado — a *viatura-cosinha*.

Temos observado que a abundância de comida nem sempre dá ao individuo as energias necessárias e equivalentes aos esforços despendidos, mórmemente entre nós militares cujos serviços são por demais fatigantes; isso não acontece com os alimentos bem preparados, ainda algo reduzidos, pois estes predispõem o organismo a bem assimilar-los.

Só em 1912, a título de experiência, tornaram-se conhecidas entre nós a viatura-cosinha e as marmitas thermicas adaptadas a cargueiros, aliás bem recebidas, não só como alliviadoras de uma enrome bagagem de cosinha como também beneficiadoras do preparo dos alimentos.

Infelizmente, só os corpos aquartelados no Rio de Janeiro lograram receber-as, pelo limitado numero adquirido.

As successivas reformas por que têm passado as nossas unidades e a conflagração europeia certamente não permittiram ás nossas autoridades a negociação para compra das viaturas necessárias, pelo menos, aos corpos organizados. Agora, porém, que temos as nossas tropas com indícios de estabilidade, cremos não vir fóra de tempo a lembrança de aquisição de tales viaturas, aliás de reconhecida necessidade ás forças em marcha, ou das marmitas thermicas correspondentes.

Como sabemos, alguns corpos foram organisados, outros reorganisados em 1918, não tendo sido possível o fornecimento do material necessário inclusive o de cosinha, rancho, etc., autorizando o então ministro da guerra Sr. Marechal Cae-tano de Faria a entrega das importâncias devidamente calculadas e de accordo com o orçamento respectivo, de modo a não haver margem a economias e dentro portanto de tais verbas tivemos que organizar e instalar os novos corpos, suprindo-os de modo a não haver embaraços e sem prejudicar-se a instrução dos conscriptos. Cumpriu-se o programma de instrução e em Outubro, para sua terminação, acampamos a 18 km do quartel. Foi neste periodo que tivemos occasião de avaliar a falta do material proprio para a cosinha em campanha.

Com um par de marmitas e alguns caldeirões satisfizemos 420 homens — mas com que dificuldades e atropelos, quantos aborrecimentos para sanar as faltas de momento?!

A reminiscencia dos embaraços com que lutamos no periodo de manobras, fez surgir ao cdte. Gil Almeida a ideia da confecção, por conta do Conselho Administrativo, de alguns pares de marmitas semelhantes aos fornecidos pela Austria, aproveitando-se o ferro zinrado em substituição ao metal branco não encontrado no mercado aqui de Aracaju.

Estas marmitas, não possuindo a beleza e polimento das estrangeiras devido à falta de officinas apropriadas, não são entretanto para despresar pelo grão de thermicidade que alcançaram e mantêm n'um espaço mínimo de 18 horas.

Causou-nos alguns embaraços a substituição da pasta de cortiça, empregada nas caixas, por não existir no commercio, o que levou o cdte. Gil a lançar mão do asbesto.

Em vista dos resultados obtidos, proseguio-se a confecção das marmitas e respectivos caixas, empregando-se em uma destas a cortiça em lamina completamente betumada, o que deu optimos resultados.

Como experiência, cremos não ter sido mal empregado o dinheiro e o tempo gasto, tanto que ao termos ordem de marchar para S. José do Duro com ellas teríamos de resolver o problema de confecção e distribuição de alimentos mesmo

durante as manobras ou operações, para o que possuímos os cargueiros necessários.

No Arsenal de Guerra, onde existem grandes officinas, bem se poderia renovar a nossa experiência, não para obter augmento de thermicidade, mas de modo a fazer obra mais artística.

Ahi fica, pois, a ideia, á guiza de reclame em prol dos operarios sergipanos.

Primeiro Tenente Pedro Mello.

## Instrucción de infantaria

### Quadros de instrucción destinados á organização de programmas semanaes

E' da competencia do commandante da companhia a organização dos programmas semanaes de instrucción (R. I. S. G. 31).

Dentro desta competencia é preciso deixar margem aos subalternos para que elles possam não só «ter iniciativa na escolha dos meios», como fazer face ao desenvolvimento adquirido pelos homens, ao tempo disponivel dentro do horario estabelecido pelo commandante «para a instrucción de cada assumpto do programma», á repartição dos assumptos pelas fracções desse tempo, etc., etc.

E' inutil organizar programmas que tenham como objectivo fazer passar obrigatoriamente no mesmo espaço de tempo e com o mesmo aproveitamento, todos os homens por todas as partes da instrucción; na organização desses programmas o que se deve sempre ter em vista e o que nunca se poderá deixar de attender é que nem todos os homens terão no mesmo tempo de aprendizagem o mesmo grão de aproveitamento. O resultado em cada detalhe da instrucción não se consegue em um unico exercicio; ordinariamente só a repetição é que produz. Por isso, ao lado de um programma delineado em traços relativamente geraes, qual deve ser o do commandante da companhia, cabe igualmente a cada subalterno e dentro dos limites impostos pelo programma do commandante, formular em traços mais precisos e com mais detalhes aquillo que lhe cumpre dar, attendo tambem á necessidade que cada homem manifesta com o desenvolvimento adquirido na instrucción. E' claro que o mesmo criterio deve ser observado em relação aos graduados quando estes receberem dos subalternos

a incúmbencia de transmittir determinadas partes da instrucção.

As informações prestadas de baixo para cima, segundo a escala hierarchica, sobre o que tenham os homens aproveitado, permittirá, por fim, ao commandante da companhia, traçar no fim de cada semana o programma de instrucção a ser seguido na semana seguinte.

Vê-se, assim, que a questão dos programmes ganha em detalhes á medida que se desce na escala hierarchica, isto é, os programmes devem ser tanto mais detalhados quanto mais modesta fôr a autoridade que os organisa.

Infelizmente, porém, não é isto ainda o que se observa pelos corpos. São muito poucos os que reconhecem ser necessaria essa graduação.

Nos corpos em geral ou não se faz programa e apenas no fim de cada semana se prescreve o que se deve fazer na semana seguinte, e isto mesmo sem coordenação, visto os assumptos serem escolhidos sem consideração do estado da instrucção e á sua natural e gradativa successão, ou nada se faz. Muitas partes da instrucção ficam ignoradas por se não ter o cuidado de subordinal-as á ordem e methodo que se fazem necessarios. Pode-se mesmo dizer que as excepções a esta regra são mesmo muitissimo limitadas.

E' preciso, portanto, insistir particularmente no seguinte: todos têm a obrigação de fazer os seus programmes e estes devem ser tanto mais detalhados quanto mais baixa e modesta fôr a esphera de atribuições de quem os organisa. E' claro que nessa organisação não se pôde dispensar a subordinação: cada programma deve ser traçado dentro dos limites impostos pelo programma superior de que depende.

Sem intenção de formular um programma que possa servir de norma a qualquer outro que se queira organizar, mas com o objectivo de evitar os inconvenientes anteriormente assignalados e simplificar por outro lado a tarefa dos capitães na organisação de seus programmes semanaes, formulamos aqui, tão orientados quanto permittiram as nossas forças, os quadros de instrucção destinados a facilitar a organisação desses programmes.

São, pois, estes quadros, cuja publicação agora iniciamos, que offerecemos á generosa apreciação dos nossos distintos camaradas.

(Vide quadro á pag. 437)

1º Tenente Barbosa Monteiro.

## NOÇÕES DE TIRO DE METRALHADORAS

Do «Manual do Soldado de Metralhadoras», de Friedrich von Merkatz. Trad. do 1º Tenente Maciel da Costa.

(Continuação)

### III. — O TIRO DE EFFICACIA

#### 1. Repartição e abertura do fogo

E' preciso que cada metralhadora tome sempre o seu sector. (Fig. 19). O chefe de cada me-

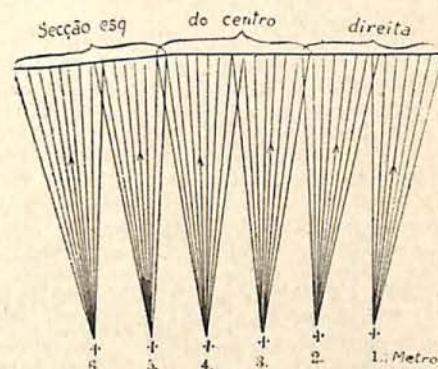


Fig. 19  
Sectores das metralhadoras

tralhadora terá tanto mais dificuldade em observar o seu proprio feixe quanto maior fôr o numero de peças que atiram para o mesmo sector. Com a designação dos sectores das peças será facil aos chefes de metralhadoras o reconhecimento do respectivo feixe e só por este meio terão elles a possibilidade de restringir o feixe.

As vozes de comando para abrir o fogo são reguladas pela observação obtida, pela apreciação do terreno junto ao alvo e pelas condições do proprio alvo. O principio geral é tomar sempre uma alça cerca de 50 m mais alta do que aquella que se deveria tomar em virtude da observação, porque, em geral, quando se passa a fazer tiro ceifante o feixe se abaixa cerca de 50 m. A causa disso é a carga diferente que supportam as pernas do reparo, em consequencia do recuo. E' preciso, por isso, para fazer o tiro de efficacia, cuidar especialmente que as 4 pernas se apoiem firme e igualmente sobre o solo.

A abertura do fogo fica sempre na mão do commandante da companhia. Sómente quando elle expressamente ordena «Fogo por secções!» ou «Fogo por peça!», cada secção ou metralhadora abre o seu fogo independentemente das outras.

Vozes de comando para a abertura do fogo:

1. *No tiro por serie a observação foi feita no alvo e pouco aquem delle:*

Commandante da companhia:

*50 mais alto! — Tiro contínuo!*

2. *No tiro por serie a observação foi feita só aquem do alvo:*

Commandante da companhia:

*100 mais alto! — Tiro contínuo!*

3. *No tiro por serie a observação foi feita no alvo e além delle:*

Commandante da companhia:

*Bem! — Tiro contínuo!*

4. *O alvo está escalonado — fig. 16 — e o tiro*

de regulação foi feito com todas as metralhadoras sobre o atirador na frente da arvore isolada. O tiro por série forneceu observação no alvo e aquem do alvo.

Commandante da companhia:

Bem! — Inimigo à direita cerca de 50 m mais para traz, inimigo à esquerda cerca de 50 m mais para a frente! — Tiro contínuo!

## 2. Tiro contra linhas de atiradores deitados

Para o tiro de eficácia é necessário fazer tiro ceifante e em profundidade. A execução se faz da seguinte forma:

O tiro ceifante é feito lentamente, mais ou menos uma fita para 80 m de frente do objetivo. O tiro em profundidade é feito uniformemente, sem deixar parar o volante de cada vez que a rotação muda de sentido e especialmente sem mover-o com rapidez. Cada rotação do volante da esquerda para a direita ou vice-versa se faz em cerca de um segundo.

Em todos os tiros de eficácia, seja com observação ou sem ella, deve-se procurar obter um tiro contínuo certeiro. As metralhadoras devem fazer chover balas sobre o inimigo, não o devem deixar tornar a si. O inimigo deve sofrer no bals breve lapso de tempo taes perdas, que o deixem moralmente aniquilado. Um fogo lento, de cerca de 50 até 100 tiros por minuto, não é tiro para arma como a metralhadora. Deve-se empregar em regra tiro contínuo. Fazendo tiro contínuo durante 3 a 5 minutos contra linhas de atiradores, deve-se obter uma velocidade de fogo de cerca de 275 a 300 tiros por metralhadora, em um minuto. Contra alvos visíveis apenas por breve lapso de tempo, como columnas e atiradores avançando, deve-se obter uma velocidade de fogo de cerca de 300 a 350 tiros por metralhadora, em um minuto, em virtude da duração menor do fogo e da consequente economia de tempo que se faz não recarregando a arma.

Se as metralhadoras, excepcionalmente, devem entrar em acção em um combate para ganhar tempo ou resistir numa posição, de sorte que tenham de desenvolver uma luta pelo fogo mais duradoura, não se pode absolutamente fazer tiro contínuo com todas as metralhadoras sem cessar, porque isso exigiria enorme quantidade de munição. Em taes casos, aproveitam-se os momentos favoráveis do combate para fazer tiro contínuo com todas as metralhadoras.

Depois de dadas as vozes de comando para o tiro de eficácia, é obrigação de cada chefe de metralhadora fazer cair d'ahi por diante o respectivo feixe sobre o objectivo. Essa direcção de tiro independente, de cada um dos chefes de metralhadoras, especialmente a abertura do fogo para o tiro de eficácia devem ser exercitadas até se tornarem impeccáveis; isso constitui a base da instrucção do chefe da metralhadora e do apontador.

O apontador toma a alça ordenada e dirige a sua metralhadora para o sector do objectivo que lhe foi designado pelo chefe da metralhadora, pondo o vértice bem no meio da base do entalhe. Os bons apontadores devem achar imediatamente por si mesmos esse sector. As 2 metralhadoras de cada secção começam atirando para pontos diferentes do sector da secção, afim de que as metralhadoras não se atrapalhem uma á outra e cada chefe de me-

tralhadora esteja em condições de observar o respectivo feixe.

O chefe da metralhadora comanda: «10 m mais á direita! — Tiro concentrado!» e o apontador dispara para o ponto designado, com os freios de direcção e do volante destravados, sem dar nenhuma profundidade ao fogo. Esse é o tiro concentrado ordenado. No tiro concentrado as balas não caem tão próximas umas das outras como no tiro por série, a arma salta um pouco lateralmente, mas isso não prejudica nessa espécie de tiro; o inimigo oferece uma larga frente na qual só nas alas os tiros podem se escapar lateralmente. Por essa razão nunca o chefe da metralhadora escolhe, para regulação, os atiradores que ficam na extrema direita ou esquerda, e sim no máximo o 3º ou 4º contando a partir do extremo da ala. Não se trata aqui de pegar em direcção o ponto designado, com absoluta exactidão; o chefe de metralhadora deve saber antes de tudo onde tem de observar o seu feixe; se elle cahe 5 ou mais á direita ou á esquerda, é indiferente neste caso.

Conforme as condições de observação, empregar-se-á no tiro de eficácia o fogo com maior ou menor profundidade. Pelo quadro anteriormente publicado (\*) se vê que em geral é suficiente uma profundidade de 50 ou 100 m, sómente sob más condições ou falta de observação é que se deve, caso convenha, empregar o fogo com 200 m de profundidade.

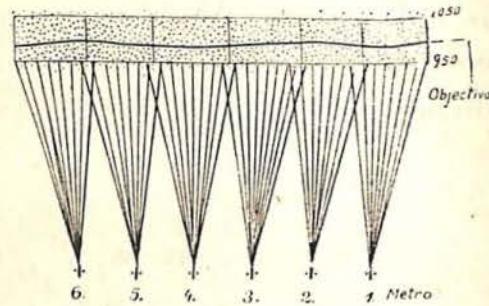


Fig. 20  
Sectores de peça. Zona batida pelo fogo com 1 volta para o tiro em profundidade e alça 1050

Se o chefe da metralhadora conseguir fazer a observação no seu sector por meio do fogo concentrado, passa ao fogo de eficácia propriamente dito, comandando — «Tiro contínuo! — A essa voz o apontador passa a fazer tiro ceifante e ao mesmo tempo em profundidade.

No começo do tiro de eficácia, em geral, não se ordena nenhum tiro em profundidade, porque cada chefe de metralhadora deve procurar atirar com o feixe mais estreito que puder. Sómente quando a observação não é suficiente, manda dar 1 ou mesmo 2 voltas, tomando correspondentemente uma alça mais alta. Em regra sempre se atira com uma profundidade de 50 m, porque com ella o feixe da metralhadora engrossará apenas de uma quantidade insignificante. Em compensação, com o fogo em profundidade de 50 m os altos e baixos do feixe ficarão nivellados e annullados os erros de observação e assim crescerá muito a garantia da eficácia.

(\*) N. do T. Vd. pg. 289, n. 68 desta Revista.

Sómente para objectivos situados na *ingreme encosta anterior* de uma elevação (fig. 11), caso que só muito raramente se dará na guerra, pode-se apreciar como em um alvo de stand se o feixe passa acima, abaixo ou se cahe exactamente no alvo. Para isso, entretanto, é condição preliminar uma excellente observação. A possibilidade de se atirar sem nenhuma profundidade é, por isso, um caso muito raro.

No tiro contra linhas de atiradores que offerecem um alvo de difficult visibilidade, deve-se intercalar no começo do fogo algumas curtas pausas que permittam ao apontador informar-se. Pouco a pouco essas pausas se devem tornar mais curtas e mais raras e por fim cessar completamente. Os optimos apontadores não devem em regra fazer tales pausas para se informarem.

Começa então o afanoso trabalho do chefe de metralhadora, de parceria com o apontador, para fazer cair o feixe sobre o alvo. Isso se faz por meio de indicações «*Mais alto!*»; «*Mais curto!*»; «*Bom!*» ou «*Muito bom!*». Mesmo as últimas indicações «*Bom!*» e «*Muito bom!*» são muito importantes, afim de orientar o apontador sobre a situação do feixe e tambem porque contribuem bastante para tranquilisá-lo.

Se o feixe desaparece atraç do alvo e se não cahe sobre elle com a indicação «Mais curto!», o chefe da metra'hadora commanda «Tiro concentrado! — Mais curto! — Mais curto!». Se o chefe da metra'hadora não torna a achar o seu feixe, deve mandar tomar uma alça 50 ou 100 m mais curta para se proporcionar observação aquem do alvo.

Se o feixe cahe *aquem* do alvo, o chefe da metralhadora manda em regra tomar uma alcance de 50 ou 100 m mais alta, porque o deslocamento

do ponto de visada para cima não adianta quasi nada.

Se em consequencia das indicações «*Mais alto!* — *Mais alto!*», chega o momento em que o atirador levanta a linha de mira acima do alvo, logo elle previne ao chefe da metralhadora, afim de que este, independente de ordem, comande uma alça mais alta immediatamente.

Se o chefe da metralhadora quer trazer o feixe mais para traz, commanda «À retaguarda!» Para dar as indicações o chefe da metralhadora não tira o binocolo dos olhos, pois do contrario perderia muito tempo em tornar a procurar o objectivo.

O tiro lentamente ceifante facilita extraordinariamente ao chefe da metralhadora a observação do feixe com o binóculo. Com um tiro muito rapidamente ceifante, o chefe da metralhadora muito facilmente perde de vista o feixe com o binóculo ou o confunde com o de outra metralhadora.

A direção do feixe resalta claramente da fig. 21.

Chefe de metralhadora e apontador devem estar tão acostumados a trabalhar juntos, que o ultimo entenda imediatamente e execute qualquer indicação do primeiro. O apontador deve ser tão prompto em attender ás indicações «Mais alto!» e «Mais curto!», que já esteja movendo o volante quando o chefe da metralhadora as tiver pronunciado. O apontador deve conhecer tambem exactamente de quanto deve gyrar o volante; raramente as indicações «Mais alto!» ou «Mais curto!» determinarão um gyro maior de 1 cm. Se o chefe da metralhadora quizer um feixe cada vez mais alto ou mais curto, ordenará ao apontador por diversas vezes, energicamente, «Mais alto! — Mais alto!», etc.

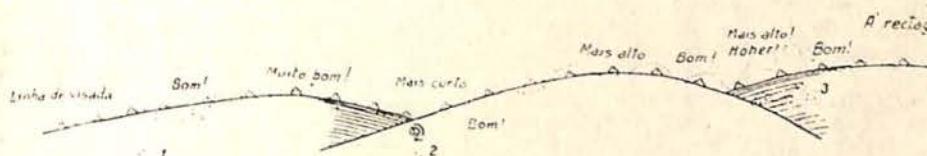


Fig. 21

Direcção independente do fogo pelo chefe de metralhadora

Depois do commandante da companhia ter dado a voz de commando para o tiro de efficacia, o chefe da metralhadora deve ainda uma vez, por si mesmo, regular o tiro. (IFg. 21, à esquerda, n.º 1).

Voz de comando: «Alça 1000 — Apontar para o 3º atirador a partir da esquerda! — Tiro concentrado!»

Observação aquem do alvo.

Voz de comando «100 mais alto! — Meia volta! — Tiro continuo!».

A observação mostrou a boa situação do feixe. Indicação: «Bom!». As indicações posteriores podem ser lidas na fig. 21. No numero 2 da figura o feixe desaparece, e apesar das indicações «Mais curto — Mais curto!», o chefe da metralhadora não consegue observar nada do feixe. Elle por isso regula o tiro outra vez com uma alça propositalmente mais curta.

Voz de comando: *Aponfar para o atirador acima da arvore! — Alça 900! — Firo concentrado!*

**Observação aquem da arvore**

Voz de comando: *100 mais alto!* — *Meia volta!* — *Tiro continuo!* —

No n.º 3 o feixe permanece sempre demasiadamente curto, e em consequência das indicações: «Mais alto - Mais alto!» a linha de visada passa logo acima do alvo; por isso o apontador previne o chefe da metralhadora: «A linha de visada já passa acima do alvo!». O chefe de metralhadora comanda por isso: «100 mais alto!». As indicações posteriores estão também indicadas na fig. 21.

O chefe de metralhadora, se a observação é deficiente, deve de vez em quando regular de novo o tiro por meio do tiro concentrado e controlar o seu feixe. Se assim não fizer, facilmente o feixe cahe inteiramente aquem ou além do alvo e a sua metralhadora em geral não acerta. O chefe de metralhadora se previne por isso contra o erro de corrigir o tiro baseado na observação de alguns pontos de chegada.

Sómente os pontos de chegada do tiro concentrado têm valor para a correção.

Embora sempre seja melhor alcançar um resultado mais certo, ainda que mais baixo, mediante o tiro com maior profundidade, do que correr o risco de errar o tiro com um fogo de menor profundidade, o esforço dos commandantes de secções e dos chefes de metralhadoras deve visar o maior estreitamento possível do feixe, afim de que aumentem as perdas do inimigo!

No tiro ceifante, cada chefe de metralhadora deve fazer com que o respectivo feixe emende com os vizinhos e a elles se sobreponha nas extremidades, como o indica a fig. 22. É muito errado resolver-se um chefe de metralhadora a estreitar o seu feixe sem ter obtido pelo tiro concentrado a absoluta certeza de que pôde assumir a responsabilidade dessa redução da profundidade. O cabo que não obtém impactos com o estreitamento do feixe procedeu erradamente.

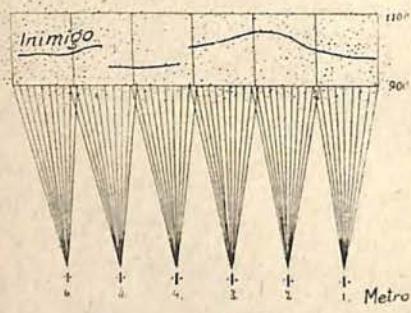


Fig. 22

Tiro com duas voltas contra objectivo profundamente escavado, sob más condições de observação ou em terreno desfavorável

A direcção do fogo fica nas mãos dos commandantes de secções, os quais são responsáveis pela uniforme distribuição do fogo por todas as partes do objectivo. Se, em consequência de perdas ou de interrupções, uma metralhadora cessa o fogo, por meio de sinalaes o commandante da secção deve providenciar afim de que a outra metralhadora tome sob seu fogo todo o sector da secção.

Além do caso de más condições de observação, emprega-se também o fogo com a grande profundidade de 200 m quando o inimigo está colocado atrás de alturas e não se pôde determinar a que distância, 10 m, 50 m ou mesmo 100 m, elle se acha da crista. Em terrenos ondulosos isso acontece muito frequentemente. Além disso, esse fogo com maior profundidade também se emprega quando a profusão dos pontos de chegada dos projectis da infantaria, dos balões de shrapnell e das nuvens de fumo destes, tornam impossível a observação do feixe da metralhadora. Não se devem levar em menos

conta também as dificuldades que surgem quando as metralhadoras atiram de concerto com a infantaria, intercaladas em pontos quaisquer da linha de atiradores, o que é frequente na tática moderna. Tales casos devem constituir o objectivo predilecto dos exercícios.

(Continua)

## A lei de quadros

Já começou a ser esquecida a lei que hontem organizou os quadros do Exercito e estabeleceu a discriminação de postos e armas para o exercício das funcções regulamentares.

Esta lei tem tales virtudes e por tal forma contribui para a boa ordem dos serviços no Exercito, que muito será para lamentar si entrarmos a desrespeitá-la.

No começo da sua execução haverá, com certeza, algumas dificuldades, mas, superadas estas, numerosos serão os benefícios della decorrentes, justificando-se por isso todo o trabalho que empregarmos para a sua fiel applicação.

## O combate da Infantaria

(De uma conferencia)

Camaradas! Estou em vossa presença em cumprimento de uma disposição regulamentar, que nos obriga á execução de conferencias sobre assuntos militares.

Acabamos de assistir á maior e mais tremenda guerra que convulsionou a humanidade, como belligerantes, mas infelizmente sem nella termos tomado parte activa.

Ainda não conhecemos bem os ensinamentos que ella trouxe á nossa profissão; ouvimos fallar da preponderância da aviação militar sobre a cavallaria, levando alguns espíritos irreflectidos a pensar, seja-me permitido a expressão, que a cavallaria, a briosa arma, deve ser empalhada e recolhida aos museus militares.

Ouvimos dizer que a artilharia sobrepujou a infantaria, relegando-a para segundo plano; outros dizem que na grande guerra quem venceu foi a industria, portanto a mechanica. Mas terá sido assim mesmo?

Não, senhores! A gloriosa arma de Osorio e Andrade Neves não foi offuscada pelo avião, ella continuará impavida a ser

os olhos do Exercito e a completar a victoria alcançada pelas armas irmãs.

Em nada perdeu a gloriosa infantaria do seu valor combativo, continuou a artilharia a desbravar-lhe o glorioso caminho da victoria e, pois, o estudo das suas formas de combater, mais imperioso se tornou.

Não foi a mechanica quem venceu a guerra: ella foi vencida pela força moral dos combatentes aliados.

Seria possivel, Srs., que a 6 de Setembro de 1914, o Exercito Franco-Inglez batido e de perto perseguido pelas valerosas tropas allemãs, pudesse tomar a ofensiva com inferioridade de material, travando a primeira batalha do Marne, que tornou-se decisiva para a victoria allemã, pois a sua perda trouxe a derrota e a perda da guerra pelos allemães?

Quem venceu pois a batalha do Marne e a guerra?

Foi a força moral das bravas tropas Franco-Inglezas, a sua energia e tenacidade, procurando arrancar a victoria pelos cabellos.

Esta força moral achava-se condensada na infantaria, foi ella com o seu fogo e a sua bayoneta, mais que as suas irmãs, quem escreveu as paginas mais gloriosas da grande guerra.

Senhores, escolhendo por thema o combate da infantaria, tive em mente estudar mais aprofundadamente a parte do nosso R. E. I. relativa ao combate, quer real, quer figurado, da infantaria e metralhadoras isoladas e em cooperação com a artilharia.

Abordando em primeiro logar o combate figurado ou o exercicio de combate, por ser o mais simples, farei uma critica dos nossos processos nas manobras, critica esta absolutamente impessoal, tendo em vista apenas concorrer com o meu pequeno contingente de esforço e bôa vontade, em prol do melhor pregar do nosso Exercito a que tenho a grande satisfação e subida honra de pertencer.

O nosso R. E. I. diz em seu numero 278:

«Em todo o decurso da instrucção deve-se procurar desenvolver a iniciativa dos chefes e a do atirador isolado.

Os exercicios de combate approximar-se-ão tanto mais da realidade, quanto mais ás tropas que se exercitam se oppuzér um inimigo que opere em condições analogas ás da guerra.

São, portanto, os exercicios de dupla acção, tropa contra tropa, os mais instructivos.»

Frequentemente nos nossos exercicios de dupla acção, e especialmente nas grandes manobras, os themes são dados de tal maneira que o partido azul, por exemplo, será derrotado e o partido vermelho vitorioso; isto quer dizer: quaesquer que sejam os erros commettidos pelo partido vermelho, o partido azul será derrotado, esperando este musulmanamente que assim o considerem.

Como desenvolver pois a *iniciativa* e a instrucção dos chefes com semelhante sistema?

Como habituar os chefes a tomar rapidamente e sem hesitação, disposições apropriadas a cada situação em que se encontrem conforme preceitua o nº 277 do R. E. I.?

Não será certamente com os nossos processos; precisamos de uma vez afastal-os, exercitando na carta e no terreno, themes em que os encarregados de resolvê-los tenham ampla liberdade para isto, deixando-os agir como se na guerra fosse, e assim muito proveitosos serão os nossos exercícios de combate. (\*)

Diz o R. E. I.:

280 — «Os exercicios do tempo de paz não se podem desenvolver de modo tão lento como os combates reaes. A exagerada rapidez dos exercicios dá logar a uma tactica do tempo de paz, que não corresponde ás exigencias reaes do combate. O director do exercicio e os arbitros devem, por isso, agir quando fôr necessário para que os exercicios tenham a demora conveniente.

281. — É necessário contrariar a tendência de se empregar processos que não estão de acordo com as condições da guerra, afim de obter um bom resultado no desenvolvimento do combate. Quanto mais contra-tempos surgirem, tanto mais se aprenderá e mais se poderá reconhecer e avaliar a acção resultante da iniciativa dos chefes.

*E' prohibido o exercicio de formas de combate consideradas como modelos.»*

Meditando nestes sabios numeros do R. E. I. e lembrando-nos dos nossos exercícios e manobras, vemos que ellas fogem ao preceituado nelles.

A preocupação de terminar um exercicio de combate a tantas horas, ou que a phase final de uma grande manobra se verifique a tantas horas e em tal ponto, para que A. ou B. possa assistil-a, é de tal natureza, que até agora pouco ou nada temos aproveitado nas nossas manobras, to-



das em desacordo com a sã doutrina dos numeros 278, 280 e 281 do nosso R. E. I.

Nas «Directivas para os exames de instrução da tropa», encontramos no capítulo 2º—Exames de companhias, n.º 20 Resolução de um tema de combate (vide R. E. I. 288), (\*\*) a limitação do tempo para a resolução do tema em uma hora, a contar do recebimento do mesmo.

Dado um tema qualquer, terá o capitão de fazer uma exploração prévia do terreno, reunir os seus subalternos para expôr a situação e dar suas ordens, dando-se em seguida inicio propriamente á resolução do tema.

Qualquer de vós que reflectirdes um pouco concluirá não ser possível isto em tão exiguo tempo, em desacordo com a doutrina dos numeros 280 e 281 do R. E. I. (\*\*\*)

(Continúa)

Cap. M. Castro Ayres.

(\*) N. da R. — Quanto aos themes sobre a carta, o conferencista refere-se naturalmente aos exercícios de jogo da guerra.

Estes, como os themes no terreno, têm como preliminar, segundo a solução methodica preceituada pelo «Guia para os exercícios de jogo da guerra» os themes táticos escriptos.

O «Guia» estabelece como divisão e gradação desses trabalhos na tropa o seguinte: nos corpos, themes para os tenentes; dos cdos. de brigada, themes aos capitães e maiores; dos de divisão, themes aos tenentes-corneis e coroneis.

(\*\*) N. da R. — Parece-nos que ahi houve erro de revisão. O n.º 288 não vem ao caso. Deve ser o 285, que diz: «Os principios para o emprego da infantaria no combate devem ser ensinados, supondo situações táticas simples...»

(\*\*\*) N. da R. — O nosso illustre collaborador é vítima de dois erros: 1º — Não pode ser objecto do exame a representação de um combate prolongado, pois para isso não haveria tempo que não pudesse alguém ainda achar pouco.

A resolução do tema não deve ser influenciada pela preocupação do tempo limitado; em qualquer momento tático — no maximo ao cabo de uma hora — o chefe faz cessar a ação e haverá assumpto mais que suficiente para ser avaliado o estado de preparo da tropa e de seu commando.

2º — Nem sempre o tema precisará dar lugar a uma demorada exploração prévia do terreno.

— Vale a pena chamarmos á consulta o que dizem as «Directivas» no ponto recorrido.

**Art. 7º dos Estatutos — Aos redactores effectivos cabe a responsabilidade da edição, aos colaboradores a das opiniões que emitirem em seus artigos.**

## Do Curso de Tiro de Toledo

(Continuação)

3a — *Opinião sobre os sistemas de ligação entre os diversos elementos do batalhão durante o fogo*

Este interessante e iníllividivel problema encerra tais difficultades, que hoje em dia não se pode consideral-o satisfactoriamente resolvido, tanta são os casos em que fallham todas as previsões, methodos e systemas. Portanto, qualquer tentativa de aperfeiçoamento é louvável, e neste sentido, significa um positivo avanço o sistema semaphorico ensaiado pela Escola durante o curso; mesmo que seja prematuro antecipar conclusões e juizos definitivos, os exercícios realizados puzeram em destaque a simplicidade do sistema, que se traduz na rapidez da transmissão, facilidade do manejo e, portanto, de aprendizagem, confirmando mais uma vez que o mais simples é sempre o mais pratico. Talvez a unica objecção a fazer seja a da muita visibilidade, porém isto não lhe é peculiar, é commun a qualquer outro sistema de signaes, e por isso collocando-nos no terreno da realidade, é forçoso reconhecer que a transmissão de ordens verbaes, segundo preconisa o nosso Regulamento tactico, será normalmente o mais seguro e efficaz meio de comunicação no batalhão e que em geral estará sempre ao nosso alcance. Tem seus defeitos, e o maior que lhe é imputado, é o dos erros de transmissão que ocorrem, porém para corrigil-os e como conclusão, se deduz a necessidade de uma minuciosa, solida e perfeita instrução dos agentes de ligação de que falla o alludido Regulamento, augmentando-se o seu numero, se fôr julgado necessário.

3a secção da E. C. T.

Observando a muita visibilidade, do sistema de transmissão por signaes, defeito commun a todos, inclina-se a commissão para o sistema de ordens verbaes por meio dos agentes de ligação.

Os inconvenientes deste ultimo, que tambem reconhecem e apontam foram a causa que determinou esta Escola, sem exclusão dos outros meios, que devem ser empregados concorrentemente com este, a estudar e ensaiar, com o maior interesse e carinho, um sistema de signaes ópticos, fructo de cujos estudos foi exposto no folheto que acompanha a documentação do curso, e que durante o mesmo foi experimentado, no qual apparece tambem um sistema de ligação telephonica, praticado ao mesmo tempo nestes exercícios.

A Escola, por sua parte, satisfeita com o resultado alcançado, e considerando que é problema de capital importancia o ponto em questão, se propõe a prosseguir em seus estudos, experiencias e investigações neste sentido, com o fim, se não de resolver satisfactoriamente o assumpto, procurar pelo menos, que consiga deixal-o regulamentado em toda a sua organização e em seus detalhes.

4a — *Opiniões relativas ás regras da direcção do fogo de fuzis e de metralhadoras*

Não sendo, como diz nosso R. «o tiro de combate uma somma de esforços individuaes isolados

dos e sim a sua resultante mediante a convergência para um fim *communum*» e sendo o tiro collectivo o único de combate, reconhece-se a importância da direcção do fogo, atribuída ao oficial, a qual se patenteou nos diferentes exercícios que durante o curso se apresentaram. Viram-se as vantagens de aplicar suas regras ás diversas situações que se podem apresentar, e apenas com pequenas diferenças para o fuzil e a metralhadora, decorrentes das características da arma; a metralhadora geralmente não se preocupa em seu fogo senão com os efeitos que produz sobre os objectivos visados e que as posições por ella ocupadas respondam á visibilidade dos objectivos que precise bater, buscando apoio no terreno e estabilidade para a arma e preferindo as cristas e posições dominantes porque dahi seus fogos menos perturbam os movimentos dā infantaria.

Sendo tantos os factores materiaes e moraes que integram o combate e aos quaes se sujeitou o director do fogo, evidencia-se a necessidade de um grande conhecimento e prática na direcção do mesmo, que lhe permittam fazer criteriosa applicação das diferentes regras, com o fim de conseguir a maior efficacia de seu fogo e a menor do fogo inimigo. Muito contribuiria para semelhante acquisição o uso de fazer os officiaes, ao sahirem da Academia, participar em um curso complementar da Escola Central de Tiro, onde receberiam proveitoso ensino para poderem ser verdadeiros directores de fogo.

Synthetisamos pois a resposta ao 4º quesito, julgando excellentes as regras da direcção do fogo preconisadas pelos nossos R. (R. T. I. e R. E. I.) e accentuando a necessidade de se dar aos officiaes um ensino nesse sentido.

### 3ª Secção da E. C. T.

Respeito ao primeiro ponto muito apraz a esta Junta ouvir uma opinião tão autorizada, que põe em relevo a excellencia dos preceitos que em cumprimento de sua obrigação elaborou, e sente, por consequencia, a natural satisfação do dever cumprido.

Quanto aos segundo ponto esta Junta acha opportuno manifestar que profundamente a tem preocupado isto que, graças á sua insistência, já vai sendo opinião generalizada entre os chefes da arma, acerca da necessidade de um curso complementar para os officiaes, pouco após a sua saída da Academia.

Entretanto os «cursos especiaes para capitães e tenentes», e os de «informações para chefes», juntamente com os trabalhos de investigação technica e o despacho de numerosas consultas, dão matéria sobja de ocupação para a Escola; e, bem entendido, a missão experimental é também indispensável para celebração destes cursos.

Portanto, esta Junta que não quer afastar-se da opinião dos chefes da arma neste ponto da instrução da officialidade, que por fim são os que devem apreciar o Curso, é de parecer que o referido curso complementar deveria ser atribuído a um outro centro, organizado exclusivamente com os ditos fins, a menos todavia que se ampliasse esta secção com todos os elementos necessarios para superar os obstáculos inherentes a tal acumulação de funções.

(Continua)

## O problema da remonta

Reiteradamente, falando ou escrevendo, temos nos ocupado do magno assumpto que serve de epígrafe ás notas que aqui vamos synthetisar.

Em toda parte e em todos os tempos quando se cogita da utilisação efficiente dos meios de defesa nacional, o problema da remonta tem sido debatido com o ardor que bem merece.

Em 1870 escrevia um official francez, Ephrem Houel, que «é incrivel como se tem dito e escrito sobre este assumpto sem que a questão esteja muito mais adiantada, a pezar de tudo isto». Tal é o que podemos, tambem nós, reproduzir.

E para não demorarmo-nos em detalhes superfluos sobre a importancia de semelhante assumpto, que importa na independencia, defesa e respeito da nossa nacionalidade, afirmamos, inspirados na mais profunda convicção que, até um futuro ainda bem remoto, nós, se porventura o solo patrio fôr invadido por nação estrangeira, estaremos na absoluta dependencia de um numero avultado de cavallos.

E' o que impõe a nossa topographia, as nossas vias e meios de comunicação e mesmo a nossa civilisação.

Indubitavelmente, para serem bem dirigidas, nossas operações estrategicas, devem enquadra-se nos methodos de Bonaparte, e esse grande capitão disse: «Com uma boa cavallaria eu teria vencido a Europa». E, com outra autoridade francesa na materia, repetiremos: «Cada nação deve necessariamente subordinar o modo de suas remontas á natureza das guerras a que está destinada a sustentar, ás leis que a regem, á sua situação financeira e, finalmente, ao numero e especie dos seus cavallos».

— Admittida, pois, a preliminar axiomática, da capital necessidade de cavallos de montaria e tracção para o nosso Exercito, e, reconhecendo todos hoje o cuidado das espécies bovina e ovina, pelos compensadores resultados immediatos que dá, supera, atrasa e impede a criação cavallar, á falta de mercado remunerador, torna-se obvio que ao governo se impõe, a bem da garantia da nação, fomentar, auxiliar, estimular, este ramo de uma industria privativa dos particulares. No Rio Grande do Sul, em these, pode-se afirmar que a criação cavallar é descurada, dia a dia,

assombrosamente, sob o ponto de vista da defesa nacional, pois o cavallo é arma de guerra que, para nós, ocupa incomparavelmente, elevado plano. O pouco emprego do cavallo nos serviços das fazendas, dada a subdivisão dos campos, importando no custeio intelligente dos rebanhos, ao lado do preço do novilho e da vacca (chucros) em comparação com o do potro e da egua, são os factores primaciaes desse phenomeno. Presentemente, referindo-nos aos preços médios, vale um boi de 4 annos, 250\$, e uma vacca 160\$. O potro dessa idade, ainda escollido, 100\$ e a egua 30\$. Além disso, onde razoavelmente pastam 100 bovinos, não podem viver bem, mais de 60 equinos.

Não cremos que haja organisação nenhuma do Estado que possa sobrepujar a industria particular, quando se trata de serviço que por sua natureza exija pratica, pertinacia, tempo, e, sobretudo, continuidade no objectivo e na administração, requisitos estes que, no conjunto, jamais poderão ser afagados pelo governo. E, se é uma verdade incontestável que — ninguem produz com trabalho porfiado o que não venda com renumeradora vantagem — é indispensável a intervenção directa e indirecta do Estado no arrimo e desenvolvimento da produção equina.

Entre os vários modos a adoptar, avulta a conveniencia de se dar ampla divulgação, para o conhecimento dos fazendeiros, das condições ou requisitos dos cavallos desejados; garantia absoluta do mercado; preço a pagar por individuo, préviamente estabelecido e notavelmente compensador. Além disso, incumbe ao governo estabelecer recompensas pecuniarias, premios vantajosos aos criadores que dispuzerem de boas manadas e cuja produção avulte nos fornecimentos, e aos que apresentarem á venda os melhores productos. Com os reproductores da coudearia de Saycan, facilitar, pratica e intelligentemente, a fecundação das eguas dos particulares.

Ousamos apontar, como processo pratico de facilitar estas padreações, no Rio Grande do Sul, o seguinte: Em requerimento á respectiva directoria, apresentado oportunamente, tres criadores reconhecidamente idoneos, assumirão o compromisso de apresentarem em sitio conveniente, no seu município, eguas em boas condições, sujeitas ao exame da referida di-

rectoria ou de delegado seu; de fornecer accommodação ao reproductor ou reproductores, bem assim a obrigação de darem os productos á inscrição logo após o nascimento, e a preferencia de venda ao Ministerio da Guerra. Transporte e forragem, como fôr convencionado. A disposição de um garanhão, serão necessarias 50 a 60 eguas.

— Para tornar efficiente o serviço das padreações, questão que longe de ser pueril, é bem complexa, é imprescindivel pratica e habilidade da pessoa que o dirige. Tanto quanto possível, deve-se observar, como em tudo, as leis naturaes.

E' assim que, quanto mais á vontade das partes interessadas se realizar o amplexo amoroso inherenté á procreação, tanto mais probabilidade de fecundação haverá, como ensina a pratica. Resolve-se isto muito simplesmente utilizando um pequeno potreiro (cerca de um hectare) convenientemente fechado, onde na primavera, uma vez por dia, seja conduzida a manada toda. Ahí, o garanhão, livremente, apenas com buçal, é recebido affavelmente pela femea, sabiamente inspirada pela lei da reprodução da especie, que, fascinadoramente, attrahe o macho para a symbiose fugaz.

Aproveitando-se o extase que se segue ao salto, é certo que o garanhão deixa-se facilmente apanhar e é conduzido á baia e a manada, minutos depois, ao respectivo pasto.

Cap. Ptolomeu de Assis Brasil.

## Guerra do Paraguay

Acompanhados de attencioso officio, enviou o Círculo Militar Argentino ao nosso Club Militar os dois trabalhos recentes do Major don Justo E. Diana, intitulados Campaña de 1866 (texto e atlas, 2 vols.) e Contribucion al estudio de la Guerra contra el Paraguay.

No mesmo officio, a Directoria daquella instituição irmã, com o desejo de ser util aos nossos camaradas, se confessa prompta a receber encommendas das duas obras, cujo preço, porte e registro inclusos, ficará por 5 pesos e 50, ou sejam 10\$500, em moeda nacional.

O nosso Club Militar, para facilitar a aquisição desses trabalhos aceita encommendas dos seus associados.

Direcção: Dr. Juan B. Sivori, Círculo Militar Florida 221, B. Ayres.

## I — INSTRUÇÃO GERAL

Amor da Patria, da Bandeira e do corpo (1).			
Princípios geraes de subordinação e disciplina.			
Virtudes militares exemplificadas (2).			
Distinctivos usados no Exercito e na Armada.			
Nomes e residencias dos officiaes do corpo a que pertence o recruta (3).			
Nomes das altas autoridades militares e onde trabalham (4).			
Continencias e signaes   Ver ns. 1 a 6, 8 e 9, 11 a 16, 18 a 25, 27, 29, 31 a 33, § 8º do 63, tudo de respeito   do R. C. S. R., e mais: 224 e 363 do R. S. C. e ns. 23, 24, e 25 do art. 421 do R. I. S. G.			
Tran sgressões disciplinares e crimes.			
Orde <sup>n</sup> s (5). (Ver princípios do art. 1 e ns. 2 e 5 do art. 421 do R. I. S. G.)			
Pedidos, requerimentos, partes e queixas.			
Toques e signaes (só os principaes e o n. 29 do art. 421 do R. I. S. G.)			
Vencimentos (só os do proprio e o n. 46 do art. 421 do R. I. S. G.)			
Canções militares (6).			
Noções de higiene e primeiros soccorros (7).			
Organisação do Exercito	<p>Idéa geral da organisação.            Organisação gradativamente detalhada da infantaria até à esquadra.            Divisão militar do paiz.            Hierarchia militar.            Serviço militar.            Deveres do reservista (art. 18 do R. S. M.).</p>		
Uniformes	<p>Princípios geraes sobre a propriedade dos uniformes e tambem os ns. 21, 30, 46 e 66 do art. 421 do R. I. S. G.</p> <p>Tabellas (8).            Os usados no Exercito e na Armada.            Conservação (9).            Modo de usar-los e art. 376 do R. I. S. G.</p>		
Conducta (Ver alguns ns. do art. 421 do R. I. S. G.)	<p>No quartel, rua, estabelecimentos publicos, logares de diversões, ve-hiculos, etc.</p> <p>Em casos especiaes: doença, licença, destacamento, guarda, plantão, patrulha, ordenança, etc.</p> <p>Perante as pessoas e autoridades civis.</p> <p>Em viagem por mar e por terra (particularmente: por estradas de ferro).</p> <p>Com prisioneiros e feridos (ver quadro VIII).</p> <p>A da caserna, a de campanha (normal), a de reserva, os ns. 287 e 288 do R. I. S. G. e mais o 46 do art. 421.</p>		
Rações : .....	<p>Relativos   Ao asseio corporal (banhos, unhas, pés, cabelos, etc.).</p> <p>Particularmente   A' limpeza (alojamentos, camas, dependencias etc.). Artigos: 8, 169, 170, n. 18 do 239, 2º parte do 242, 252, 253, os ns. 1, 2 e 4 do 255, 359 e mais ns. 50 e 51 do art. 421, tudo do R. I. S. G.</p> <p>Interno   Só os da unidade.</p> <p>Externo.....   Pessoal de serviço diario.</p> <p>Deveres dos homens de serviço e particularmente :   Penultimo periodo do art. 297 do R. I. S. G. (arts. 323 e 324).</p>		
Serviços geraes dos corpos de tropa. (Ver ns. 3, 7, 17, 18 e 44 do art. 421 do R. I. S. G.).	<p>No serv. interno   230, 231, 238, ns. 5 e 11 do 239, 240, 241, 245, 268, 1ª parte do 2º periodo do 269, 270 (os homens desarmados após a voz de apresentar armas), 275, 280 e letra d do art. 7.</p> <p>No serv. externo   Dos soldados de guarda (352), das sentinelas (353, 354, 355, 356, 357, 362), primeira regra do 344 e formalidade do 351.</p>		
Primeiras letras e noções praticas de orientação.			
Rudimentos	<p>De historia patria.</p> <p>Da historia militar patria.</p> <p>Da historia da unidade.</p> <p>Da geographia patria.</p> <p>Da constituição politica da patria.</p>		

(1) Despertar o amor por estas tres entidades.

(2) A exemplificação deve ser com factos da historia patria (Henrique Dias e Marcilio Dias, Antonio João, João de O. Mello, Camerino, Mariz e Barros, etc.).

(3) e (4) Não precisa o nome todo; as residencias devem ser ensinadas por occasião dos passeios, exercícios, etc. Dos nomes das autoridades superiores basta conhecer os dos commandantes da brigada e divisão a que pertencer, os dos ministros da guerra e marinha e os do chefe do Estado Maior e presidente da Republica.

(5) Aqui apenas os preceitos; para a pratica das ordens ver quadro VIII.

(6) Não se limitar ao canto; é preciso mais: significação, razão de ser, inconvenientes em certas occasões, regras para sua permissão, etc.

Complemento do artigo «Instrução de Infantaria» à pag. 428

(7) Esta instrucção é dada por um medico do corpo sob designação do respectivo chefe e em dias determinados pelo commandante do corpo. Ela deve ser dada segundo um programma organizado por aquelle chefe e aprovado pelo commandante. Na organisação deste programma é preciso attender a que a instrucção não se limite a preleções, porém que consista principalmente em revistas constantes sobre pés, corpo, roupa interna, etc., obrigando-se a que os proprios homens façam seu asseio, limpeza e mesmo curativos ligeiros. O medico pode solicitar do commandante um compartimento especial para isto.

(8) Não se limitar aos numeros dos uniformes, porém ensinar tambem o que o homem tem direito, tempo de duração, etc.

(9) Não se limitar aos preceitos, mas obrigar a conservá-los, concertá-los, etc. não só no quartel, como em manobras, etc.

(Continúa)

1º Tenente Barbosa Monteiro.

## De Longe

Servindo sempre longe do nosso grande centro, ora em serviço regimental, ora nas enfermarias, ora acompanhando forças, fazendo quasi sempre o serviço só e lutando com dificuldades de recursos, é natural que algo tenha aprendido, quando nada, a saber apontar falhas, algumas removíveis, talvez sem grande custo.

Todos nós notamos, medicos principalmente, a falta absoluta de pessoal de saude, nos corpos e enfermarias, com a competencia necessaria para auxiliar-nos em nossas funcções, reconhecidamente necessarias á tropa.

Os enfermeiros que possuímos, são na maioria incompetentes, e mesmo sem capacidade para adquirirem competencia.

Parece-me que a causa disto depende apenas do modo porque são elles tirados para este serviço, que requer homens intelligentes, de boa vontade, e, aptidão propria.

Penso que, na descriminação das praças que devem constituir nossas unidades, poderiam ser distribuidas duas por bateria, companhia ou esquadrão, nos regimentos, e quatro nos batalhões de Caçadores e nos grupos de duas baterias, para os cargos de padoleiros, preferindo voluntarios ou engajados, pelo menos a metade, para delles serem tirados os cabos e sargentos enfermeiros.

Assim teríamos em cada Regimento 18 homens, nos Batalhões de Caçadores, nos grupos de duas baterias 8, e nas Companhias isoladas 4, para receberem a instrucção especial do serviço de saude.

Constituir-se-ia assim um pequeno nucleo, sob o commando do medico, que teria sobre elles a responsabilidade administrativa e de instrucção.

De accôrdo com os nossos regulamentos, o medico no corpo é tambem um instructor, a elle cabendo dar aos solda-

dos as noções de hygiene e dos primeiros soccorros, e instruir os padoleiros e enfermeiros.

Seria preferivel que este pessoal fosse recrutado por voluntariado, pois a não serem os padoleiros, os enfermeiros não podem ser preparados em um anno só, e, como a applicação de seus conhecimentos é immediata sobre os soldados enfermos, é necessário que não sejam substituidos annualmente como os sorteados.

Tendo as unidades o numero sufficiente de medicos, estes poderão cumprir os programas de instrucção tão bem organizados nos nossos regulamentos.

Não é necessário fazer ressaltar quanto soffre um ferido apanhado e transportado por quem não tem noção do que está fazendo, nem lembrar a balburdia que se faz em torno delle pelos companheiros que, no louvável intuito de prestar auxilio, maltratam-n'o involuntariamente, quando apenaos dois padoleiros, educados na sua modesta função, prestariam relevantes serviços.

Basta. Talvez daqui de longe, não saiba que todas estas dificuldades já estão remedias, e que as modestas ideias aqui explanadas tenham perdido oportunidade.

Comtudo, ellas ahi vão, bastando-me a boa intenção de bem servir ao Exercito.

Capitão-Medico Jones de Miranda.

## A artilharia de costa no Brasil

Não avançará um absurdo quem dissér que, sobre defesa de costas, no Brasil, está quasi tudo por fazer-se. Não será, tampouco, um im-patriota, quem assim se expressar.

Patriotismo não é repetir beociamente que tudo, em nossa terra, é o primeiro do mundo, quando a consciencia nos está affirmindo o contrario.

Impatriotismo é bater palmas a quanto desacer-to por ahi anda, com ares de monumento, a quanta inutilidade se constrói e pomposamente se inaugura, ao espoucar da *champagne*, consagrados os seus autores, na immortalidade ridi-

cula das placas de bronze... Impatriotismo é estar convencido de que muita coisa que se tem feito, está em inteiro desacordo com o que se deveria fazer e não protestar contra o erro, quando não se leva a complacência ao extremo de applaudir o disparate...

Evidentemente, o nosso exercito vai iniciar uma nova era de sua vida e este inicio coincide justamente com o instante excepcional que vivemos, quando a historia do mundo começa também um capítulo novo.

E' preciso que envidemos os nossos melhores esforços, que nos mostremos dignos filhos deste paiz grandioso que é a nossa patria, para que o Brasil ocupe, nas novas paginas da historia mundial, a posição a que tem indiscutivel direito.

E isto se conseguirá com muito pouca coisa: basta que cada brasileiro se compenetre do seu dever e saiba cumpril-o.

Infelizmente, esta coisa tão simples, até aqui, tem sido quasi impossivel de conseguir dos nossos patrícios, maximé d'aquelles que têm dirigido as coisas publicas.

E tempo, porém, de reconhecer os erros e de attender para os resultados, quasi nulos, a que chegamos; é tempo de remodelar usanças e praxes que nos conduziram ao estado de descalabro actual; é tempo de annular velhos habitos, extirpar arraigados vicios, lavar feias no-dosas, esquecer costumes condenaveis.

E' forçoso, é urgente, por exemplo, aplicar uma vassourada energica que consiga varrer as mediocridades *empistoladas* que, como em todas as classes, desempenham, em nosso meio, elevadas e séria commissões, a que ascendem, antes pela força dos padrinhos que pela competencia e o merito proprios.

Creio que vamos entrar em uma phase de trabalho intenso, mas julgo que semelhante labor resultará improficio, se permanecerem, entre nós, alguns dos processos ainda em voga, no exercito.

Entre estes, avulta o systema, muito brasileiro e muito errado, de procurar accommodar interesses pessoas, quando se acham em jogo, muitas vezes, os mais graves interesses da patria.

Ou nós nos convencemos, de uma vez por todas, de que a nossa profissão é a mais ardua e a de maiores responsabilidades que um cidadão pode exercer em um paiz; que a nossa missão é a mais nobre e, ao mesmo tempo, aquella que maiores sacrificios exige d'aquelle que a desempenha, e procuramos agir de acordo com essa convicção, ou continuaremos a mentir integralmente e despudoradamente, como falsos artistas, a uma platéa que, tacitamente, nos está pateando, de ha muito.

A febre do exhibicionismo, do cabotismo, mais contagiosa e mais grave, para a Nação, que a gripe ou a febre amarella, tendo invadido todas as classes sociaes, todas as profissões, penetrou tambem, profundamente, o organismo militar. E se, nos outros meios, o virus terrível d'essa epidemia poude produzir estragos apreciaveis para o Brasil, que diremos dos males, quicá sem remedio, que elle tem produzido e está, talvez, produzindo, no apparelho — que deveria ser tão sadio, da defesa armada da Patria?

E o exhibicionismo tem pompeado galhardamente.

O chefe de uma commissão, seja ella qual fôr, nomeado por um governo amigo, comprehendendo que ascendeu áquelle cargo, não por ser um luminar da profissão, mas sim por ser genro ou filho do situacionismo, sabendo que, no quadriénio futuro, será lançado ao anonymato, de onde não deveria ter saido, uma vez na posse do cargo, procura agir pressurosamente e vaidando por paus e por pedras, contanto que, antes de surgir um novo ministro, possa inaugurar qualquer coisa, rabiscar algum relatorio, abrir e beber champagne, deitar discurso e pregar uma placa de bronze...

O governo que o nomeou, ufana-se da acertada escolha e baba-se de goso, porque colhe os maiores louros do triumpho: na placa de bronze, por cima do nome do autor do monumento, figuram o do ministro e o do presidente, tornados todos immortaes e gravada eternamente a data feliz das suas passagens, pelos altos degraus da governança, pelos indefectiveis algarismos romanos...

Quasi ninguem tem tido ou tem querido ter a nitida comprehensão do que seja preparar a defesa militar do paiz. Se alguém, de maior descortino e mais accentuado patriotismo, encara essas questões gravissimas com a devida seriedade, mais amor e maior profundeza e, ao tomar conta de qualquer posto de alta responsabilidade, começa a penetrar, larga e profundamente, no assumpto, irrompe logo a grita irreverente, desapiedada e revoltante de certa imprensa irresponsavel e sem orientação, ou antes, orientada, muitas vezes, criminosamente, pelos cabotinos militares que sabem muito bem que os chefes que elles atacam, anonymamente, estão fazendo obra patriotica.

Ora, entre os mais importantes cargos que um militar pode desempenhar, o de chefe de uma commissão constructora de obras fortificadas da nossa costa, avulta, num destaque solemne, como um dos de maiores e mais pesadas responsabilidades.

No entanto, no Brasil, segundo parece, até aqui, não se tem avaliado precisamente a importancia de tal assumpto, não se tem aquilatado devidamente a magnitude de semelhantes responsabilidades.

Desde logo, salta aos olhos de qualquer leigo o disparate de se mandar construir fortalezas de costa, exclusivamente, por officiaes da arma de engenharia. Os officiaes de artilharia — sem levar em conta que, entre nós, a maioria dos officiaes d'esta arma tem o curso de engenharia — não são ouvidos em tal assumpto nem, muito menos, o estado-maior da armada, isto é, o orgão do commando naval, aquelle que, em todos os seus planos — de preparação para a guerra e de acção, durante esta — não poderá prescindir do concurso de tales obras fortificadas!

Que resolução tomará esse estado-maior, deante de fortes que não conhecer, cuja construção não aconselhou, não acompanhou e com cuja localização bem pode estar, tacitamente, em desacordo?

Mas... não é só isto.

Se ainda tivesse presidido á construcção das nossas obras fortificadas, de costa, um sólido

criterio, baseado em um plano maduramente estudado e meticulosamente executado... vá lá... Mas, nada disto...

Cada chefe de comissão constructora tem as suas sympathias, os seus gostos, as suas predileções, em materia da artilharia e em systemas de defesa e estes é que devem prevalecer... Se o chefe é apologista da canhoneira, lá vai a canhoneira; se gosta do canhão e não do obuz, lá teremos o canhão; se sympathisa com o Schneider-Canet e odeia o Krupp, venha o Canet e, assim por diante.

Só por este modo se explica o facto de termos essa diversidade de fortes diferentes, armados com artilharia, de uma variedade eston-tadora... E, resolvida a construcção, nada de demorar...

O tempo, para discussões, estudos, analyses, etc., é escasso: o novo governo ahí vem, um novo ministro pode surgir, de repente; é preciso correr, voar, construir, aparecer, exhibir, inaugurar, abrir *champagne*, fazer discursos, chumbar a placa de bronze á parede...

O resultado de semelhantes methodos, ahí está. Viaje-se o Brasil, de norte a sul, olhe-se o que existe, observe-se o que está feito e duvido que se descubra qual o criterio seguido na construcção das nossas fortificações costeiras. O que resultará patente d'essa inspecção rigorosa e dolorosa, nas suas conclusões, é a ausencia absoluta de criterio...

Creio que é chegado o momento de pôr um ponto final nesse nosso modo erroneo de encarar o problema complexo da defesa das nossas costas.

Já disse que vamos entrar em uma nova phase de actividade militar, a qual coincide com a abertura de uma era nova, para o mundo.

A possibilidade de uma proxima — relativamente — guerra está afastada das nossas cogitações.

Aproveitemos, pois, patrioticamente, essa grande *synalepha* que se vai abrir, para tomar juizo e, com a grande calma que nos advém d'essa expectativa segura, de uma longa paz, lancemos, demoradamente, os olhos profissionaes, sobre a nossa immensa costa e abordemos o estudo — mas estudo demorado — do problema difficilimo da sua defesa. Nada de atropelos, nada de *croquis* tomados sobre a perna; penetremos fundo nessa investigação magna. Uma vez realizado, terminado esse estudo, que poderá levar alguns annos e que deverá ser feito por officiaes technicos de artilharia e por officiaes de marinha, delegados do estado-maior da Armada, entreguemos a construcção d'essas obras aos competentes, aos habeis, sem preocupações de pressa, lembrando-lhes que não vão construir arabescos de architectura para admiracão dos basbaques, mas levantar obras de defesa da Patria, nas quaes a Nação descansará, consciente do seu poder e orgulhosa dos seus constructores.

Que assim se proceda e que cada um se componete de que está trabalhando para o futuro, sem o menor laivo de basofia, no presente, sem a mais leve preocupação de vaidades e honrarias, no momento, visando, quando muito, levar, a seus filhos, a gloria do seu nome de militar honrado e de patriota sem macula.

Cap. de art. Souza Filho.

## PALESTRA SOBRE A DEFESA DE COSTAS (Conclusão)

Embora perfuntorio, o exame que se ha feito do problema da defesa de costas deixou ver a sua vastidão e complexidade techniques. Além disto, viu-se tambem que as despesas exigidas pela completa organisação defensiva de qualquer ponto do litoral são ordinariamente bastante elevadas.

Por outro lado, tem-se igualmente deixado patente que seria loucura pensar-se em erigar toda a extensão das costas de um paiz com baterias installadas a pequenos intervallos umas das outras, como tambem seria do puro dominio da phantasia a lembrança de procurar defender toda a costa de um paiz tornando moveis estas baterias; isto é, montando-as em fortes trucks que deslislariam sobre um complicadissimo e muito dispendioso sistema ferro-viario. Não sómente o adrede preparo de posicões protegidas para o estacionamento de uma tal artilharia continuaria indispensavel, como a solidez exigida pela construcção da alludida via-ferrea, sua conservação permanente e todo o material fixo e rodante então necessarios viriam indubitavelmente mais ainda elevar o já tão alto preço da organisação da defesa de costas. Utilizar assim toda a artilharia de grosso e medio calibres, dar-lhe assim quasi a mobilidade da artilharia de campanha, seria o ideal, sinão fosse irrealisavel uma tão arrojada concepção que nos parece sómente admmissivel para uma parte da artilharia de medio calibre, dentro de limitada superficie de terreno, mas nunca applicavel á inteira extensão das costas de um Paiz.

Num Estado em que todo o material haja de ser importado, o estabelecimento de um semelhante sistema ficar-lhe-á fabulosamente dispendioso, sem que a sua efficacia deixe de ser precaria, porque o canhão, apezar de ser o elemento dominante na defesa de costas, não dispensa a serie das installações accessorias de que se ha anteriormente dado succinta noticia. Sem o serviço de illuminação á noite, sem as bases e estações goniotelemetricas para o preparo da pontaria, sem a organisação de protecções para as peças, nem o estabelecimento de barragens, minagens e sobretudo do serviço de vigilancia, exercido ao largo pelas torpedeiras, hydroplanos, etc., a artilharia não poderá completamente desempenhar suas funcões, nem mesmo terá sua integridade assegurada; pois um raid de navios inimigos, favorecidos pelas sombras da noite ou por tempo de nevoeiro, bastará para, sinão inutilisal-a, pelo menos muito danificala.

De todas as considerações feitas desde o começo destas nossas ligeiras palestras, resulta portanto que as fortificações costeiras devem ficar restrictas ás bases navaes ou praças maritimas, judicósamente distribuidas pelo litoral e servindo de centros de apoio á acção da esquadra, que é a verdadeira força capaz de garantir eficazente, economicamente a defesa de uma Nação pelo lado do mar. Todavia, resalta igualmente dessas mesmas considerações precedentes que a completa organisação destas praças navaes não consta sómente da construcção de fortificações para proteger a installação de sua artilharia grossa e de medio calibre, mas tambem requer ella que não haja descuido no estabelecimento da

indispensavel defesa accessoria de semelhantes bases marítimas.

Sem esta defesa complementar, a praça ficará sempre á mercê de qualquer ousado golpe de mão que não só a poderá muito damnificar, como até a inutilisar por completo. A este respeito, Albert Grasset apresenta uma vasta narração de factos historicos que vêm não sómente confirmar a necessidade da organisação de todas as defesas accessorias de uma praça naval, mas também comprovar que a efficacia de sua artilharia depende, em grão elevadissimo, da experencia, da habilidade practica dos respectivos artilheiros. Não basta que as fortificações costeiras disponham de boa e moderna artilharia, pois é tambem indispensavel que seus artilheiros a conheçam perfeitamente e estejam bem adextrados na manobra desta mesma artilharia.

Sem dados positivos para julgar das razões que levaram os ingleses a emprehender e realizar, com exito, o seu raid contra o porto fortificado de Zeebrugge, na Belgica, é de suppôr que, si não impericia, pelo menos descuido, na organisação do serviço de vigilancia e illuminação, tenha havido da parte de seus defensores.

Assim, pois, sem mais insistir na necessidade de organizar sempre a defesa dos principaes pontos da costa de um Paiz segundo os moldes que até aqui se ha sumariamente procurado indicar, cumpre nunca obscurecer o elevado custo a que deve attingir a construcção de um semelhante systema. É em consequencia de um tal motivo que as fortificações costeiras se devem limitar a certos pontos capitais do litoral, cuja maior extensão será defendida pela esquadra do Paiz. Composta de navios de alto poder quer offensivo, quer defensivo, com velocidades relativamente grandes e extensos raios de accão, ella nunca deve perder de vista a esquadra inimiga no mar e, procurando-a sempre, lhe dará combate, para inutilisal-a ou ao menos damnificá-la, tratando, por todos os meios, de impedir que a mesma se approxime dos pontos indefesos da costa de seu Paiz. Vê-se, portanto, que, assim como o exercito assegura a defesa das fronteiras terrestres e a posse dos territorios, tendo por objectivo principal procurar bater o exercito inimigo, tambem a esquadra garante o domínio dos mares e a defesa do litoral de seu Paiz, procurando combater e inutilisar a esquadra adversaria.

E', porém, fóra de qualquer duvida que o exercito, para ter liberdade de accão, requer sólido apoio para seus flancos, necessita de centros de abastecimentos de toda a especie, os quaes, embora afastados da frente de combate, devem ficar perfeitamente garantidos contra qualquer eventualidade de sorte adversa. São as fortificações, os campos entrincheirados e de antemão organisados nas proximidades das fronteiras terrestres de uma nação, que servem, na guerra, de apoio aos flancos de seus exercitos em operações e de garantir aos seus correspondentes centros de abastecimento. Os mesmos motivos que determinam a previa organisação das praças fortes de terra, sião razões ainda de maior relevancia, exigem que se construam praças fortes navaes para solidamente garantir os pontos de apoio e os centros de abastecimento da esquadra. Os arsenaes de marinha, os centros dos fornecimentos de carvão e de munição devem ficar ao abrigo de qualquer ataque

e completamente defendidos pela organisação de um sistema como o que antes se ha procurado delinear.

*Paizes de littoral extenso, como o nosso Brasil, não podem deixar ao abandono a defesa de suas costas, embora se tenham de impôr verdadeiros sacrificios financeiros.* E' assim que, nos parece, o Brasil, ao par do augmento e reorganisação de sua esquadra, devia cuidar, desde logo, da organisação e fortificação de suas bases navaes.

O porto de Belém no Pará, o de S. Luiz no Maranhão, o da Bahia, o do Rio de Janeiro e o de Torres no Rio Grande do Sul, suppomos serem os mais apropriados ao estabelecimento de bases navaes de primeira ordem, de praças marítimas completamente apparelhadas.

Recife e Santos, convenientemente artilhados, serviriam como portos de abrigo. Igual destino se poderia dar aos portos de S. Francisco e da cidade do Rio Grande. Este ultimo, em vista do seu afastamento do Rio de Janeiro e principaes centros importantes do resto do Paiz, como tambem pela situação deste nosso Estado limitrophe com os Estados estrangeiros, nunca se prestará ao estabelecimento de uma base naval de primeira ordem.

Enormes seriam as dificuldades de sua perfeita organisação defensiva, quer do lado do mar, quer do lado de terra.

O porto de Torres será incontestavelmente a melhor situação da base naval do sul do paiz. Na divisa do Estado do Rio Grande com o de Santa Catharina, elle fica a meio caminho de extensa distancia que separa o extremo sul do Brasil de sua bella capital, que é o mais importante centro de todos os seus recursos. Esse porto se presta, além disto, á organisação de uma perfeita defesa, pois, não sómente dispõe, á sua entrada, da grande ilha do Pharol, como offerece, em suas proximidades, pontos elevados para o estabelecimento das baterias altas de obuzes que, hoje em dia, constituem a artilharia de costa por excellencia, quer no ponto de vista de seus effeitos, quer relativamente ao custo de sua installação.

O porto de Torres é de facil e economica construcção, segundo um projecto que tivemos ensejo de examinar, ha cerca de 6 annos passados, graças á obsequiosidade de um amigo que dispunha então de uma copia e nol-a empresaria por alguns dias.

Apenas dois molhes, um com cerca de 800 metros de extensão e outro com mais ou menos 1200 metros, tendo ambos a espessura de 9 a 10 metros e cerca de 12 metros de altura, precisam de ser construidos. A enseada de Torres forma actualmente uma sorte de arco de circulo, de modo que os alludidos molhes devem partir dos extremos deste arco da costa em direcção ás extremidades do maior diametro da ilha do Pharol que, a certa distancia, se alonga mais ou menos parallelamente á corda do citado arco, delimitando a referida enseada.

Pelo orçamento ligeiro que acompanhava os desenhos das obras a effectuar, incluidas as construcções do caes, de um canal para limpeza do porto, e até de uma estrada de ferro de via dupla e bitola larga, com cerca de 120 kilometros, comunicando Torres com Porto Alegre, via-se que as despesas não se elevavam a mais de uns 38 a 40 mil contos. Para obra de

tamanho vulto, esta despesa não é de assustar, principalmente si tiver-se em vista as rendas que o porto de Torres, assim construído, fatalmente trará ao tesouro da Nação.

A capacidade deste porto seria então pouco inferior a do porto de Santos, porque, diz o autor do projecto antes referido, além de uma vasta superfície, elle ficaria, em media, com a profundidade de 10 metros.

Uma base naval estabelecida em Torres asseguraria a defesa do porto do Rio Grande, garantindo a liberdade de comunicações marítimas entre o centro e o norte do Brasil com os seus ricos Estados do Sul.

Os portos de Rio Grande e S. Francisco, fortificados de modo mais ligeiro do que o de Torres, se transformariam então em magníficos portos de abrigos para os navios da esquadra que exercesse o serviço do patrulhamento da costa. A parte do litoral desde S. Francisco até além um pouco do Rio de Janeiro, seria então patrulhada pelos navios da esquadra que tivesse este ultimo porto como base e o de Santos para abrigo. Um tal sistema de defesa viria, por certo, assegurar a liberdade de comunicações marítimas entre o norte e sul do Paiz.

Em tempos de paz, a importância comercial do porto de Torres não pode ser contestada. Porto inter-estadual, elle não sómente servirá ao Rio Grande do Sul, dando vasão a todos os variados produtos de sua zona agrícola, como será o escoadouro natural de Santa Catharina e da maior parte do Estado do Paraná. Por sua admirável situação no litoral do Brasil, o porto de Torres constituirá sempre a favorita escala dos transatlânticos que, de Santos, se destinem a Montevideo e Buenos Aires. Durante o inverno e devido ao perigo que oferece a costa chamada do Albardão, sempre assaltada por frequentes temporaes, muitos destes transatlânticos talvez não se arriscassem até o acesso dos antes referidos portos estrangeiros e, ancorando em Torres, ahi deixassem as suas cargas que teriam portanto de transitar por nossas estradas de ferro para chegarem aos seus destinos. Dar-se-ia com estes países o que actualmente nos acontece, pois a maior parte das mercadorias importadas da Europa pelo Estado do Rio Grande do Sul nos vem, em transito, pelos portos de Montevideo e Buenos Aires. Dahi a grande dificuldade em se evitar o contrabando que, sem a construção do porto de Torres, nunca deixará de existir; porque, ficando o porto da cidade do Rio Grande um pouco fóra de mão, nem todos os transatlânticos nelle entrariam para deixar as cargas destinadas ao commercio, de sorte que este continuará a servir-se dos portos de Montevideo e Buenos Aires. Ora, como suas mercadorias não pagam direitos nas alfândegas destes países, porque são considerados em transito, seus proprietários tratam de clandestinamente atravessar, com ellas, as fronteiras do Rio Grande, afim de não pagarem tampouco nenhum imposto aduaneiro no Brasil.

Sem adduzir mais considerações com o fim de mostrar as vantagens que nos traria a construção do porto de Torres e sem falar dos lucros aduaneiros que nos proporcionaria o seu movimento commercial, pois um tal assumpto levaria demasiado longe, continuaremos a

tratar do problema da defesa de costas, cuja ligeira explanação vamos encerrar, após o pouco que ainda julgamos conveniente acrescentar ao nosso caso.

Infelizmente e ainda por largo tempo, o Brasil não poderá fabricar, dentro de seu território, a sua artilharia, as machinas para seus navios, os trilhos e as locomotivas para o seu sistema ferro-viário, nem tampouco os motores para os seus aviões, porque lhe falta a matéria prima, visto não se haver até hoje procurado desenvolver, com vigor e patriótico ardor, a indústria siderúrgica.

Impossível será, portanto, nos libertarmos tão cedo do jugo da industria extrangeira. Tratemos porém de alliviar este jugo, só importando aquillo que a força das circunstâncias nos impõe. Está claro que assim procedendo, ficaremos em condições de nos fazer respeitar, de castigar quem ouse tentar contra a nossa integridade.

Sujeitemo-nos, pois, a importar canhões, machinas de certas espécies, trilhos, etc., fazendo de taes elementos grandes stocks, visto que a sua conservação é facil de manter. Paralelamente, desenvolvamos nossas officinas metallúrgicas para que os concertos e as simples modificações desse material possam ser feitas por nós mesmos.

Como porém não é possível calcular a munição a despender numa guerra, cuja duração é tambem desconhecida, nem se podendo tampouco conservar, por tempo indefinido, qualquer stock de explosivos, torna-se necessário, imprescindível, que toda a nossa munição, sem de modo nenhum excluir a de artilharia, seja fabricada no Paiz.

Não basta, porém, importar as machinas apropriadas ao fabrico dos projectis de artilharia; é tambem indispensável que preparemos em casa a matéria prima a isso necessaria. Importar esta seria continuar na dependencia do estrangeiro, sem nada adeantar, sinão tudo piorando e complicando. Assim, pois, urge que iniciemos, embora modestamente, a organização séria da industria siderúrgica e da preparação de aços especiais. A solução completa deste magno problema é muito difícil, mas, dentro de modestos e suficientes limites, não é impossível, como já tivemos occasião de mostrar em relatório que, sobre o restabelecimento da usina siderúrgica do Ipanema, apresentamos ao Estado Maior do Exército, em 1916.

Lendo a esplendida obra do illustre Dr. Piros do Rio — O Combustivel na Economia Universal, — fica-se triste ao comprehender, após os valiosos e documentados argumentos do competente autor, que nosso carvão nacional é de valor quasi nullo.

Comtudo, lavado, pulverizado ou briquetado, elle servirá ao funcionamento de nossas locomotivas e, em casos de urgente necessidade, ao das machinas de nossos navios. E' preciso, pois, que tratemos de adquirir toda a apparelhagem necessaria a este preparo do nosso carvão, para tudo installar e adextrar pessoal, desde os tempos de paz, afim de que, em occasião de guerra, não fiquemos sem este vital elemento de victoria. Em tal época de tamanha anormalidade, não será geralmente possível importar carvão em virtude não sómente das difficuldades financei-

ras que então se apresentam, como da escassez dos meios de transporte e principalmente por não se dispôr nunca da completa liberdade de navegação.

Neste particular, a guerra actual, apezar de não ter attingido nosso território, deve nos servir de lição. A carencia de carvão em todo o Paiz muito se ha feito sentir. Esta capital foi até obrigada a diminuir o numero dos combustores de gaz da illuminação publica, por falta de carvão.

*Urge portanto, que não nos descidemos, que, a par da construcção de fortificações costeiras e do reerguimento de nosso exercito e armada, adquiramos todo o material indispensavel, creando as industrias siderurgica e metallurgica, sem esquecer a do beneficiamento de nosso carvão, afim de que possamos garantir então que a defesa de nossas cara Patria está realmente assegurada.*

Major Abrilino P. Bandeira.

## Os exercícios de regimento e de brigada na artilharia de campanha

(Traducção)

### OBJECTO DESTES EXERCÍCIOS

«A tropa estará bem instruída quando souber fazer tudo o que a guerra exige...» (R. E. A. brazileiro, 11) D'ahi resulta o objecto de todo exercicio de tropa: elle deve approximar-se o mais possivel da guerra, seu plano e sua direcção devem ser conformes á guerra.

Isto tem o tom de maxima simplicidade e, comtudo, é extremamente difícil.

Basta o crescente povoamento do sólo, ou o desenvolvimento das culturas, para obrigar a muitas restricções, impostas nos exercícios pelo estado de paz. A experiençia da guerra vae se perdendo nos longos annos de paz, e as circumstancias das guerras remotas não mais offerecem a necessaria base para os exercícios; é preciso deixar larga margem á phantasia. Por isso não se pôde obter perfeição nos planos de exercícios de paz.

Todavia é uma grande vantagem a preocupação da conformidade com a guerra, e quanto maior a unidade de tropa em exercicio, tanto mais concreto e instructivo resulta o ensino proporcionado pelo exercicio relativamente ao caso real, em que só as massas entram em conta.

Dessa ordem de idéas resultam os exercícios de regimento e de brigada na artilharia de campanha. Trata-se ahi de preparar para a guerra não a bateria isolada e o grupo, mas as unidades maiores, como agem na guerra; as unidades e seus commandos.

Nelles procura se detalhar aquillo que em geral e forçosamente é preferido nos exercícios de tiro real: representar a actividade da artilharia de campanha na batalha, a sua acção de combate no grande quadro.

### PLANO DOS EXERCÍCIOS

Esses exercícios em geral se realizam no terreno escolhido para as manobras. Com isto se attenua a importancia das damnificações ás propriedades, *jamais inteiramente evitaveis*, e leva-se a tropa cada anno a um terreno diferente, para ella novo, o que é uma vantagem evidente, pois evita que a instrucção, principalmente a dos quadros, seja unilateral.

Ha também o recurso de executar taes exercícios num campo de instrucção: mas é raro que algum se preste aos grandes exercícios de artilharia, por falta de extensão, e haverá difficolidades para o estacionamento da tropa. (1) Uma outra questão embaraçosa neste recurso é a de ficar o campo livre, muito ocupado que deve ser pela infantaria e a cavallaria; deslocar estas tropas para darem lugar á artilharia, ordenando seus exercícios em terrenos particulares, daria lugar a maiores despezas. Em resumo, os grandes exercícios de artilharia geralmente terão lugar fôra dos campos de instrucção.

### TERRENO A ESCOLHER

Logo que as divisões dêem conhecimento ás brigadas de artilharia de qual a região das manobras, ella deve ser estudada na carta sob o ponto de vista da artilharia. Procuram-se os terrenos capazes de permitirem exercícios instructivos para o emprego tactico da artilharia, eliminam-se os terrenos impróprios para esse fim.

Resolvida esta parte procede-se á reparição do terreno escolhido, pelos corpos da brigada. Convém que o terreno designado para estes não seja o mesmo que se reserve para os exercícios de brigada. A brigada tem a preferencia; ella precisa antes de tudo de um extenso terreno de alturas, o campo de combate commun, em que se desenrolam os grandes encontros de tropas. Não faz mal que o terreno restante para os corpos nos seus exercícios, que precedem aos de brigada, seja menos favorável; por isso mesmo pôde elle tornar-se mais instructivo. Em todo caso tem grande valor mudar de terreno dos exercícios de regimento para os de brigada; a instrucção



lucra com a variedade assim obtida. Será uma facilidade se o terreno para os exercícios de brigada puder ser escolhido entre os atribuídos aos regimentos; assim se poupa tempo na passagem de uma categoria de exercícios á outra e, em geral, podem ser conservados os mesmos estacionamentos, o que torna disponíveis os cdtes. dos trens de estacionamento e os estacionadores (R. S. C. braz. 198). Essa situação central do terreno dos exercícios de brigada distribue mais equitativamente pelos corpos as marchas a efectuar para os exercícios e facilita consideravelmente a subsistência da tropa e a expedição das ordens.

#### O TERRENO PARA CADA DIA

Repartido o terreno para os exercícios e examinado á vista da distribuição do tempo se é possível a marcha dos corpos para cada exercício e o seu regresso tudo a tempo, resta ainda projectar as situações táticas para cada dia de exercício, á semelhança do que se faz para as manobras. Esses projectos competem, por via de regra, ao respectivo director; á autoridade superior cabe examinal-os.

Geralmente se destinam cinco dias de exercícios para os regimentos, o que é suficiente. É difícil para o cdte. do regimento organizar para cada dia um tema verdadeiramente útil; ás vezes remedeia-se a isso deixando um ou dois dias á disposição dos grupos ou fazendo exercício de grupo contra grupo. É preciso porém reconhecer que qualquer destes expedientes afasta-se da natureza dos exercícios de regimento. Taes exercícios de grupo podem geralmente com bôa vontade ser igualmente bem realizados na propria guarnição ou no campo de instrução.

O que aqui se tem em vista é o combate do regimento em conjunto nas mais variadas situações táticas, em qualquer terreno, a qualquer hora e nas circunstâncias ainda as mais difíceis.

O plano do exercício de um regimento deve ser bastante vasto. Artilharia da vanguarda de um exercito, artilharia reservada pelo cdo. do exercito, destacamento de um regimento para acompanhar o ataque da infantaria, etc., são situações que proporcionarão aspectos de combate bem instructivos.

Para os exercícios de brigada destinam-se em geral tres dias, o que parece pouco em face do assumpto a tratar: (2)

- a) combate de encontro de uma divisão, e perseguição subsequente;
- b) ataque preparado, em geral apoiado á direita e á esquerda;
- c) defesa e subsequente retirada.

E ainda um dia de exercício se perde para a regulamentar revista de inspecção da brigada. Restarão apenas dois dias de exercício; o objecto do exercício nem sempre é attingido. Conviria examinar se não seria preferivel encurtar de dois dias os exercícios de regimento, em beneficio dos de brigada. Com mais esses dois dias o cdte. da brigada ganharia tempo para a instrução detalhada de sua tropa, verdadeiramente conforme á guerra. Além dos assumptos acima referidos será possivel o exercício de combate nocturno contra posições preparadas para a defesa e talvez um dia de exercício de tiro real. Esses exercícios ainda subiriam de importância se se fizesse tomar parte a artilharia pesada de campanha.

#### DIRECÇÃO DOS EXERCÍCIOS

Os exercícios de regimento e de brigada são dirigidos pelo respectivo cdte. No dia da inspecção o thema será dado pelo cdte. da divisão.

#### PREPARAÇÃO DO DIRECTOR

A todo cdte. incumbido da direcção de grandes exercícios de tropa faz falta uma preparação para esse fim. E ella tem que começar cedo: já o tenente tem que se habituar á formulação de themes de exercícios. É um ponto que merece ser bem cuidado nos trabalhos escriptos (theses, conferencias, monographias) de que são incumbidos os officiaes. Principalmente os officiaes superiores deveriam receber para assumpto de seus trabalhos escriptos (mais de um) a organização de projectos de exercícios; os superiores dariam parecer a respeito.

As opiniões se esclareceriam, seria mais certo obter projectos verdadeiramente conformes á realidade para os exercícios com tropa. Para os exercícios de regimento (como para o respectivo jogo de guerra) dever-se-ia tomar por base a brigada de infantaria, reforçada; para os de brigada de artilharia seria preciso trabalhar com a divisão de exercito.

Os exercícios de quadros no terreno, ou excursões táticas dos officiaes a cavalo, e os exercícios com tropas em esqueleto, representam outra preparação excelente

para os officiaes. Os detalhes da execução de semelhantes exercícios escapam do objecto deste estudo. O que importa é desenvolver por todos os meios o senso tactico dos officiaes de artilharia, e um delles seria assistirem a exercícios tacticos das outras armas.

Assim se educarão elles para pensar acertadamente, os exercícios serão projectados na conformidade da guerra, em grande âmbito, e obedientes à tactica das armas combinadas.

#### ORGANISACÃO DO PROJECTO DO EXERCICIO PELO DIRECTOR

E' de utilidade para o bom exito do exercicio que o respectivo projecto seja organizado pelo proprio director. Elle o entrega ao ajudante para examinal-o e dar parecer verbal ou escripto. A elaboração relativamente a marchas e estacionamento é trabalho do ajudante.

(Continúa).

*N. do T. (1) — Não é caso da 1<sup>a</sup> Br. A. (ex-3<sup>a</sup>) em relação ao campo de Gericinó.*

(2) O nosso R. M. E. 1919 (art. 24) destina dez dias para os exercícios de regimento e de brigada, dos quais pelo menos 6 para aquelles.

## Novidades do R. T. A.

Acaba de aparecer o novo R. T. A. por efeito da revisão e unificação do R. T. A. de 1914 com o seu Complemento de 1916.

Passemos em revista os seus artigos retocados, procurando fazer ressaltar o que de novo elles nos trazem.

Art.º 14...

«Alça mínima é a somma do espaço morto com o espaço immediato (distância da linha de fogo à crista cobridora).»

Aqui aparece a denominação de *espaço immediato* para a distância que vai da linha de fogo à crista; incorpora-se apenas ao R., um elemento já muito corrente na linguagem do artilheiro de campanha.

Art.º 42...

«Nota. — E' essencial ter bem presente que: 1º) a modificação da altura de arrebentamento pelo ângulo de sitio não corrige sensivelmente a distância de arrebentamento; esta é principalmente modificada pela alça; 2º) a altura de arrebentamento (grandeza angular), com o mesmo sitio e o mesmo corrector é sensivelmente independente da alça; 3º) afastada a possibilidade de grande erro de sitio e de alça, o ponto de arrebentamento só é convenientemente deslocado em altura e em distância pelo corrector.

Em outras palavras: no tiro de tempo o ângulo de sitio só influe na altura de arrebentamento, a alça só influe na distância de arrebentamento, só o corrector influe concomitantemente na altura e na distância.»

Synthetisa-se assim o modo de variação da altura e da distância de arrebentamento em

funcção de cada um dos elementos — sitio, alça e corrector. O que justifica a preferencia que se deve dar em corrigir a altura de arrebentamento por alterações do corrector, quando não se tem a temer um grande erro de sitio e de alça, é que nesta hypothese está achada a trajectoria verdadeira que passa pelo objectivo.

E' um erro querer systematicamente corrigir a altura media de arrebentamento á custa de alterações de ângulo de sitio.

A nota repisa, pois, com vantagem um assunto de bastante interesse para o artilheiro e, como coroamento, nos propomos a traduzir graphicamente as conclusões estabelecidas por ella.

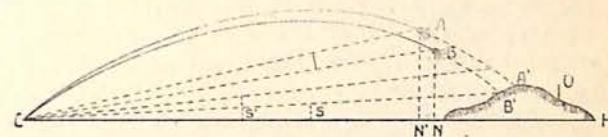


Fig. 1

A fig. 1 representa as trajetórias descriptas por dois projectis atirados com a mesma alça, mesmo corrector e sitios diferentes e mostra que a altura de arrebentamento (grandeza angular) varia sensivelmente — tanto quanto variou o sitio — de uma trajectoria á outra, ao passo que a distância de arrebentamento pouco se modifica.

Com o mesmo corrector e a mesma alça os percursos C A e C B são iguais, porque igual é a graduação da espoleta, isto é, a duração da queima; a diferença no ângulo de sitio para mais (menos) apenas determinou uma rotação da trajectoria rígida, levantando (baixando) o ponto de arrebentamento, sem mudar sensivelmente a distância de arrebentamento N O ou N' O.

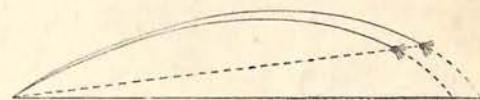


Fig. 2

A fig. 2 representa as trajetórias descriptas por dois projectis atirados com o mesmo sitio, mesmo corrector e alcãs diferentes.

Ahi nota-se que enquanto, de uma trajectoria para a outra, a altura (angular) de arrebentamento se conserva a mesma (praticamente), a distância de arrebentamento varia sensivelmente, em consequencia da mudança que resultou para a graduação da espoleta.

E' baseado neste efeito, produzido pela alteração da alça, que se procura a alça favorável entre as de eficacia.

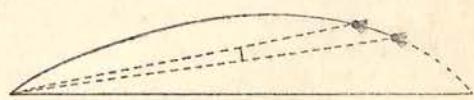


Fig. 3

A fig. 3 representa (sem levar em conta a dispersão) as trajetórias descriptas por dois projectis atirados com o mesmo sitio, mesma alça e correctores diferentes.

Podemos apreciar ahi como a altura e a distância de arrebentamento variam sensivelmente pela alteração do corrector.

Temos assim dado graphicamente a ideia desse iogo de variação da altura e distancia de arrebentamento em função do sitio, alça e corrector. O R. T. A. já na edição anterior resumia isso nas figuras 4 (pag. 27 da nova edição).

A propósito lembramos que o antigo Complemento do R. T. A. não conseguiu divulgar o uso da denominação — *distância de arrebentamento* — que o R. T. A. 1919 mantém — em substituição a *intervallo de arrebentamento*, quando entretanto aquella denominação foi criada em respeito à consagrada distinção que se deve fazer entre *intervallo* e *distância* relativamente às direcções em que são estes elementos considerados. E o que realmente importa directamente à efficacia do arrebentamento é sua *distância* ao objectivo.

Art.º 73...

«Altura «normal» (n) de arrebentamento é a que fica entre dois e quatro millesimos no canhão, entre quatro e seis no obuz.»

Tornava-se bem necessário o Regulamento não confundir a altura normal de arrebentamento no canhão com a altura normal de arrebentamento no obuz.

Art.º 75...

«Ao passo que um arrebentamento no ar assinala o termo da queima da espoleta segundo a graduação dada, um arrebentamento por percussão só em casos especiais permitirá ajuizar do corrector relativamente à trajectória.

Sabe-se que a maxima efficacia no tiro de tempo se obtém quando, supposta normal a altura de arrebentamento, a trajectória do projectil inteiro, isto é, o eixo do cone de arrebentamento passa pelo objectivo.

Assim sendo, no sistema de corrector, os tiros percutentes, longos ou curtos, devem determinar, além do augmento do corrector, a modificação da alça — salvo se houver duvida quanto ao angulo de sitio — porque taes tiros provam que a trajectória do projectil inteiro não passa no objectivo.

Só se o ponto de queda for junto ao alvo (60), aquem ou além, dever-se-á conservar a alça e augmentar o corrector.

Nos tiros percutentes longos, quando o terreno atraz do objectivo é sensivelmente ascendente em relação á linha de sitio, não prevalece a regra acima, (augmentar o corrector e diminuir a alça): diminue-se a alça e conserva-se o corrector.

Em tal caso bem pôde ser que o tiro longo não tenha arrebentado no ar por haver o projectil encontrado o terreno antes de atingir a distância de arrebentamento. Em outras palavras, em taes terrenos um tiro longo percutente pôde ter lugar não obstante o corrector ser o do garfo.»

Sobre este artigo foram feitos reparos bem utiles, de modo que a sua leitura esclarece muito bem como se deve proceder para corrigir o corrector e a alça nos tiros percutentes, longos ou curtos. Esta correccão do R. T. A. 1914 já fôra feita com o Compl. de 1916. Agora apenas se suprimiu o que era referente á placa de regulação e se introduziu na 3.a proposição aquelle «salvo...»

Art. 92...

«O obuz desprovido de granada com espoleta de duplo efecto emprega a grp. nos casos em que é indicada para o canhão a grt.»

Não houve demasia por parte do Regulamento em trazer agora esta referencia relativamente à granada do obuz.

Art. 95...

«Excepionalmente, quando se impuser a passagem do tiro de tempo ao de percussão, ou vice-versa, contra o mesmo objectivo, se já estiver achada a alça favorável continuar-se-á em tiro de efficacia; caso não exista aquelle dado será necessário completar a regulação (Vd. 97).»

Apresenta-se aqui mais um caso em que se dispensa o tiro de regulação — quando se impuser a passagem do tiro de tempo ao de percussão, ou vice-versa, contra o mesmo objectivo, si já estiver achada a alça favorável (isto é, a trajectória correspondente ao objectivo, que é a que se precisa para a efficacia, quer no tiro de percussão, quer no de tempo).

Pelo antigo R. T. A., interpretado intelligentemente, deveríamos chegar a esta mesma conclusão, mas foi melhor que, por modificação deste artigo ficasse claramente definido.

Quando não se tiver encontrado ainda a alça favorável, manda o artigo referido que se complete a regulação no novo tiro, isto é, que se atire com uma peça (ou uma secção) para formar o garfo, aproveitando porém o conhecimento obtido sobre as alças recem experimentadas.

(\*\*) «Quando o objectivo é uma linha (em lugar de pontos separados que exijam o tiro á risca) é preciso na medição da frente do feixe tomar como limites os centros dos quartos extremos.»

Anteriormente o R. T. A. não dizia como se deveria considerar a frente do objectivo para o calculo do escalonamento de repartição, podendo deixar numa leitura sem a devida reflexão que, qualquer que fosse a natureza do objectivo, a frente a medir seria a comprehendida entre os seus extremos.

Agora a nota (\*\*) explica como se deve considerar a frente do objectivo de acordo com a sua natureza, e confirma, com razão, que o escalonamento de repartição, para qualquer objectivo, é igual ao terço da diferença de frente.

Art.º 116...

«Nos objectivos de frente muito extensa, procede-se ao fraccionamento desta e sucessivamente se batem essas fracções. Si, porém a frente do objectivo não excede de 250 millesimos (140 no obuz e no canhão de montanha) attribuir-se-á um quarto da frente a cada peça, que tratará então de cobrir seu sector mudando a direcção mediante deslocamento pelo volante de direcção (tiro ceifante, vd. R. E. A.). Este processo tem sobre o primeiro a vantagem de permitir que se bata toda a frente do objectivo sem necessidade de desancorar o reparo.»

O R. T. A. e o R. E. A. estabelecem a ceifa para o obuz e o canhão de montanha e precisam como e quando ella deve ser feita.

Não cremos que o obuz de campanha permita, com o seu sensivel desapontamento por occasião do tiro, a esperada regularidade da ceifa executada pelo processo do R. E. A. (\*)

Antes, quando o R. T. A. e o R. E. A. não taxavam a ceifa para esse material, a bateria de obuz batia a frente que lhe era atribuída

(\*) Nota. Vd. n. 60 pag. 389 «Fogo Ceifante» Capitão Klinger.

(quando menor de 140%), deslocando os planos de tiro por comandos de pequenas derivas. O deslocamento dos planos de tiro por este processo tem a vantagem de corrigir a pontaria para cada tiro, ao passo que, pelo processo da ceifa, igual ao do canhão, tem-se a desvantagem de acumular, cada vez mais, os erros de desapontamento. Emfim esperemos que os exercícios de tiro real se pronunciem a tal respeito.

Art.º 122...

«No caso de mudança de objectivo, em pontaria directa — o capitão comanda uma indicação do novo objectivo; sendo, porém, essa indicação difícil, pôde ser conveniente acompanhada da distância angular lateral do novo ao antigo objectivo (Vd. R. E. A.); em pontaria indirecta — a regra é comandar uma correção de deriva; se a distância angular não for medida de uma estação proxima á bateria, será preciso levar em conta as paralaxes dos dois objectivos em relação á linha bateria — estação, como na determinação da deriva-base quando se emprega um ponto de pontaria collectiva. (\*)

(\*) «O processo mais simples consiste então em operar em relação ao novo objectivo como se não houvesse ainda feixe organizado. Esta operação é levada sómente até ser achada a deriva reciproca ou a deriva lida; a diferença entre ella e a correspondente do objectivo anterior dá em grandeza e em sentido o deslocamento a fazer no feixe.»

Para fazer ressaltar a simplicidade da regra

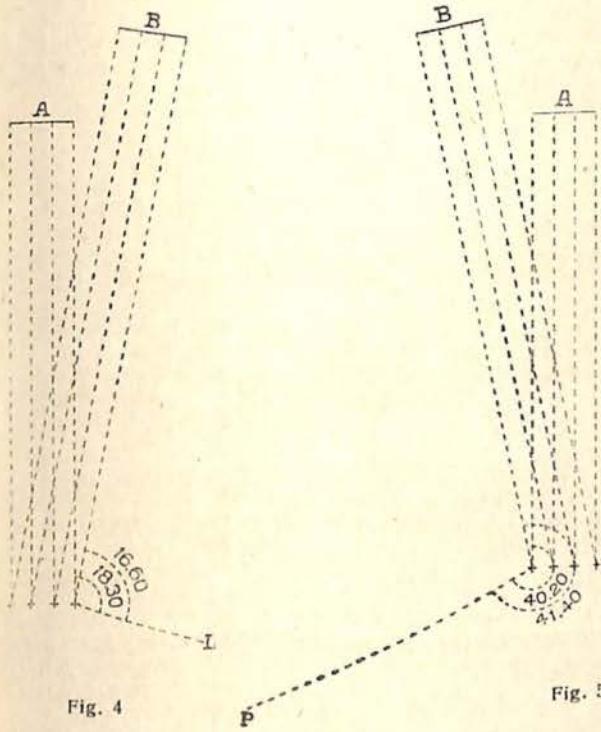


Fig. 4

Fig. 5

aconselhada na nota (\*) vamos exercitá-la num caso pratico.

Temos (fig. 4) uma bateria apontada, pelo processo de pontaria á luneta, sobre um objectivo A, tendo sido, supponhamos, 18.30 a deriva reciproca commandada para a peça-base.

Surge á direita um outro objectivo B sobre o qual a bateria quer apontar.

O capitão opera em relação ao novo objectivo como si fosse apontar (pelo mesmo processo) a bateria pela primeira vez e obtém, supponha-

mos, 16.60 para deriva reciproca da peça-base, que deve continuar a ser a mesma.

Fazendo a diferença entre a segunda e a primeira deriva, como manda a regra, vem:

$$16.60 - 18.30 = - 170.$$

Sem ser preciso determinar as derivas reciprocas para as outras peças, o capitão deslocará o feixe de suas trajectorias para o novo objectivo apenas pelo comando: Deriva menos 170!

Em se tratando do processo do ponto de pontaria collectiva, temos (fig. 5) uma bateria apontada, por este processo, para o objectivo A, tendo sido, supponhamos 40.20 a deriva lida commandada para a peça-base.

Surge á esquerda um outro objectivo B sobre o qual a bateria quer apontar.

O capitão opera sobre o novo objectivo como se fosse apontar (pelo mesmo processo) a bateria pela primeira vez e obtém, supponhamos, 41.40 para deriva lida da peça base, que deve continuar a ser a mesma. Fazendo a diferença entre a segunda e a primeira deriva, como manda a regra, vem:

$$41.40 - 40.20 = 120$$

E o capitão deslocará o feixe de suas trajectorias para o novo objectivo apenas pelo comando: Deriva mais 120!

Art.º 124...

«O tiro de efficacia com sh. começa com uma alça de 50 metros abaixo do limite curto do garfo; na granada começa no proprio limite (alça-base do tiro de efficacia).»

Não se quebra mais para a granada tempo o limite do garfo de 100 m, limite este que passa a ser assim a alça base do tiro de efficacia. A necessidade desta modificação foi objecto de assunto da nossa Revista de Artilharia em um de seus primeiros numeros, artigo do Sr. major Castro e Silva.

Art.º 136...

«Contra objectivos que se acham á distância de 200 metros ou menor emprega-se o fogo rápido com a «alça zero» e a espoleta graduada como estiver, quer se trate do canhão, quer do obuz.»

A modificação deste artigo interpretou devidamente os dois materiais — canhão e obuz.

Na situação a que se refere o citado artigo, o projétil do canhão funcionará por percussão, embora a espoleta não esteja graduada para isto, porque ella tocará o chão antes de chegar á distância que ella marque. Dá-se um ricochete e o projétil funciona como se fosse tiro de tempo.

No obuz o sh. funcionará logo ao sahir da boca, pois este projétil é transportado com a espoleta a zero.

O Regulamento não procurou saber com qual das graduações — zero ou percussão — o projétil tem mais efeito e sim interpretar o material como a fabrica nos forneceu, estabelecendo para a graduação da espoleta, nesta espécie de tiro, a mesma de transporte, afim de facilitar a rapidez de fogo, exigida para os objectivos em questão.

A falta de unidade de vista na graduação da espoleta dos dois shrapneis, para o caso referido, corre exclusivamente por conta do proprio material.

Art.º 140...

«Para o tiro curvo do obuz procura-se em geral o garfo de 200 metros em tiro rasante. Inicia-se no meio deste garfo o tiro curvo e for-



ma-se outro de 50 metros. O tiro de eficacia obedece á regra supra (137). Uma vez achada a alça favorável, passa-se ao tiro c. r., se fôr o caso.

Quando se tem uma indicação suficiente sobre a distancia pôde-se prescindir do tiro rasante preliminar."

Este artigo mostra-se agora mais liberal porque permite, quando se tem uma indicação suficiente sobre a distancia, iniciar-se a regulação no tiro curvo, prescindindo-se do tiro rasante preliminar, cujo objecto é justamente determinar a necessaria base para emprego do tiro curvo, expressa na carga.

Art.º 193...

«Durante o periodo de instrucção dos recrutas deve haver uma vez por quinzena, em cada grupo, com o material de uma bateria um exercicio de tiro simulado para todos os officiaes da unidade, completadas as guarnições pelo pessoal antigo das baterias.

Além destes, convem fazer exercícios identicos, sem material, para officiaes e sargentos (estes na bateria).»

O Regulamento determina agora que se pratique o tiro a giz tanto para officiaes como para sargentos.

Esta especie de exercicio já está consagrada, em alguns dos nossos corpos de artilharia, pelo aperfeiçoamento que tem imprimido á instrucção de officiaes e sargentos.

A sua pratica não só desenvolverá cuidadosamente a instrucção do tiro, como também poderá offerecer oportunidade para desenvolver outros ramos da instrucção.

Art.º 220...

«No tiro real distinguem-se o tiro de ensaio e o tiro de combate.

O exercicio de que trata o final do n. 216 (*tiro de recrutas*) e de tiro de ensaio, de bateria (235 a 242).»

Foi feliz a ideia de dar a denominação abreviada de *tiro de recrutas* ao primeiro tiro de ensaio, feito antes do exame de recrutas, pois assim se caracteriza bem a sua natureza, mostrando a importancia que se lhe deve dar.

Art.º 236...

«O commandante da bateria é o director (234) desses exercícios e como tal terá inteira liberdade. Deve algumas vezes (227, fim) acumular esta função com a de commandante do tiro.

O conhecimento prévio do assumpto dos temas permite-lhe preparar a bateria nesse sentido.»

O Regulamento para facilitar a interpretação deste artigo resolveu estabelecer ahí taxativamente que o commandante da bateria acumula algumas vezes as funções de director e commandante do tiro.

O capitão, com esta dupla função, poderá dirigir o desenvolvimento de certos themes para o lado que julgar mais util á instrucção de seus officiaes, sargentos e praças.

Este artigo, pelo seu antigo texto, deveria ser interpretado da mesma maneira, pois a inteira liberdade dada ao director do tiro comprehendia a faculdade de algumas vezes elle assumir o commando do tiro.

Nem se poderia comprehender que o tiro de ensaio tivesse só por fim sapecar os tenentes e os sargentos, deixando aos capitães a restricta função de director, e sonegando-lhes aquella mesma vantagem.

Art.º 257...

«Os boletins de tiro constituem a base para o julgamento dos tiros reaes de bateria.»

A substituição, aqui feita, de *tiros de bateria* por *tiros reaes de bateria* veiu esclarecer a interpretação deste artigo, não permittendo assim que as baterias, nos tiros de ensaio, se dispensem de apresentar os boletins de tiro, como já tem acontecido.

Art.º 258...

«Em cada exercicio de tiro de bateria, de ensaio ou de combate, organisa-se um boletim, segundo o modelo annexo 1, baseado nas notas tomadas na bateria e no objectivo.»

Este artigo diz agora claramente que o tiro de bateria, para o qual se exige a organização do boletim, é de ensaio ou de combate, o que está em harmonia com o art.º anterior.

Art.º 259...

«Dahi tiram-se duas cópias para serem encaminhadas, ao inspector da arma. Ambas recebem a critica das autoridades da arma (268) e uma delas vai ao Estado Maior do Exercito, de onde volta á bateria pelos mesmos tramites.»

O artigo, com esta nova forma, precisou claramente os tramites que devem seguir as duas copias do boletim de tiro.

E por ahí se vê que a copia do boletim, que vai ao Estado Maior e volta á bateria, trará a critica de todas as autoridades da arma, inclusive o inspector, e mais a do Estado Maior, — si este julgar a propósito — que poderá desse modo inspecionar a instrucção de tiro e saber como ella é cuidada pelas autoridades da arma.

(Continua)

Capitão MASCARENHAS de MORAES.

## PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Recebemos e agradecemos:

*Hoje, Julho; Rio, R. Gonçalves Dias 30.  
Union Ibero-Americana, Madrid, Abril.*

*A Aspiração, Rio, Junho e Julho.*

*Ilustração Serrana, Cruz Alta, n.º de 14. 7.  
Traz a traducção da saudação que o Sr. Cel. Tito Villalobos fez ao Exm.º Sr. General Gamelin em nome dos officiaes da guarnição.*

*Manual do infante em combate, pelo tenente Edmundo Leinhardt Peixoto.*

*Memorial del E. M. E. de Colombia, Março e Abril 1919.*

*Revista Marítima Brazileira, Rio, Maio-Junho 1919.*

*Revista dos Militares, Maio e Junho.*

*Boletín del Ministerio de Guerra y Marina, Abril.*

*Lauro Müller perante o Exercito e o Exercito perante a Nação — discurso pronunciado no Club Militar a 10. 3. 19, pelo 1º tenente Arthur Alves.*

*A jornada de Taquarussú, pelo cap. Dr. Antonio Alves Cerqueira; 3ª edição.*

# Subscrição para as famílias das vítimas dos "fanáticos" do Contestado.

Desde que em Setembro do anno proximo passado resolvemos ultimar a distribuição do que restava dessa subscrição temos attendido a diversas famílias interessadas.

Resta ainda um saldo de dois contos e pouco que continuaremos a distribuir em pequenas men-

salidades ás pessoas já habilitadas e necessitadas. Não só este processo da quota mensal nos pareceu mais benéficio, como ainda permite contemplar com a sua parte algum interessado retardatário.

## 2ª edição dos Quadros Muraes

Sob o título — *Noções de tiro* — «A Defesa Nacional» acaba de editar cinco quadros muraes em que se expõe de um modo bastante suggestivo a teoria elementar do tiro de infantaria.

Trata-se de um explêndido trabalho organizado segundo o Regulamento em vigor, pelos Srs. . . . que apresenta a rara vantagem de ensinar com o recurso decisivo das imagens, a teoria do tiro que o soldado deve

aprender e não deve olvidar. E como também seja além de um guia magnífico para os instrutores, um adorno utilíssimo para as paredes das companhias, onde deve figurar, recomendo-os ao interesse dos Srs. cdtos. de corpos e a todos os Srs. officiaes, aconselhando-os a que os adquiram e os aproveitem como o melhor subsídio á instrução de tiro nas unidades desta Região.» (De um boletim regional do Exmo. Sr. Gal. F. Setembrino de Carvalho).

Está prompta a 2ª edição. — Preço 5\$000 Rs. Pelo Correio 6\$000 Rs.

## EXPEDIENTE

O crescente desenvolvimento das nossas edições revelando uma auspíciosa dilatação dos círculos de nossos assignantes, principalmente fóra da classe dos officiaes combatentes, não tardou a repercutir também na affluencia de colaboração. Nos doze numeros do volume que se completa com este fizemos um **aumento de 64 páginas** e ainda assim na secção «Ficaram para o N.» seguiu sempre figurou matéria que parecia já dar para novo numero.

Não podemos porém levar mais longe o aumento do numero de páginas. Nem desejamos aumentar o preço da revista.

Acediu-nos então, como solução conciliadora, o expediente de encurtarmos os semestres da revista, sempre que a affluencia de matéria o exigisse.

Assim publicamos agora um numero duplo. Em setembro sahirá do mesmo modo o numero do mes, mas elle corresponderá a novo semestre. Portanto o preço continua o mesmo, apenas cresce a produção, será preciso que cresça correspondentemente o consumo. Isto é, um semestre da revista vencerá antes que um semestre do calendario.

E para o pagamento bastará cuidar na cõr da capa...

Confiamos que os nossos consocios, que são todos os assignantes, approvem este alvitro.

Com este numero e com o 1º fascículo iniciamos a distribuição do «Guia para o ensino da fortificação» da lavra do esforçado professor da Escola Militar, capitão Antonio de Azevedo.

Os n.º 67, 68 e 69 estão exgotados. **Tiragem 2.300 exemplares.** As novas assignaturas podem começar com o n.º 70 (Julho).

**Reedição do 1º Anno** Desde muito tempo diversos camaradas tem manifestado o seu grande desejo de possuirem o 1º anno da nossa revista pois é o de que mais difficilmente ainda se conseguem exemplares. Como ultimo recurso tem lembrado que se faça a reedição.

Havendo agora aumentado os pedidos nesse sentido, resolvemos abrir uma inscrição de candidatos á 2ª edição do 1º anno. Si o numero de inscriptos permitir o emprehendimento o levaremos a effeito. Fica aberta a lista até 30 de junho.

Cada candidato deverá declarar se prefere a reprodução exacta ou apenas uma selecta dos 12 numeros primeiros, e se de qualquer modo se submette á preferencia da maioria.

**Para** attender a novos assignantes aceitaremos pelo custo exemplares dos n.ºs 61, 62, 63, 67 e 68.

## MEMORANDUM

1 — Não esquecer de **pagar adiantado** o semestre da assignatura. Considera-se como adiantado o pagamento feito o mais tardar até ao segundo mes.

2 — Sempre que mudar a cõr da capa da revista perguntar a si mesmo:

Já paguei o novo semestre?

3 — Não fazer encomenda de publicações só com o pagamento e quantitativo para porte e registro. Não ter pena de orçar para mais

essa despesa, pois o excedente será creditado.

4 — As assignaturas pôdem começar a qualquer tempo mas hão de terminar com um numero múltiplo de seis, isto é, em Março ou Setembro. Calcular o custo dos numeros de semestre quebrado proporcionalmente ao do semestre completo.

5 — Communicar sem demora qualquer alteração de endereço (principalmente os representantes!). Não adiar qualquer reclamação!

## FICARAM PARA O N. 73

Instruções para o serviços dos canhões Krupp 305/c 45 T. R. ....	Cap. F. J. Pinto
Estudos de organisação militar. ....	C. el Dr. Samuel de Oliveira
Subsídio ao R. E. E. ....	1º T. te Arthur J. Pamphyro
Diversas continuações....	

# Representantes da "A DEFEZA NACIONAL"

No Rio de Janeiro

M. G. — Cap. Arnaldo D. Vieira.  
 E. M. do Ex. — 1º Ten. Mario P. Guedes.  
 Armada — Cap. Corveta F. Villar.  
 2.ª Linha — Cap. Mario L. de Carvalho.  
 D. A. — Coronel Príncipe.  
 3.ª D. — 2.º Ten. Columbano Pereira.  
 2.ª D. — Capitão M. Daltro Filho.  
 Br. Pol. — Cap. Antonio Abilio Dias.  
 1.º R. I. — 1.º Ten. Maciel da Costa.  
 2.º R. I. — 1.º Ten. Octaviano Gonçalves.  
 3.º R. I. — 1.º Ten. Lourenço do Carmo.  
 52.º Caç. — 1.º Ten. Mario A. do Nascimento.  
 54.º B. Caç. — 2.º Ten. Pelio Ramalho.  
 55.º Caç. — 2.º Ten. Telmo A. Borba.  
 56.º Caç. — 1.º Ten. Carlos S. do Lago.  
 58.º Caç. — Ten. Roberto D. Santiago.  
 1.ª Cia. Metr. — Cap. A. Alencastre.  
 5.ª Cia. Metr. — Ten. O. Verney Campello.  
 1.º R. C. — 1.º Ten. Osório G. Rosa.

13.º R. C. — 1.º Ten. Simas Enéas.  
 3.º C. Trem — Tenente Manoel A. C. Batalha.  
 1.º R. A. — Cap. Manoel de B. Lins.  
 6.º R. A. — Cap. Francisco J. Pinto.  
 3.º G. Ob. — 1.º Ten. Fiúza de Castro.  
 20.º G. A. M. — T. C. el Pompeu Loureiro.  
 Fort. S. Cruz — Cap. O. G. Simas.  
 Fort. S. João — Cap. J. F. Monteiro Lima.  
 Copacabana — 1.º Ten. Waldemar de Aquino.  
 1.º Bat. Eng. — Cap. L. G. Borges Fortes.  
 E. M. — Realengo. — Aspirante J. Bina Machado  
     e alumno F. de Paula Mendonça.  
 Fabr. Realengo. — Cap. Freire de Vasconcellos.  
 Arsenal — Cap. Elias Lopes Cardoso.  
 Direct. de Eng. — Major José Ribeiro Gomes.  
 Direct. do M. B. — Major Luiz M. de Andrade.  
 3º Bat. Pol. Meyer — 1º Ten. Saint Clair de Freitas.  
 Curso Aperf. Inf. — Sargento Altino J. de Campos.  
 Esc. de Aviação — Capitão Dr. Mariz Pinto.

## Fóra do Rio de Janeiro

41.º Caç. — Annibal Xavier.  
 43.º Caç. — 1º Tenente G. Favilla.  
 45.º B. Caç. — Manoel, 1º Tte. J. Vidal Pessoa.  
 46.º Caç. — Fortaleza, 1º Ten. Roberto M. Malheiros.  
 47.º Caç. — Belém, 1º Ten. Santana Medeiros.  
 51.º Caç. — S. João del Rey, Ten. Edgard de Oliveira.  
 53.º Caç. — Lorena, Ten. Orlando Pimentel.  
 57.º Caç. — J. de Fóra, Ten. G. Murgel.  
 59.º Caç. — B. Horizonte, Ten. Lima e Silva.  
 6.º R. I. — Caçapava, Ten. Marius Teixeira Netto.  
 7º R. I. — Sta. Maria, Cap. Olympio dos Santos Rosa.  
 8.º R. I. — Ten. Jocelyn C. F. de Souza.  
 9.º R. I. — Rio Grande, 1º Tte. Manoel Jacintho de Almeida.  
 27.º B. I. — Pelotas, Tte. Omar Azambuja.  
 30.º B. I. — S. Leopoldo, 1º Tte. Alcebiades A. de Almeida.  
 10.º R. I. — 2.º Ten. Luiz de M. Portella.  
 11.º R. I. — Bahia, 1º Tte. Alexandrino da Luz.  
 12.º R. I. — Recife, Cap. Ezequiel Medeiros.  
 13.º R. I. — Corumbá, Ten.-Cor. J. Heleodoro de Miranda.  
 2.º R. C. — Castro, Major F. P. Pessôa.  
 3.º R. C. — Bela Vista, Cap. Adalberto Diniz.  
 5.º R. C. — S. Luiz G., 1.º Ten. Dr. Leite Velloso.  
 6.º R. C. — Samborja, Tte. Manoel Grott.  
 8.º R. C. — Uruguaiana, T. C. el Pará da Silveira.  
 10.º R. C. — D. Pedro, 1º Tte. Gabriel P. da Luz.  
 11.º R. Cav. — Bagé, 2.º Ten. Sylvio Cantão.  
 12.º R. Cav. — Jaguarão, 1º Ten. Carlos Pereira da Silva.  
 14.º R. Cav. — Rio Verde, 1º Tte. Geobert de Queiroz.

15.º R. Cav. — Sant'Anna, 1º Ten. José Pinto Barreto.  
 2º C. T. — Juiz de Fóra, 1º Ten. Mario Xavier.  
 4.º C. T. — Pindamonhangaba, 1º Tte. O. M. Tinoco.  
 5.º C. T. — Rio Pardo, 1º Ten. Oscar Raphael Jost.  
 3º R. A. — Corytiba, Ten. Nobre da Veiga.  
 4º R. A. — Itú, Cap. M. Florenciano da Silva.  
 6º R. A. — Cruz Alta, Cap. Luiz Martins da Silva.  
 8º R. A. — Pouso Alegre, Cap. Martins Finha.  
 11º R. A. — Campo Grande, Cap. Eloy S. Medeiros.  
 4.º G. Ob. — Jundiahy, Tte. Thales Villas Boas.  
 5.º G. Ob. — Margem Taquary, 1º Ten. Argemyro Dornelles.  
 16.º Grupo. — Ten. Dr. Alexandre Meyer.  
 18.º Grupo. — Bagé, 1º Ten. Salvador Obino.  
 19.º G. A. — Valença, Cap. M. C. Arruda.  
 VI Reg. — 1º Tte. Octacílio de Abreu.  
 Petrópolis — 2º Ten. Brocardo Bicudo.  
 Guarn. de Alegrete — Ten. P. A. Goes Monteiro.  
 S. Gabriel. — 1.º Ten. Thimotheo Machado.  
 Florianópolis — Cap. Eugenio Tauiois.  
 Col. Barbacena — 1º Ten. José Martins de Arruda.  
 Coll. P. Alegre. — Ten. Zopyro Ourique.  
 Coll. Ceará. — Ten. pharm. O. Filgueiras.  
 Com. da Carta. — Ten. Tito M. Fernandes.  
 II. Reg. — Ten. Albano Falcão.  
 Santos — 1.º Ten. S. de Mello Cardozo.  
 Coritiba — 1.º Ten. França Gomes.  
 Saycan — C. p. Djalma Cunha.  
 Fabr. Piquete — 1º Ten. Espíndola do Nascimento.  
 Ars. de P. Alegre — Cap. Graciliano P. Fontoura.  
 Brigada Militar — P. Alegre, 1º T. Travassos Alves.  
 Força Pública de S. Paulo — Cap. Salvador Moya.  
 Força Publ. de Matto Grosso — Cap. Firmino J. Rodrigues.  
 Força Publ. do Paraná. — Cap. J. Busse.

"O grupo mantenedor da *A Defesa Nacional* reconhece em seus representantes junto aos corpos de tropa, repartições e estabelecimentos militares, mérito equivalente ao de seus colaboradores literários e o caráter de verdadeiros propagandistas da causa deste órgão, synthetizada em seu título." (Art. 1 da Circular n. 6, de 24-5-915.)

O pagamento das assignaturas é adiantado e deve ser efectuado ao mais tardar no segundo mês. Os recibos são expedidos depois do pagamento efectuado. Pagamentos a qualquer representante ou a qualquer dos mantenedores ou a Papelaria Macedo, Rua da Quitanda, 74. Semestre, 5\$000; Anno, 10\$000.